




Coleção
Documentos
138

MÚLTIPLOS ESTUDOS DE NATUREZA HISTÓRICA

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



**DEROCINA ALVES CAMPOS SOSA
FRANCISCO DAS NEVES ALVES (ORG.)
FRANCISCO TOPA
JUSSEMAR WEISS GONÇALVES
LUIZ HENRIQUE TORRES
RETO MONICO**

MÚLTIPLOS ESTUDOS DE NATUREZA HISTÓRICA





Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Virgínia Camilotti (UNIMEP)

Derocina Alves Campos Sosa
Francisco das Neves Alves (org.)
Francisco Topa
Jussemar Weiss Gonçalves
Luiz Henrique Torres
Reto Monico

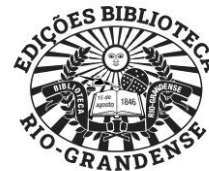
MÚLTIPLOS ESTUDOS DE NATUREZA HISTÓRICA



- 138 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande
2026

Ficha Técnica

Título: Múltiplos estudos de natureza histórica

Organizador: Francisco das Neves Alves

Autores de capítulos: Derocina Alves, Campos Sosa, Francisco das Neves Alves, Francisco Topa, Jussemar Weiss Gonçalves, Luiz Henrique Torres e Reto Monico

Coleção Documentos, 138

Composição & Paginação do organizador

Capa: Clio de Pierre-Mignard

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, 2026

ISBN – 978-65-5306-109-5

ÍNDICE

A história e a literatura do Rio Grande do sul na obra *O Tempo e o Vento* de
Érico Veríssimo / 9

Derocina Alves Campos Sosa

Representações caricaturais da passagem do ano na *Revista Ilustrada* (1876-
1889) / 37

Francisco das Neves Alves

Mostrar-se vivo, fazendo-se de morto: Uanhenga Xitu, *O ministro* / 83

Francisco Topa

Tragédia e história: o caso das Suplicantes de Eurípedes / 97

Jussemar Weiss Gonçalves

Raízes históricas da licantropia: as fontes greco-romanas / 119

Luiz Henrique Torres

Olhares suíços sobre o golpe militar de 1964 no Brasil / 143

Reto Monico

A HISTÓRIA E A LITERATURA DO RIO
GRANDE DO SUL NA OBRA *O TEMPO E
O VENTO* DE ÉRICO VERÍSSIMO

Derocina Alves Campos Sosa
Doutora em História pela PUCRS. Professora Titular
da Universidade Federal do Rio Grande – FURG

1) Considerações iniciais

No texto a seguir propomos a reflexão a respeito do encontro entre a história e a literatura, entendendo esses textos, tanto o histórico quanto o literário, como representações do social, ou seja, o historiador de um lado quando constrói o seu texto histórico, está baseado nas fontes, através de um método de investigação e também de uma teoria que o embasa.

O literato por sua vez constrói o seu texto com liberdade criativa, que não se prende às explicações de onde retirou aquelas informações que compõem seus textos. Essa seria a principal diferença entre os textos literários e históricos. No entanto, a constatação de que textos históricos não conseguem recriar o passado e que os literatos e suas obras estão inseridos em um espaço-tempo, portanto também são históricos, instiga reflexões mais profundas a respeito da aproximação entre esses dois campos do conhecimento, qual sejam, o campo da história e o campo da literatura.

2) A história e a literatura se encontram no texto narrativo, porque dialogam no universo da Nova História Cultural

Os historiadores quando analisam por exemplo, uma obra literária e seus personagens, questionam sobre a legitimidade sobre se essa aproximação repercutirá para a história algum tipo de benefício, ou dito de outra forma, se as

obras literárias e suas narrativas podem ser entendidas como documentos históricos.

Quando nos propomos analisar narrativas literárias e personagens de uma obra literária a partir do viés dos historiadores, emerge sempre a dúvida recorrente de quem lê um artigo assim, de que seja possível a História se aproximar de um outro campo de produção de narrativas, entendendo-as como históricas. A historiografia tradicional diria rapidamente que não. No entanto, a partir de uma nova visão historiográfica, chamada de Nova História Cultural, herdeira da Escola dos Annales, esse entendimento mudou radicalmente.

As obras literárias estão situadas em tempos históricos. Seus autores também, portanto carregam historicidade por si. Os autores são indivíduos com conhecimento, vivências, valores que estão ligados a uma época histórica, portanto, acabam reverberando nos seus textos, todas essas impressões. Ainda voltando à terceira geração da escola dos Annales, ou a chamada Nova História e, mais recentemente Nova História cultural¹, essas aproximações não somente são bem-vindas, como incentivadas. Autores como Jacques Le Goff, Pierre Nora, Carlo Ginzburg e Jean Starobinski identificam os textos literários como fontes de reconhecimento da cultura de uma época e também da cultura de quem os produziu. Sobre o texto literário e a obra literária, Starobinski assim se manifesta:

¹ A Nova História cultural é um campo da historiografia que se expandiu durante a segunda metade do século XX na França e em outros países e que se concentra e prioriza os estudos da cultura nas suas investigações. Aporta também muito dos conhecimentos da Antropologia Cultural, valoriza a micro-história e confronta as grandes narrativas historiográficas. Sobre a Nova História Cultural cf. também, o livro de Lynn Hunt. A Nova História Cultural. São Paulo, Martins Fontes, 1992 (O Homem e a História)

É desejável, portanto, manter entre o objeto e a resposta que se lhe dá uma distância suficiente, um espaço em que se possa produzir o acontecimento do encontro, e onde se possa iniciar e fazer progredir o trabalho, Só há trabalho em função de uma oposição. Ao mesmo tempo, só há trabalho na medida em que há contato e em que se estabelece uma relação. Pois a oposição não pode permanecer estática: ela se desenvolve no laborioso confronto, ela progride no sentido de um objetivo, ela desenvolve-se com vistas a uma finalidade, Falamos em encontro e, também, em trabalho, Assim, falávamos há pouco da obra, designando-a como um ser, e, ao mesmo tempo, como um material, Ela é uma coisa e outra: um ser que espera o encontro, um material, ele próprio trabalhado, que aguarda um trabalho; ou ainda melhor: uma intensão que mediante uma forma, destina-se a nossa atenção. Ter respeito pela obra é nela observar, juntamente, a sua finalidade intencional e a sua forma objetiva. (STAROBINSKI, 1976:137)

No trecho acima, o autor defende a ideia da obra literária também como objeto material que sobre ela, o historiador poderá se debruçar para identificar, não se o texto literário pode ser lido como fonte histórica exclusiva, ou seja, sem a mediação da pesquisa em outras fontes, mas como um objeto histórico, revestido de várias camadas, porque escrito em algum lugar, por alguém e em algum tempo. O texto literário acaba refletindo a história de quando foi produzido, mesmo que não queira isso. Ele, o texto, assim, repercute a sociedade na qual se insere.

É importante reconhecer a obra literária como um objeto de estudo da história e dos historiadores, notadamente dos estudos culturais. Barros faz a seguinte reflexão:

a História Cultural é aquele campo do saber historiográfico atravessado pela noção de 'cultura' da mesma maneira que a História Política é o campo atravessado pela noção de 'poder', ou que a História Demográfica funda-se essencialmente sobre o conceito de 'população', e assim por diante. (BARROS, 2014:14)

A definição de cultura foi se modificando ao longo do século XIX e a partir dos estudos de George Duby entre outros, no século XX a definição de cultura foi adquirindo novas conceituações. Ainda segundo Barros:

poderemos evocar uma delimitação já moderna de História Cultural elaborada por Georges Duby. Para o historiador francês, este campo historiográfico estudaria dentro de um contexto social os "mecanismos de produção dos objetos culturais" (aqui entendidos como quaisquer objetos culturais, e não apenas as obras primas oficialmente reconhecidas). O exemplo acima proposto autoriza-nos a acrescentar algo. A História Cultural enfoca não apenas os mecanismos de produção dos objetos culturais, como também os seus mecanismos de recepção (e já vimos que, de um modo ou de outro, a recepção é também uma forma de produção) (idem: 15)

Sobre os objetos culturais, esses seriam, todos os artefatos materiais e imateriais que refletem e transmitem crenças, valores, práticas de uma sociedade ou grupo dentro dessa sociedade. Dentre esses objetos culturais, a obra literária adquire significados múltiplos, porque também ela, reverbera os valores da sociedade na qual foi produzida, mesmo, como já referimos, sem a intenção explícita de fazê-lo.

Ainda sobre a história cultural, Burke esclarece que:

O terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana, mas a abordagem do passado em termos de simbolismo é apenas uma entre outras. Uma história cultural das calças, por exemplo, é diferente de uma história econômica sobre o mesmo tem, assim como uma história cultural do Parlamentarismo seria diversa de uma história política da mesma instituição (BURKE, 2005: 10)

Acima, o autor já acrescenta a importância do universo simbólico para os historiadores da cultura. A dimensão do simbólico e seu entendimento em suas pesquisas e nas suas narrativas históricas, adquire assim, centralidade.

Os símbolos estão presentes em todas as culturas com maior ou menor intensidade e aparecem nas narrativas sejam elas históricas ou literárias. Dentro dos romances, por exemplo, os personagens verbalizam e/ou reproduzem uma série de símbolos que remontam o imaginário daquela cultura.

Sandra Pesavento também destaca em seus escritos sobre a história cultural, a importância do conceito de representação que carrega o simbólico, ou seja, aquilo que está oculto dentro de uma determinada cultura. (PESAVENTO, 2003: 41).

Os símbolos assim, estão presentes nas representações. Os textos literários, dessa forma são representações imaginadas de uma sociedade e estabelecem com ela um diálogo sem pretender recriar o real vivido. No entanto, a construção narrativa de um texto literário, por ter sido criado em alguma época e por alguém e, portanto, também ser um objeto de pesquisa historicamente constituído, estabelece com a sociedade, tipos de aproximações que outros objetos não conseguem alcançar.

3) As obras literárias reconhecidas enquanto objetos de pesquisa para os historiadores

As obras literárias, tema de potencial importância para o trabalho dos historiadores, foi capitaneada pela Escola dos Annales, mais precisamente pela 3ª geração dos Annales, a chamada Nova História ou mais recentemente Nova História Cultural, porque reconhece nas obras literárias, elementos que dizem respeito ao universo da cultura e de aproximações com outros campos do conhecimento. Essa perspectiva, tão cara aos historiadores dessa teoria, chama-se interdisciplinaridade.

Os estudos culturais necessitam dos conhecimentos e expertises de pesquisa de outros campos do conhecimento, de maneira que, para esses historiadores é impossível desconsiderar fontes e objetos de pesquisa para além, muito além dos documentos tradicionais. Dentre essas fontes/objetos estão os textos literários, desvelando camadas da sociedade com muitas cores e detalhes que escapam muitas vezes aos documentos tradicionais.

Sobre a interlocução entre história e literatura, podemos ler em Lemarie que:

tanto a literatura quanto a história buscam estimular comportamentos e formas e pensamento desejados, propondo modelos e pondo em ação estratégias discursivas tais como a persuasão, a sedução a verossimilhança, a credibilidade e a autoridade das palavras. Sendo assim, literatura e história, ao oferecer modelos de comportamento, participam do processo histórico, político e social da definição das

identidades nacionais, sociais e individuais, seguindo trilhas ao mesmo tempo divergentes e paralelas (LEMARIE, 2000:12).

Ainda sobre as aproximações entre História e Literatura, Pesavento esclarece:

[...] são outras as questões que articulam o debate, que aproximam e entrecruzam as narrativas histórica e literária, entendendo-as como discursos que respondem às indagações dos homens sobre o mundo, em todas as épocas. Narrativas que respondem às perguntas, expectativas, desejos e temores sobre a realidade, a História e a Literatura oferecem o mundo como texto (PESAVENTO, 2004: 32).

Não podemos esquecer que a literatura é reflexo do seu tempo e reflete condições socioculturais do meio a que o autor está inserido. Pesavento ainda defende que:

a sintonia fina de uma época, fornecendo uma leitura do presente da escrita, pode ser encontrada em um Balzac ou em um Machado, sem que nos preocupemos com o fato de Capitu, ou do Tio Goriot e de Eugène de Rastignac, terem existido ou não. Existiram enquanto possibilidades, como perfis que retraçam sensibilidades. Foram reais na “verdade do simbólico” que expressam, não no acontecer da vida. São dotados de realidade porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida (PESAVENTO, 2006: 2-3).

Sobre essa capacidade de aproximação com o real vivido que as obras são capazes de estabelecer, Martins e Cainelli escrevem que:

É importante salientar ainda que quando utilizam a Literatura enquanto fonte, os historiadores não têm a preocupação de investigar se a representação do passado expressa por determinado escritor está de acordo com a historiografia (pois esta não é a intenção do literato), e também não se inclinam apenas em garimpar informações históricas dentro do conto ou romance em questão – seu interesse é na realidade pelo tempo do escrito, e sua atenção é dirigida em torno da elucidação da mentalidade de uma época situações semelhantes às dos personagens retratados no livro. ((MARTINS e CAINELLI, 2015:3898)

Também é importante destacar que as obras literárias não tem um único sentido ou sentido fixo, dependem para existir enquanto tal, do público leitor e da importância que esse leitor ou leitores lhes atribuem. A respeito dos que leem as obras, Chartier nos diz que:

as obras – mesmo as maiores, ou sobretudo, as maiores – não têm sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos que delas se apropriam. Certamente, os criadores, os poderes ou os experts sempre querem fixar um sentido e enunciar a interpretação correta que deve impor limites à leitura (ou ao olhar). Todavia, a recepção também inventa, desloca e distorce (CHARTIER, 1994: 09)

Valdeci Borges ainda tratando das obras literárias e sua importância enquanto representação social reitera que:

A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é

constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir... Enquanto tal é registro e leitura, interpretação, do que existe e proposição do que pode existir, e aponta a historicidade das experiências de invenção e construção de uma sociedade com todo seu aparato mental e simbólico. Sendo a literatura uma forma de ler, interpretar, dizer e representar o mundo e o tempo, possuindo regras próprias de produção e guardando modos peculiares de aproximação com o real, de criar um mundo possível por meio da narrativa, ela dialoga com a realidade a que refere de modos múltiplos, como a confirmar o que existe ou propor algo novo, a negar o real ou reafirmá-lo, a ultrapassar o que há ou mantê-lo (BORGES, 2010: 98).

Ainda para Sandra Pesavento a literatura permite que: se acesse o “clima” de uma época, e também o modo como as pessoas pensavam o mundo a seu redor, tornando possível que se percebam sensibilidades, valores, perfis. Para além das disposições legais ou de códigos de etiquetas de uma sociedade, a literatura pode ser uma fonte de indícios e indicações para pensar como e por que as pessoas agiam de determinadas formas (cf. PESAVENTO, 2004: 82-83).

Cabe destacar que a obra literária e o seu texto não são utilizados pelos historiadores como fonte única de uma pesquisa. Ela precisará sempre ser atravessada de referências historiográficas, que reconheçam naquela narrativa, possibilidades de identificar elementos da sociedade que a gerou.

Não podemos perder de vista que a obra é datada e, portanto, está ligada ao tempo da sua produção. Os autores deixam no texto, registros do seu modo de pensar. Os elementos históricos ali disponibilizados de forma objetiva ou subjetiva dizem respeito a uma época e a algum lugar. Mesmo nas narrativas literárias distópicas ou na chamada literatura fantástica, as marcas do autor e o tempo da escrita podem ser identificados

Perscrutar esse caminho, analisar o tempo e o espaço em que as obras foram produzidas, antecede a análise propriamente do texto literário para o historiador cultural. O passo seguinte será a análise do texto em si, espelhando-o como já referimos anteriormente, com a historiografia sobre o período que o texto trata e também a historiografia sobre o período que o texto literário foi produzido, extraíndo desse mesmo texto, símbolos, representações e significados que são reverberados nas falas dos personagens ou no movimento próprio da narrativa.

4) Os movimentos da história trazidos para dentro da narrativa literária

A obra: *O Tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo (1905-1975) começou a ser escrita em 1949 e foi finalizada em 1962. Caracteriza-se como uma trilogia composta de três partes assim dispostas: 1) O Continente cuja trama remonta ao século XVIII até o início do século XX (2 livros); 2) O Retrato que remonta as

primeiras décadas do século XX (2 livros); 3) O Arquipélago que estende a trama até o final do ano de 1945 (3 livros).

Para a análise literária, a trilogia é classificada como um romance histórico, porque os acontecimentos da história do Rio Grande do Sul, do Brasil e a História Mundial são utilizados como pano de fundo para a trama que trata da trajetória da família Terra-Cambará e da formação da cidade fictícia de Santa Fé. Ao longo de todo o texto que compreende os sete livros, os leitores são guiados pela trajetória de vida de vários personagens que inserem nos seus diálogos, os elementos da política, da economia e da própria sociedade, em que Santa Fé representa um recorte.

Na trilogia aparecem dispostos, misturados aos personagens criados pelo autor, conhecidos políticos da história do Rio Grande do Sul como Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Borges de Medeiros, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas e tantos outros.

Uma das observações que os críticos literários fazem é que a história do Rio Grande do Sul aparece de maneira mais nítida na primeira parte da trilogia, ou seja no Continente, isso porque o autor já estaria mais distante no tempo, o que o possibilitaria resgatar esses acontecimentos já suficientemente analisados pelos historiadores.

Percebemos essa observação como válida, mas também partimos de um outro ponto de análise, já que entendemos que a época mais recente do romance, ou seja, as décadas de 1920, 1930 e 1940 são ricas em detalhes e

informações trazidos pelo autor que funciona assim, como um cronista dos acontecimentos que está efetivamente vivendo.

Quando os historiadores se debruçam sobre as obras literárias é com a perspectiva de entendê-las também como documentos, não no sentido de que possam substituir outros documentos históricos, mas que como construções narrativas, também elas, as obras, fazem parte da história, também elas tem uma história porque foram, como já explicitado acima, escritas por alguém, em algum tempo e espaço e com alguma intenção.

O próprio autor se coloca no texto através do personagem Floriano Cambará para rememorar acontecimentos trazendo para dentro desse mesmo texto, cores, movimentos, sons e aromas daqueles anos, em que viveu o início da idade adulta e de um leitor de autores também da literatura em voga na época. Érico Veríssimo então, se coloca no texto como leitor de jornais como a Federação e o Correio do Povo que aparecem em vários momentos da trama. É essa leitura de quem está na cena dos acontecimentos, que me refiro aqui.

Quando a Nova História Cultural se volta para as obras literárias para analisá-las é com essa intenção que faz, ou seja, analisa a obra como produto de uma época. Por exemplo o autor quando escreve as páginas do *Arquipélago* (terceira parte da trilogia), é o escritor do final da Segunda Guerra Mundial que retorna ao Brasil, descrente também dos valores humanistas, porque foi confrontado com os horrores da guerra que dizimou milhões de pessoas.

O autor/ personagem assim, remonta com riqueza de detalhes, as impressões que ficavam na cabeça das pessoas que viveram aqueles tempos, que questionaram aqueles valores. Valores esses que foram incapazes de deter os regimes fascistas, a escalada do conflito bélico e a substituição de potências hegemônicas europeias pelos valores da sociedade norte-americana.

Também refere a situação específica do Rio Grande do Sul quando ele autor, através do seu alter ego, o personagem Floriano, remonta a decadência das oligarquias agrárias do estado, as constantes crises econômicas que enfrentavam, notadamente nas exportações de produtos da pecuária, o que reforçava a dimensão do Rio Grande do Sul como estado economicamente periférico e dependente do poder central.

Dentre as várias passagens que remontam o movimento de 1930 e a chegada dos gaúchos ao poder federal, temos aquela, matizada pelo episódio em que os gaúchos amarraram seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco no Rio de Janeiro, (cuja simbologia marca uma percepção também de ressentimentos muito antigos em relação ao poder federal). Esses episódios descortinam ao leitor, características de uma sociedade que não escapou à narrativa literária.

A decadência econômica das oligarquias agrárias, cuja família Terra-Cambará é uma representante, passou a conviver com uma sociedade que se transformava muito rapidamente na primeira metade do século XX, marcada por duas guerras mundiais, pela falência do Liberalismo econômico e político dentro daqueles moldes e que viu nascer na sociedade Rio-Grandense, uma

quantidade significativa de sujeitos históricos, descendentes na sua maioria de imigrantes alemães e italianos, que fizeram emergir de suas pequenas fábricas e oficinas, algumas indústrias na fictícia Santa Fé e que com isso, acabavam por reproduzir o que acontecia em muitas outras cidades do estado na mesma época.

A miserabilidade do trabalhador rural dentre outras questões, também não escaparam da narrativa do autor, confrontando a ideia de estado, cuja fartura impediu que a miséria no campo tivesse existido.

Percebemos ainda as questões relacionadas ao racismo, marcada pela posição hierárquica de sujeitos subjugados, cuja presença na sociedade estava marcada pela cor da pele (exemplo de trechos que retratam os clubes sociais de negros, situados nas zonas periféricas de Santa Fé em relação aos clubes sociais dos brancos que ocupavam as zonas centrais).

Sobre o contexto histórico da época, a trilogia é repleta dele. O autor mistura-os à narrativa literária, dando ao leitor a dimensão do universo simbólico desses personagens que falam e reproduzem seus lugares na hierarquia social. Refletem, portanto, pensamentos vigentes à época. O autor Veríssimo, da segunda e terceira parte da trilogia é alguém que estava imerso naquele universo e, as falas de seus personagens, demonstravam isso.

A seguir algumas passagens da obra e as falas de alguns personagens para instigar nossas reflexões.

Sobre a 1ª Guerra Mundial lemos:

Depois da Primeira Guerra Mundial o medo da fome, do desemprego, da miséria e o medo do próprio medo haviam preparado o caminho para o Estado Totalitário. Este por sua vez industrializara e racionalizara o medo a fim de fortalecer-se, sobreviver e ampliar suas conquistas geográficas e psicológicas. Com a colaboração da ciência, da arte e da literatura convenientemente dirigidas, criara o Horror Moderno, cujos aspectos mais dramáticos eram o mito do Estado e do Líder; os ministérios de propaganda; a polícia secreta com seus refinados métodos de tortura; a militarização da infância e da juventude; os campos de concentração; as tropas de assalto; o orgulho racial; a exaltação fanática do nacionalismo e a glorificação da guerra como o esporte dos povos másculos. O Estado Totalitário elevava a delação à categoria de virtude cívica. Seu mais monstruoso feito, porém — e essa proeza ultrapassava o sonho mais alucinante dos alquimistas da Antiguidade —, fora o de transformar a pessoa humana num mero número, o que tornara possível encarar o massacre de milhões de homens e mulheres como uma simples operação de aritmética elementar. O Deus Estado subvertera os Mandamentos: “Denuncia teu pai e tua mãe se eles murmurarem o que quer que seja contra o Estado”. “Matarás com alegria sempre que isso for necessário aos interesses do Partido.” “Darás falso testemunho contra teu próximo, se essa mentira puder ser útil à Causa.” (O Retrato página 555)

Percebemos no trecho acima o autor fazendo referência à construção dos Estados Totalitários a partir do final da 1ª Guerra Mundial e a descrença no Liberalismo clássico. Os métodos desses Estados Totalitários são então escritos no texto. O autor era um jovem leitor dos jornais da época e trouxe para dentro da narrativa suas impressões.

Ao tratar dos conflitos armados no estado, em pleno contexto do movimento de 1923, um dos personagens, Arão Stein, militante comunista, assim se pronuncia:

Não sejas romântico. Não sejas obtuso. Esqueces que quem está morrendo na revolução é o homem do povo, o que sempre viveu na miséria, passando fome, frio e necessidades. Morrem porque são fiéis aos seus patrões, aos seus chefes políticos, ao seu partido, à cor de seu lenço. O mundo capitalista sempre procurou exaltar, através de seus escritores assalariados, essa fidelidade estúpida a coisas inexistentes, esse entusiasmo por mitos absurdos. Sabes por quê? Porque isso convém aos seus interesses. Que é que o povo lucra com uma revolução como essa? – E não achas que há uma certa beleza no fato de eles brigarem sem pensar em vantagens? – Não acho. O erro está exatamente nisso. Deviam pensar em resultados materiais. Ser maragato ou republicano na verdade não significa nada. As revoluções se fazem para melhorar as condições sociais. Que é que esperas dessa revolução? O voto secreto? Mas de que serve isso se o povo não se educa, não aprende a usar o seu voto, a escolher o seu candidato? O que pode resultar dessa choldra toda é uma mudança de patrão. O povo continuará na mesma, mal alimentado, malvestido, infeliz... (O Arquipélago p. 304-305).

Ressalte-se que esse personagem atuante em uma das fases da narrativa, acabou sendo perseguido e acusado e traidor pelo partido que defendia, vindo a cometer suicídio depois disso.

Em outro momento da história, o Brasil na década de 1920, que marcou o início do movimento tenentista (jovens tenentes se revoltaram contra a alta oficialidade, dizendo defender entre outras coisas, a depuração do sistema político), também é retratado. Sobre o início desse movimento, lemos na trama:

Naquele mesmo dia chegaram notícias pormenorizadas. A revolta começara no 4º Batalhão de Caçadores, às três da madrugada. Miguel Costa havia conspirado dentro da força policial, conseguindo a adesão do Regimento de Cavalaria. O 4º de Caçadores havia cercado o quartel da Força Pública, que fora dominado em poucas horas, quase sem resistência. Outras unidades do Exército também se haviam

revoltado. Esperavam-se novos pronunciamentos. Os jornais do dia seguinte foram disputados a peso de ouro ao chegarem a Santa Fé pelo trem do meio-dia. O vendedor foi lançado ao chão, na plataforma da estação. E Bento, que levava uma ordem expressa de trazer ao Sobrado um exemplar do Correio do Povo, custasse o que custasse, ao perceber que não poderia comprar o jornal, não teve dúvida: arrancou um exemplar das mãos do primeiro sujeito que passou por ele. E, como o homem fosse grandalhão e fizesse menção de agredi-lo fisicamente, o peão do Angico levou a mão à adaga, diante do que o outro achou melhor fazer meia-volta e escafeder-se (O Arquipélago p. 428)

Uma questão que também emerge na narrativa é a presença do elemento estrangeiro na fictícia cidade de Santa Fé que esteve realmente presente em muitas cidades do Rio Grande do Sul e que contribuiu para a transição geracional das elites do estado. Os antigos fazendeiros foram sendo substituídos gradativamente nos postos de comando político e econômico pelos descendentes dos italianos e dos alemães. Sobre a presença dos descendentes alemães e italianos e o contraste com as velhas oligarquias podemos ler no romance:

Que Santa Fé se transformava, era coisa que se podia observar a olho nu. Começava a ter sua pequena indústria, graças, em grande parte, aos descendentes de imigrantes alemães e italianos como os Spielvogel, os Schultz, os Lunardi, os Kern e os Cervi, os quais, à medida que prosperavam economicamente, iam também construindo suas casas de moradia na cidade e estavam já entrando nas zonas até então ocupadas apenas pelas famílias mais antigas e abastadas... Em princípios daquele ano, José Kern inaugurara sua residência ao lado da mansão dos Teixeiras, com uma festa que teve quase um caráter de Kerb e para a qual convidou seus amigos de Santa Fé e de Nova Pomerânia. Cantou-se, dançou-se, comeu-se e bebeu-se com entusiasmo ruidoso, desde as sete da noite até o amanhecer. No dia seguinte

d. Josefa disse a uma amiga: “Não pude dormir a noite inteira. Houve uma bacanal na casa nova, ao lado da minha. Por sinal parece uma igreja, com aquelas torres... E que é que a senhora me diz daqueles anõezinhos de barro pintado no jardim? Pois é... Acho que temos de nos mudar. A nossa zona está sendo invadida pela alemoada”. (O Arquipélago p. 469)

Outro momento político do Brasil retratado na narrativa e que representou o desdobramento do movimento tenentista, foi a Coluna Prestes que percorreu o Brasil de sul a norte e cujos membros, acabaram tendo que se internalizar na Bolívia em 1927. No texto literário, a Coluna Prestes assim aparece:

— Mas a coisa não para aí. Se para as massas Prestes oferece, talvez involuntariamente, essa face de taumaturgo (o devorador de distâncias, o furador de montanhas, o homem que está em cinco lugares ao mesmo tempo), para as elites ele apresenta outra face igualmente portentosa: a do homem de coragem e caráter, o matemático, o lógico, o incorruptível... Mas o gigante continua deitado em berço esplêndido... — Esplêndido? Os soldados da Coluna estão sentindo na própria carne que o berço tem muitos pontos em que não é nada esplêndido: serras e boqueirões e matagais medonhos, zonas em que imperam a seca, o impaludismo, o mal de Chagas, a fome, o banditismo... Prestes é o novo Pedro Álvares Cabral: está descobrindo o Brasil, meninos! Que grande aprendizado para todos esses bravos tenentes que estão com ele: o João Alberto, o Juarez Távora, o Cordeiro de Farias, o Siqueira Campos!... Deus queira que nenhum morra. Porque um dia espero vê-los anistiados e de volta às suas unidades. Poderão ainda fazer muita coisa por este povo desgraçado! (O Arquipélago p. 487)

Sobre a política getulista, os mandos e desmandos do Estado Novo e a personalidade de Vargas, lembrando que o personagem Rodrigo Terra Cambará, dentro da narrativa literária, tinha sido um figurão do Estado Novo, lemos que:

Neste mesmo momento, Floriano, que continua seu lento passeio pelo quarto, pensa: “Alguém poderá algum dia dizer a última palavra sobre Getúlio Vargas? Ou sobre quem quer que seja? Pode uma personalidade ser descrita em termos verbais? Impossível. E toda a confusão vem disso. Julgado através de seus atos e ditos, no mundo bidimensional e preto e branco das notícias de jornal, o homem pode parecer alternadamente um santo e um demônio, um herói e um bandido, um estadista sério e um pândego. O antigetulismo, como o getulismo, converteu-se hoje numa espécie de neurose coletiva. Mas até que ponto meu pai estará convencido da verdade das coisas que diz em defesa de Getúlio? Mas que é a verdade? Talvez o Velho tenha assumido a posição incondicional de amigo e mandado a verdade às favas. O que não deixa de ser uma atitude simpática. E um jeito de defender-se a si mesmo” (O Arquipélago, p 677)

A respeito da “onda” integralista que tomou conta do Brasil na década de 1930, lemos no texto que:

Entre as figuras exponenciais do integralismo em Santa Fé, a mais colorida era indiscutivelmente a do Vivaldino Vergueiro, que tinha veleidades literárias e se considerava o filósofo do movimento. Os desafetos chamavam-lhe “o mulato Vergueiro”. Era um homem alto, magro e encurvado, de idade indefinida. Tinha o rosto anguloso e quase glabro, dum moreno rosado e liso, lábios arroxeados e olhos brilhantes de tísico. Era dentista formado, trajava com grande esmero, manicurava as unhas e perfumava-se com excesso. Bem-falante, sabia ser simpático quando queria, mas geralmente preferia ser sarcástico. Integralista da primeira hora, proclamava aos quatro ventos que era racista e gabava-se de ter correspondência pessoal com o pai da doutrina arianista de Hitler, Alfred Rosenberg, que lhe havia mandado um exemplar com dedicatória de seu livro (O Arquipélago p. 736)

Sobre como Getúlio implantou o Estado Novo em detrimento do que esperavam até mesmo os Integralistas, a trama nos traz que:

José Kern andava dum lado para outro, por entre as mesas, risonho, vermelho, gotejante de suor, o cachaço reluzente, os cabelinhos das ventas a esvoaçarem ao

ritmo duma respiração agitada. Encheu um copo de cerveja e ergueu um brinde ao Estado Novo. Jorge Teixeira, porém, não participava do otimismo da maioria dos companheiros. Andava apreensivo, farejando mais uma perfídia do presidente. Getúlio Vargas, no discurso da noite de 10 de novembro, em que expusera à Nação as razões e os objetivos do seu golpe de Estado, não fizera a menor referência ao integralismo. Seguiram-se semanas de indecisão, de dúvida e de boatos. Todos os partidos políticos brasileiros haviam sido abolidos por um decreto do ditador. Sabia-se como certo que um general do Exército simpático ao integralismo obtivera do presidente, antes de 10 de novembro, a promessa de que o novo governo não só permitiria que a Ação Integralista Brasileira continuasse sua atividade, sob o nome de Associação Brasileira de Cultura, como também não se oporia a que as milícias-verdes seguissem organizadas e vigentes. A promessa, porém, não foi cumprida. (O Arquipélago p. 732-733)

Ainda sobre as ações de Getúlio Vargas contra os integralistas, o autor repercute essas ações na sua narrativa da seguinte forma:

Em princípios de dezembro, a Polícia Política fechava truculentamente todos os núcleos integralistas do Rio de Janeiro, e pouco depois o mesmo acontecia nos estados. Nas rodas não integralistas de Santa Fé, dizia-se entre risotas: “O Baixinho passou uma rasteira no Plínio”. Houve, entre a clientela do Café Poncho Verde, primeiro estarrecimento e a seguir indignação. O Vivaldino Vergueiro, lívido de ódio, pregou e esperou a revolução durante vários dias. Tempo perdido! De todos os quadrantes políticos, vinham adesões ao Estado Novo. Os políticos profissionais, bem como a maioria dos jornais, acomodavam-se à nova situação com raríssimas exceções. E para os inconformados, para os rebeldes, a polícia tinha os seus remédios. (idem, p. 738-739)

Os fragmentos do texto que apresentamos acima cobrem um período da história em que o autor esteve presente, como um expectador da cena

enquanto ela se desenrolava. Personagens fictícios e pessoas reais que efetivamente existiram se misturam na trama e é preciso decantar essas camadas literárias para que possamos enxergar, o fundo do cenário que é histórico porque, também, autor e obra fazem parte da história.

5) Considerações Finais

Até aqui tratamos das possibilidades de diálogo entre a história e a literatura, onde o ponto de interconexão se dá na seara da Nova História Cultural. Essas conexões, bem esclarecido aqui, reconhecem as especificidades desses dois campos narrativos. A construção narrativa, portanto, é o lugar em que história e literatura se encontram.

Chamamos a atenção para que a história precisa necessariamente ser referenciada, ou seja, os historiadores precisam problematizar suas fontes, a teoria que os embasa e a metodologia que empregam quando apresentam seus textos históricos. A literatura ao contrário, tem a seu dispor, a liberdade de criação do literato que objetivamente cria a sua narrativa e dá vida às personagens e seus romances. No entanto, a obra literária, pode ser também objeto de estudo dos historiadores, porque está datada e situada historicamente.

Quando trazemos aqui acontecimentos históricos que são transpostos para dentro da narrativa literária queremos demonstrar o quanto o autor, por

estar inserido naquele contexto, foi capaz de captar os sentimentos da época, os lugares que ocupavam os seus personagens, o imaginário e as representações em torno deles.

É importante destacar sempre que enquanto campo de pesquisa, a história pode e deve dialogar mais com a literatura e seus textos literários.

Concluimos afirmando que a literatura não substitui a narrativa histórica, o que ela faz é nos apresentar indícios de acontecimentos e personagens enquanto possibilidades de existência, na teia das representações e do imaginário.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Aluísio. O Cortiço. São Paulo: Ática, 1997

BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especificidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

----- Existe uma Nova História Cultural? Análise de um campo histórico in Revista Poder & Cultura. Ano I. Vol. 2. Outubro/2014|www.poderecultura.com

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BORELLI, Andréa. Matei por amor: as representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História Social) PUC-SP

BORGES, Valdeci. História e Literatura: Algumas Considerações in Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho/ 2010 Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892

BORDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales. São Paulo. Editora da UNESP, 1991

----- . O que é história cultural? Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2005.

CAINELLI, Marlene e MARTINS, Giovana. O uso da Literatura como fonte histórica e a relação entre Literatura e História in 7cih.pphuem, 2015.

CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Nacional, 1985.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (org.) A história contada: capítulos de História social da Literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7-13.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

----- . Cultura escrita, literatura e história. Porto Alegre: Artmed, 2001.

----- . A ordem dos livros. Brasília: UnB, 1999.

----- . À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. Porto
Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho/ 2010 Universidade
Federal de Goiás ISSN: 2175-5892 Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS,
2002.

----- . A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DAVI, Tânia Nunes. Subterrâneos do autoritarismo em Memórias do Cárcere (de
Graciliano Ramos e de Nelson Pereira dos Santos). Uberlândia: EDUFU, 2007.

DUBY, Georges. As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo. Lisboa: Edições
70, 1971. José D'Assunção Barros

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990
[original: 1939].

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir, história da violência nas prisões. Petrópolis:
Vozes, 1977.

FUJITANI, Takashi. Splendid Monarchy: Power and Pageantry in Modern Japan.
New Jersey: University of California Press, 1996

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara
Koogan, 1989.

GINZBURG, Carlo. Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. São Paulo:
Companhia das Letras, 2001.

----- . Relações de força: História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

----- . Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

----- . O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

----- . O queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

----- . O Inquisidor como Antropólogo. In: GINZBURG, Carlo. A Micro-História e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1991.

GOMES, Ângela Maria de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVEA, Maria de Fátima S. Culturas Políticas: ensaios de História Cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad /FAPERJ, 2005. p.21-44.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, T. A Invenção da Tradição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 [original: 1983]

HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. Trad. Jefferson Luis Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1992 (O Homem e a História).

KRISTEVA, Julia. Introdução à Semanálise. São Paulo: Martins, 1988.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: EdUNICAMP, 1990.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PARIS, Robert. A imagem do operário no século XIX pelo espelho de um vaudeville. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 8, n. 15, set.1987/ fev. 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

----- .Sandra Jatahy Pesavento, « História & literatura: uma *velha-nova* história », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 28 janvier 2006, URL : <http://journals.openedition.org/nuevomundo/1560> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.1560>

RODRIGUES, Laiane Coelho e BARBOSA, Clarissa Loureiro. A construção da memória e da identidade das personagens Ana Terra, Bibiana e Maria Valéria a partir das suas relações com seus objetos biográficos em O tempo e o vento in Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa da UNIGRANRIO ano III – Volume 1 - Número 2 2016

SANTOS, Regma Maria dos. Crônica e história: realidade e ficção no discurso jornalístico. In: SERPA, Elio Cantalicio; MENEZES, Marcos Antonio (org.). Escritas da história: narrativa, arte e nação. Uberlândia: EDUFU, 2007. p.95-110.

STAROBINSKI, Jean. A Literatura in LE GOFF, J e NORA, P. História Novas Abordagens. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

VERÍSSIMO, ÉRICO. O Tempo e o Vento. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

WHITE, Hayden. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 1995.

REPRESENTAÇÕES CARICATURAIS DA
PASSAGEM DO ANO NA *REVISTA*
ILUSTRADA (1876-1889)

Francisco das Neves Alves
Doutor em História do Brasil (PUCRS). Professor
Titular da Universidade Federal do Rio Grande

Ao longo do século XIX um dos gêneros jornalísticos que mais encontrou popularidade foi aquele voltado à caricatura. Com o predomínio do Rio de Janeiro, mas espalhando-se pelas principais cidades brasileiras, ao lado dos mais sisudos representantes da imprensa diária, de viés predominantemente noticioso, circularam semanários caricatos cujo fundamento era a prática de um periodismo crítico-opinativo embasado essencialmente no humor. De alguns poucos traços e rabiscos, constituindo verdadeiros rascunhos, até refinadíssimas representações ou reproduções pictóricas, as publicações ilustrado-humorísticas mostraram pelo prisma caricatural contextos históricos e certos personagens que neles atuaram. O diferencial de tais periódicos estava na utilização da imagem, atrativo não só para os leitores, como também para os pouco letrados e até os analfabetos, fenômeno que só serviu para aumentar ainda mais a tendência de cair no gosto popular.

Na capital brasileira, um artista italiano, mas brasileiro por adoção, desempenhou um papel preponderante na propagação da arte caricatural em meio aquele original império tropical. Ângelo Agostini, após atuar em várias folhas caricatas em São Paulo e no Rio de Janeiro, passava a publicar uma das mais importantes publicações de seu gênero no contexto brasileiro, a *Revista Ilustrada*. Chamado de o repórter do lápis, Agostini foi jornalista, editor e militante político, mas foi como ilustrador e caricaturista que se consagrou, sendo apontado como um dos inventores mundiais das histórias em quadrinhos. Foi o artista mais atuante de sua época, tendo produzido cerca de 3.200 páginas ilustradas, vindo a engajar-se muito bem com a conjuntura

política da época, pois além de retratar em suas charges uma postura anticlerical, participou intensamente do debate e dos movimentos abolicionista e republicano².

A produção de Ângelo Agostini, além de extensa, adquiriu características diversas e acentuou sua principal habilidade, a de sensível cronista visual. Ainda que mantivesse o traço acadêmico que marcava sua obra, ele chegaria ao limite da linguagem e do estilo que escolhera. Elaborou capas e cartazes, passando por histórias em quadrinhos, reconstituições de crimes, documentação do cotidiano da cidade, alegorias, crítica cultural, retratos, caricaturas e charges, de modo que praticamente não houve campo da expressão gráfica desenhada de então em que o artista não se manifestasse. Ele envolveu-se em polêmicas várias, atacou, foi atacado, tornou-se personagem da vida social e defendeu seu ponto de vista, tendo suas publicações como trincheira³. Agostini, artista extraordinário, engrandeceu as suas criações com o sentido político que lhes deu, já que ninguém manejou o lápis como arma no nível e com a eficácia do ilustrador meticuloso, que apanhava com o seu traço inconfundível não apenas os detalhes que a observação colhia, mas a profundidade e a significação que se exteriorizava nesses detalhes. Desse modo,

² COSTA, Carlos. *A revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 249.

³ MARINGONI, Gilberto. *Angelo Agostini: a imprensa ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864-1910*. São Paulo: Devir Livraria, 2011. p. 85.

o caricaturista foi sem a menor dúvida, uma das maiores figuras da imprensa brasileira em todos os tempos⁴.

Além das folhas que editou, Ângelo Agostini colaborou com inúmeros jornais de sua época⁵ e, junto de seus colegas, coube-lhe o mérito de registrar, sob a óptica do humor, o período mais tumultuado da monarquia brasileira⁶. Sua formação artística é europeia, mas sua arte moldou-se ao Brasil, onde se naturalizou por volta de 1888. Sua carreira revelou um genial caricaturista, tornando-se a figura mais emblemática da caricatura brasileira oitocentista. Exerceu ação fundamental nas grandes campanhas políticas da época, em uma carreira que atravessou quase meio século de imprensa, constituindo um artista cujo nome deve constar, por sua importância, na história da caricatura universal. Agostini revolucionou a caricatura nacional, por suas ideias liberais, antiescravistas e republicanas, que inspiravam sua atividade jornalística contra a escravidão e o clero conservador, campanhas que obtiveram reflexos e alcance em todo o país. O traço do artista, atribuído à escola realista e naturalista, tinha um estilo de grande comunicação, crítico e contundente, alcançando, assim,

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 217-218 e 220.

⁵ FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941. p. 407.

⁶ TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. 2.ed. São Paulo: Documentário, 1976. p. 12.

grande popularidade, estabelecendo-se como o autor de uma obra de vanguarda artística e humanitária⁷.

O caricaturista ítalo-brasileiro capturou o caráter pitoresco da vida brasileira, pois, o que constituiria seu padrão de glória mais alta haveria de ser o instantâneo da composição, a segurança e a beleza do modelado, o tumultuoso rebulição de certas cenas, o teor da vida concentrado em quaisquer detalhes e, acima de tudo, a admirável harmonia do conjunto que nunca se desequilibrava, por mais compacta a alegoria, na impressiva caracterização de uma figura ou de uma situação. Ele atuou em uma época na qual o ilustrador de jornal tinha de ser onímodo, tanto a fisgar os títeres locais pela gola, para o piparote da crítica jocosa, como registrando noitadas teatrais e sessões cívicas, passeatas e procissões, ou trazendo a público, em reconstituições sensacionais, a crônica dos crimes e fatos de escarcéu. Dessa maneira, durante quase meio século, esse formidável polemista do lápis, sem descanso nem folga, sempre se afirmou como irreverente fustigador de homens e de costumes, em milhares de charges na época em coisa alguma inferiores às melhores dos seus contemporâneos europeus⁸.

A produção artística de Agostini bem revelava que na obra do caricaturista transluz mais diáfana a alma de cada nação, uma vez que o modo

⁷ MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Gala Edições de Arte, 2012. p. 196, 198, 210 e 212.

⁸ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. v. 2. p. 784, 786, 787 e 788.

de pensar coletivo reflete-se em tiques no rir dos seus humoristas. Durante sua longa carreira, a sua voga foi larga a ponto de permitir ao desenhista viver do produto das assinaturas, durante longos anos, sem arrimar-se às muletas da cavação. Desse modo, sua obra constitui um documento retrospectivo da formação brasileira, cujo valor cresceria com o tempo⁹. Nesse sentido, aqueles que quiserem estudar a história brasileira devem recorrer forçosamente a esse colossal fabulário a esfumino, presente nas páginas da lavra de Ângelo Agostini, nas quais o gênio da caricatura perpassa de contínuo fixando, para gáudio do leitor da época e subsídio do historiador do futuro, as mazelas dos próceres nacionais. Ele elaborou centenas de charges e alegorias da mais vigorosa linguagem plástica e do mais sugestivo simbolismo. Observou agudamente homens e coisas, fatos e hábitos, as contingências do meio e do momento, exigindo corretivo mais enérgico do que a simples apresentação grotesca de quadros locais. Exerceu enorme influência entre seus contemporâneos brasileiros de norte a sul, atuando como infatigável comentarista do lápis, precursor da caricatura brasileira, mestre de sua arte, entre os maiores do seu tempo, na imprensa universal¹⁰.

No primeiro dia do ano de 1876, Ângelo Agostini fundou um de seus mais importantes e perenes projetos, a *Revista Ilustrada*, um dos grandes acontecimentos da imprensa brasileira, a qual atingiu enorme popularidade,

⁹ MONTEIRO LOBATO, José Bento. A caricatura no Brasil. In: *Ideias de Jeca Tatu*. 2.ed. São Paulo: Edição da *Revista do Brasil*, 1920. p. 16 e 33.

¹⁰ LIMA, 1963. v. 2. p. 790, 792, 794, 795 e 802.

chegando sua tiragem a quatro mil exemplares, índice até aí não alcançado por qualquer periódico ilustrado da América do Sul. Ela era regularmente distribuída em todas as províncias e nas principais cidades do interior, com assinatura por toda parte¹¹. Na *Revista* aparecia uma crônica do cotidiano e de costumes, estabelecendo uma proximidade com o leitor, criando com este uma comunicação direta e espontânea, impregnada ora de delicadeza, ora de humor, ora de atrevimento. Além disso, as charges e caricaturas de Agostini capturavam a atenção do público, referindo-se a personagens reais, com o relato gráfico do humor e uma narrativa eloquente. Nesse sentido, como publicação de conteúdo artístico, literário, econômico, político e social, a *Revista Ilustrada* destacou-se no meio jornalístico em que se inseriu pela impertinência no modo como abordava os temas nela tratados, já que, com bom humor, desferia suas farpas sobre fatos considerados suspeitos ou inadmissíveis na boa conduta¹².

Desde o início, a *Revista* atingiu significativo sucesso que se consolidou com o passar do tempo, vindo a constituir o periódico ilustrado satírico que obteve a maior popularidade do século XIX¹³. A trajetória da publicação seria singular, tanto por sua longevidade, quanto pela importância que assumiu. Ângelo Agostini deu início aquela que se tornaria a mais dedicada publicação

¹¹ SODRÉ, 1999, p. 217.

¹² SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *D'O Brasil Ilustrado (1855-1856) à Revista Ilustrada (1876-1898): trajetória da imprensa periódica literária ilustrada fluminense*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. p. 221 e 229.

¹³ MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 69.

satírica de todo o período imperial e um marco na história da imprensa brasileira, pois a *Revista* não apenas exibiu o melhor da produção do caricaturista, como se tornou um referencial político e cultural decisivo na jornada de lutas mais importante do período – a campanha abolicionista. Seu sucesso foi tamanho que durante a maior parte de sua existência, ela conseguiu manter-se sem recorrer a anunciantes ou subsídios oficiais¹⁴. Com a *Revista Ilustrada*, Agostini atingiu o clímax de sua trajetória, exercendo influência na opinião pública nacional¹⁵.

Desse modo, a *Revista* pode ser considerada como um órgão de destaque entre a imprensa caricatural de seu tempo, servindo como repositório de pensamentos e ideais presentes no meio político, artístico, cultural e literário. Tal publicação conquistou o apoio e a preferência de seu público graças à irreverência, impertinência com que discutia temas sérios, apresentando-os ao leitor por meio de caricaturas e textos irônicos, bem-humorados, que tinham por objetivo tornar a discussão dos fatos menos enfadonha e granjear adeptos para os posicionamentos e ideais por ela defendidas¹⁶. A *Revista Ilustrada* foi o maior documentário ilustrado que qualquer período da história brasileira conheceu, acrescentando à criação, a superioridade de arte participante. Agostini foi dos mais expressivos exemplos de como a militância política poderia enriquecer, ampliar e multiplicar o efeito das criações artísticas autênticas sendo, ainda, dos

¹⁴ MARINGONI, 2011, p. 85.

¹⁵ MAGNO, 2012, p. 208

¹⁶ SANT'ANNA, 2011, p. 256 e 266.

mais brasileiros dos artistas que conheceram e estimaram o quadro nacional, porque sentiu, compreendeu e expressou não apenas o que era característico dos brasileiros, daí a sua autenticidade, mas aquilo que representava o conteúdo do característico, isto é, o popular¹⁷.

Ao apresentar-se em seu número inaugural, a *Revista* exclamava que abrissem caminho bem franco para mais um campeão que se apresentava na arena, de lápis em riste, pronto a combater os abusos, de onde quer que eles viessem, e a distribuir justiça com a hombridade de Salomão. Revelando sua experiência nas lides jornalísticas, o redator destacava que ele não era nenhum calouro, que pretendesse entrar com pés de lã na contenda jornalística para afinar a sua voz pelo diapasão da grande orquestra da imprensa humorística carioca. Inclusive, enfatizava que se dava o contrário, por tratar-se de um veterano, já muito calejado nas lides semanais que voltava resfolgado à cena. Dizia que seu programa é dos mais simples, podendo ser resumido em poucas palavras: falar a verdade, sempre a verdade, ainda que por isso lhe caísse algum dente. Perguntava se os leitores estariam prevenidos, pois quem se zangasse com ele poderia ficar certo de perder o seu latim¹⁸.

E a *Revista* enfrentaria várias batalhas, firmando-se como o periódico caricato que mais influenciaria as publicações de seu gênero ao longo do território brasileiro. Suas caricaturas, por vezes contundentes, puseram a nu os traços grotescos da classe dominante brasileira, suas irremediáveis mazelas,

¹⁷ SODRÉ, 1999, 218.

¹⁸ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 1º jan. 1876.

seus atraso insuportável, e o vazio triste dos ornamentos, dos artifícios, dos disfarces com que se apresentava, buscando aparentar grandeza. Ângelo Agostini enobreceu a sua profissão e assinalou, notadamente com a *Revista Ilustrada*, um dos grandes momentos da imprensa brasileira. A coleção dessa revista constitui um dos mais preciosos mananciais para o estudo de uma época da formação histórica brasileira, insubstituível sob todos os títulos, informativa como poucos livros e enriquecida pela posição combativa do artista extraordinário que acrescentava à qualidade de suas criações, jamais excedida em seu tempo, o conteúdo de participação, a que não faltou em tempo algum¹⁹.

A *Revista Ilustrada* teria uma longa vida, circulando até agosto de 1898. Mas não foi com seu fundador que ela seguiu até o fim, pois, no auge da fama, aclamado com um dos artífices da abolição, Agostini se envolveu em um escândalo familiar e, em outubro de 1888, seguiu para uma espécie de exílio forçado na França. Tinha planos para uma curta estadia, mas só retornaria ao Brasil no final de 1894, sem mais voltar para a *Revista*, vindo inclusive a fundar outra folha ilustrada. A *Revista* continuou sem ele, e por um bom tempo conseguiu manter o nível, mas aos poucos esvaziou a forma, sucumbiu à política da cavação, perdeu credibilidade e importância. Além disso, os tempos também eram outros, já que os artífices da república, instalada em novembro de 1889, não herdaram a tolerância da monarquia e os ventos da liberdade de imprensa se tornavam coisa do passado²⁰. Dessa maneira, Agostini

¹⁹ SODRÉ, 1999, p. 218 e 220.

²⁰ COSTA, 2012, p. 347 e 412

acompanhou a vitória de uma de suas campanhas, a da abolição da escravatura, mas não conviveu diretamente com a derrocada definitiva da monarquia.

Quando da proclamação da república, Ângelo Agostini já se encontrava em seu autoexílio na França. Mesmo não estando na direção, seu nome continuou por muito tempo aparecendo no cabeçalho da *Revista*, ao menos na condição de fundador. Sob a nova direção a *Revista Ilustrada* não se posicionou contra o sistema republicano recém-implantado, deixando de mostrar, conforme esperavam seus leitores, as falhas do novo governo. Tal ausência de um procedimento mais crítico deveu-se ao posicionamento favorável à forma de governo instaurada, de modo que, com o afastamento de Agostini, a folha sofreu gradualmente algumas transformações de caráter ideológico e doutrinário, perdendo boa parte de seu espírito de combatividade, silenciando-se diante de fatos governamentais que deveria ter questionado. A publicação manteve-se alheia a debates que os desmandos do regime republicano suscitavam, bem como se esqueceu dos anseios do público que sustentara durante tanto tempo a sua edição e, provavelmente, também tenha sido esquecida por esse, vindo a encerrar suas atividades em agosto de 1898. Assim, a folha perdeu gradualmente parte de seu espírito de combatividade e adotou um procedimento mais de parceria do que crítico em relação ao governo republicano implantado. Afastou-se, portanto, dos interesses de seu público e, por consequência, perdeu boa parte do apoio que este a concedia, encerrando suas atividades²¹.

²¹ SANT'ANNA, 2011, p. 240 e 266.

A partir da mudança na forma de governo e da ausência de Agostini, ficara faltando algo na edição da *Revista Ilustrada*. Tal diferença possivelmente tivesse relação com a inexistência de uma grande campanha a galvanizar emoções e pensamentos, como ocorrera à época da luta pela abolição. A publicação passava a não ir bem, a partir de 1891 a periodicidade começava a se tornar irregular, sendo comum haver até duas semanas seguidas em que não dava as caras aos leitores, com frequentes interrupções e progressiva diminuição de números editados por ano. Com a república, as sucessivas edições exibiam textos e desenhos que beiravam à adulação aberta, ou seja, de veículo razoavelmente autônomo, a *Revista* passava a fazer a crônica de personagens do universo palaciano. Tratava-se de uma visão do mundo sem conflitos, de uma dinâmica histórica feita por supostos consensos, na qual não haveria razões para divergências ou contestações²². Nessa linha, o periódico tornara-se uma publicação de franco adesismo e um instrumento de apoio ao governo republicano²³. Sem a criatividade de seu fundador e perdendo sua seiva editorial combativa, a *Revista Ilustrada* viria a minguar progressivamente até o seu desaparecimento²⁴.

²² MARINGONI, 2011, p. 154-156.

²³ MAGNO, 2012, p. 215.

²⁴ Contextualização realizada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Construção de imagens acerca da mulher na imprensa caricata lisbonense e carioca nas três décadas finais do século XIX*. Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2020. p. 8 e 18-26.

Assim, durante boa parte da existência da *Revista Ilustrada*, a crítica e o humor eram sua seiva editorial, além de empreender uma prática moralizadora, visando a combater aquilo que considerava como mazelas que assolavam as sociedades. Nesse sentido, suas apreciações seguiam a perspectiva joco-séria, uma vez que o humor pode ser divertido e sério ao mesmo tempo, já que corresponde a uma qualidade vital da condição humana. Tal enfoque reflete as percepções culturais mais profundas, oferecendo um instrumento poderoso para a compreensão dos modos de pensar e sentir moldados pela cultura²⁵. Levando em conta tal premissa, a imprensa humorística traz consigo uma particularidade aliciante e extremamente absorvente, encontrando-se em suas representações o pitoresco das sociedades, as suas grandezas e misérias, constituindo um verdadeiro reflexo dos modos de ver, de ser e de parecer de uma época²⁶.

A exemplo de seus congêneres, a *Revista* observou a realidade através de uma lente específica, tendo o fim de caracterizar aquilo que objetivava no momento, seja um fato ou uma personalidade. Para tanto, lançava mão de um poder de síntese e da fixação do traço definidor de um caráter ou de uma situação, além da acuidade de observação, e da sensibilidade que levam à

²⁵ DRIESSEN, Henk. Humor, riso e o campo: reflexões da antropologia. In: BREMMER, Jan & RODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 251.

²⁶ MORAIS, Fernanda Borges Ferreira; MAGALHÃES, Maria Benedita Cabral de & MORAIS, Maria José da Silva. *A caricatura: um recurso educativo nas aulas de História*. Lisboa: Associação de Professores de História, 1996. p. 6.

apreensão de certos índices, pessoais ou coletivos, refletindo-se tais estratégias na instantaneidade de criação e execução de seus textos e desenhos²⁷. A arte caricatural foi o diferencial da imprensa ilustrado-humorística do século XIX e, na execução de tal concepção artística a estratégia alegórica foi recorrentemente utilizada. As alegorias constituem uma figuração que toma com maior frequência a forma humana, mas também pode ser relacionada a um feito heroico, a uma determinada situação, a uma virtude ou a um ser abstrato. Elas exprimem uma operação racional, constituindo uma figuração, em um mesmo nível de consciência, daquilo que já pode ser bem conhecido de uma outra maneira²⁸. Assim, a alegoria traz consigo um conceito já bem racionalizado, sendo constituída para designar realidades concretas, envolvendo imagens criadas consciente e inconscientemente²⁹. Nesse quadro, a interpretação de uma imagem pode ultrapassar a ela mesma, com o desencadear de palavras, de uma ideia ou de um discurso interior, partindo da imagem que é o seu suporte, mas que a ela simultaneamente está ligada. A partir de tal perspectiva se estabelecem as imagens simbólicas e convencionais, que procuram exprimir noções abstratas, as quais recorrem ao símbolo e, conseqüentemente, à boa vontade interpretativa do leitor³⁰.

²⁷ LIMA, 1963, v. 1, p. 28-29.

²⁸ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. xvi.

²⁹ CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Editora Moraes, 1984. p. 37-38.

³⁰ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Lisboa: Edições 70, 2004. p. 123-124.

Em meio às tantas representações e concepções alegóricas das quais a *Revista Ilustrada* lançou mão, uma que teve recorrência periódica foi aquela vinculada à passagem do ano. Como era prática do jornalismo de seu gênero, a passagem da última edição anual e ou a inaugural do ano seguinte, na virada de dezembro para janeiro trazia consigo algum registro imagético que demarcava aquele momento de transição. Havia então espaço para a reflexão, em geral envolvendo a avaliação do tempo que passou e o prognóstico em relação ao que estava por vir. Tratava-se da abordagem de um tempo social, ou seja, aquele que é concebido como uma categoria de pensamento e, como tal, o resultado de uma elaboração ou construção simbólica solidária com o sentido e os recortes gerais de cada cultura, com ênfase no caráter social, ao procurar acentuar a relatividade da noção ocidental de tempo, em face não só das classificações diversas das demais culturas, mas também das diferentes modalidades em que ela própria se expressa – historicidade, tradição, evolução, revolução, entre outras³¹. Tal noção de tempo esteve associada a uma perspectiva de mudança e a uma avaliação das experiências de mundo a ele inerentes³². O tempo remete ao ciclo da vida simbolizando o limite da duração humana em distinção para com a eternidade³³.

³¹ DUARTE, Luiz Fernando Dias. Tempo social. In: SILVA, Benedito (Coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 1205.

³² WHITROW, Gerald James. *O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 206-207.

³³ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 876.

Nessa linha, a passagem dos anos ao longo de sua existência, foi uma representação recorrente nas edições da *Revista*³⁴, marcadas pela época do calendário. Para tanto, o semanário utilizou-se significativamente do conteúdo alegórico/simbólico, assim como buscou, pelo prisma caricatural, retratar detalhes da realidade e dos costumes habituais dessa época. Ao dedicar uma menção específica para tal transição, o periódico levava em conta o significado da mesma para os seus leitores. De acordo com tal perspectiva o ano simboliza a medida de um processo cíclico completo, contendo em si suas fases ascendente e descendente, evolutiva e involutiva, como no caso das estações, além de anunciar um retorno periódico de um ciclo. Nessa linha, o ano pode significar não apenas os trezentos e sessenta e cinco dias do ano solar, mas qualquer conjunto cíclico, em um quadro pelo qual a ruptura para com tal ciclo pode compreender a morte e a imobilidade, ou a permanência e a eternidade³⁵.

Uma das mais tradicionais representações que a imprensa ilustrado-humorística lançou mão para simbolizar tal transição deu-se a partir da designação do ano que terminava ou o “ano velho”, que era apresentado como um ancião, ao passo que o “ano novo” era apresentado por uma criança ou um jovem. Em tal contexto, o ancião trazia consigo a carga de experiência e

³⁴ Nesse trabalho, a opção foi por abordar as edições da *Revista Ilustrada*, desde a sua criação, em 1876, até a transição monarquia-república, em 1889, demarcando o período em que Agostini esteve à frente da publicação e o primeiro ano de sua ausência. Além disso, 1889 demarcaria a culminância de duas das bandeiras de luta do periódico, com a instalação da nova forma de governo e, no ano anterior, a abolição da escravidão.

³⁵ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 62-63.

aprendizado do ano que se encerrava, uma vez que tal figura é a personificação do saber ancestral da humanidade ou inconsciente coletivo³⁶. Nessa linha, a velhice constitui um sinal de sabedoria e de virtude, já que uma prefiguração da longevidade traz consigo um longo acúmulo de experiência e de reflexão³⁷. Já a criança é um símbolo universal de potencialidades futuras e, ao mesmo tempo, uma manifestação concreta da herança do passado, pois representa o pretérito à medida que foi gerada pelas forças que a precederam, surgindo o futuro como uma possibilidade aberta³⁸. A infância é também um símbolo da inocência, ou seja, a etapa anterior ao pecado, traduzindo o estado edênico, de modo que a criança é o símbolo da simplicidade natural e da espontaneidade³⁹. Em seu número inaugural, a *Revista Ilustrada*, trazia a imagem do ano velho como um ancião alado, com a foice que cortava o tempo em uma das mãos, ao passo que, com a outra, largava ao mundo o infante 1876, destacando que este deveria procurar “fazer a felicidade de todos”, encerrando com um peremptório “adeus”, tal qual estivesse abandonando a criança à sua própria sorte, para que, como ele fizera ao longo dos últimos 365 dias, enfrentasse todas as dificuldades da existência humana⁴⁰.

³⁶ CIRLOT, 1984. p. 75.

³⁷ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 934.

³⁸ CLIFT, Wallace B. Criança. In: ELIADE, Mircea & COULIANO, Ioan Petru (orgs.). *Dicionário dos símbolos*. Petrópolis: Vozes, 2024. p. 160.

³⁹ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 302.

⁴⁰ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 1º jan. 1876.



Já no último dia de dezembro de 1876, a alegoria trazia vários elementos constitutivos. Um deles era o bobo da corte, verdadeiro símbolo da arte caricatural e da própria *Revista Ilustrada*, o qual constitui aquele que se refere em tom duro às coisas agradáveis e em tom jocoso às terríveis, vindo a constituir a inversão do rei, não sendo um personagem necessariamente cômico, mas sim dual⁴¹. Ele traz consigo também a figura do rei assassinado, simbolizando a inversão da compostura régia nos seus atavios, palavras e atitudes. Nesse quadro, a majestade passa a ser substituída pela chalaça e a irreverência; a soberania, pela ausência de toda a autoridade; o temor, pelo riso; a vitória pela derrota; os golpes dados pelos recebidos; as cerimônias as mais sagradas, pelo ridículo; e a morte, pela zombaria. Sinteticamente, ele é como que o reverso da medalha, o contrário da realeza, ou seja, a paródia encarnada⁴². Os vários bobos da corte traziam algumas das “mazelas” – na forma de animais que trazem reflexões sobre a natureza do ser humano⁴³ – as quais estariam a atingir a sociedade brasileira, como as limitações das autoridades públicas, a lerdeza dos serviços de correio e telégrafo, o emaranhando administrativo no âmbito municipal, a roubalheira no sistema alfandegário e a dilapidação do dinheiro público, pretendendo que o ancião ano velho levasse todas elas consigo, ao que ele se negava peremptoriamente, farto de ter aguentado tudo aquilo ao longo de sua existência. Enquanto isso, uma carruagem também conduzida por um

⁴¹ CIRLOT, 1984, p. 120.

⁴² CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 680.

⁴³ WALENS, Stanley. Animais. In: ELIADE, Mircea & COULIANO, Ioan Petru (orgs.). *Dicionário dos símbolos*. Petrópolis: Vozes, 2024. p. 45.

velho, como veículo de uma alma em experiência⁴⁴, e puxada por um cavalo alado, que simboliza o poder ascensional das forças naturais, a capacidade inata de espiritualização e a inversão do mal em bem⁴⁵, trazia o jovem ano novo que observava aquela cena com estupefação⁴⁶.



Ainda ao final de 1876, a própria *Revista Ilustrada* tratava as tradições em torno da virada do ano com jocosidade por meio de ilustração que trazia em sua

⁴⁴ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 194.

⁴⁵ CIRLOT, 1984, p. 120.

⁴⁶ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 31 dez. 1876.

parte superior duas figuras referentes ao zodíaco, Capricórnio e Aquário, desigando o final e o início do ciclo anual, e duas representações da passagem, do esgotamento e do movimento perpétuo do tempo, a ampulheta e o relógio⁴⁷. O periódico descrevia que o novo ano era pintado como uma criança aplaudida e festejada por todos, chegando a ser chamada de “ano bom”, trazendo uma cornucópia, símbolo da fecundidade, da felicidade e da abundância⁴⁸, que trazia consigo a realização dos sonhos de todos. Por outro lado, “o ano que acaba pinta-se sempre como um velho, em que se mete a bota desapiedadamente”, de modo que, no encontro entre ambos, o ancião avisava ao jovem que o seu destino viria a ser o mesmo. Preferindo uma representação mais moderna e concreta, o semanário dizia que “a melhor de todas as alegorias sobre o ano bom e o ano velho” era uma que “não é tão poética, mas é muito real”, trazendo o ano de 1876, um adulto, e o de 1877, uma criança, que atazanavam um cidadão trazendo-lhe todas as contas a serem pagas⁴⁹. Já em 1877, o ano velho explicava ao bobo da corte que todos estavam fadados a terem suas vidas julgadas pelo “livro do destino”, ao passo que, ao final dezembro, diversos bobos da corte, insatisfeitos, atiravam por um precipício – símbolo do sem fundo, das profundezas e das alturas indefinidas⁵⁰ – o ano-ancião⁵¹.

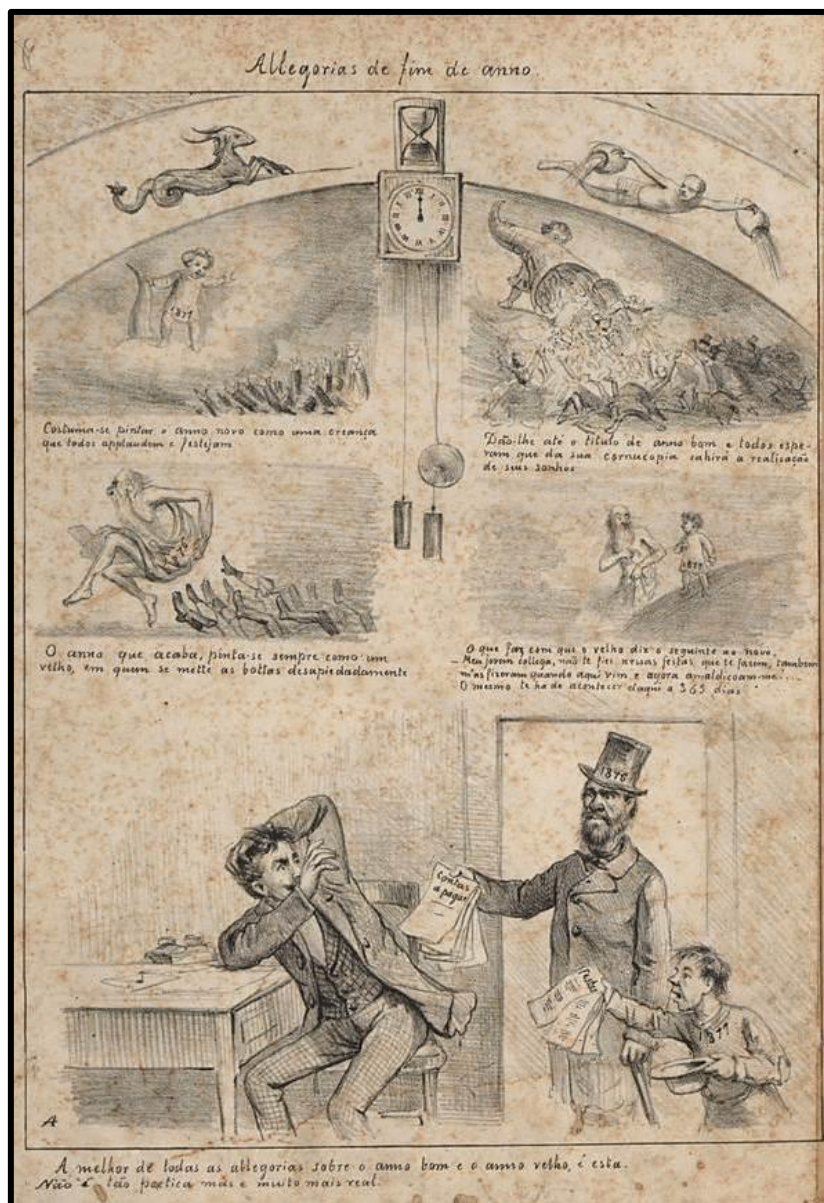
⁴⁷ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 48, 68 e 164; e CIRLOT, 1984. p. 497.

⁴⁸ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 288; e CIRLOT, 1984. p. 182.

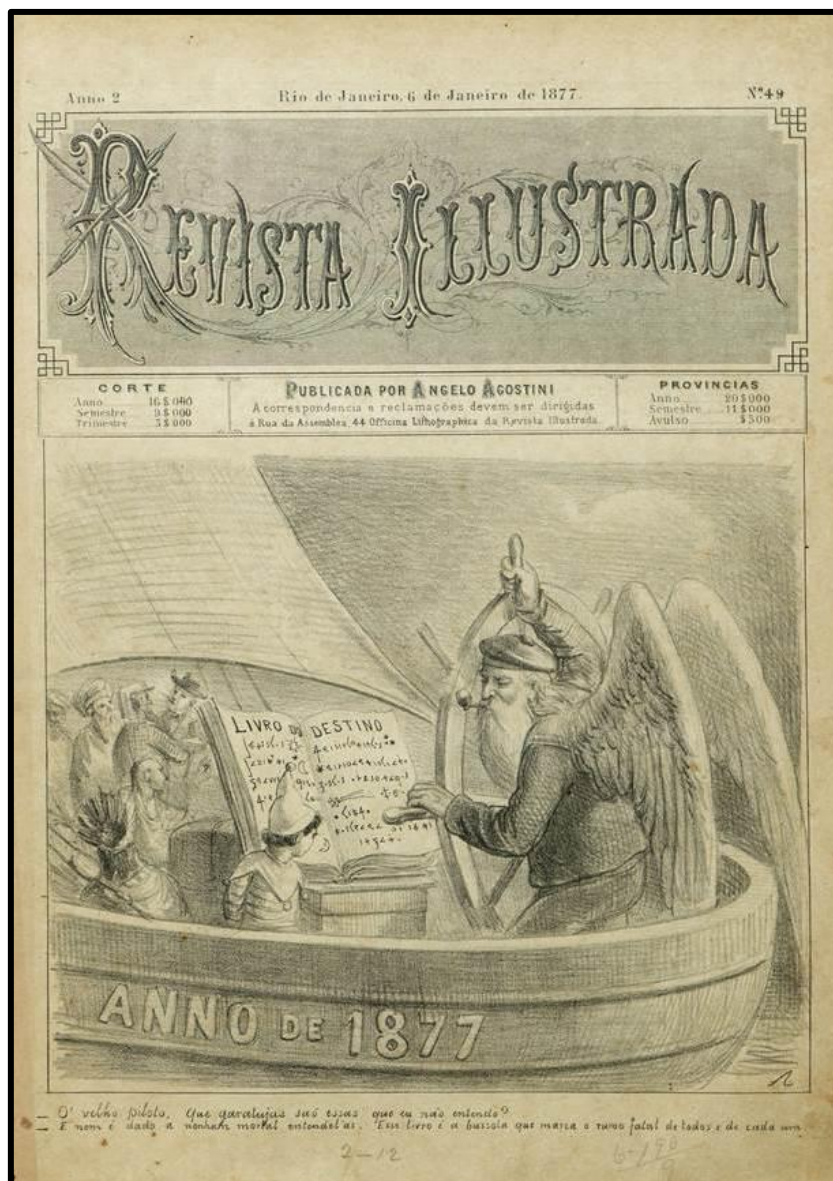
⁴⁹ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 31 dez. 1876.

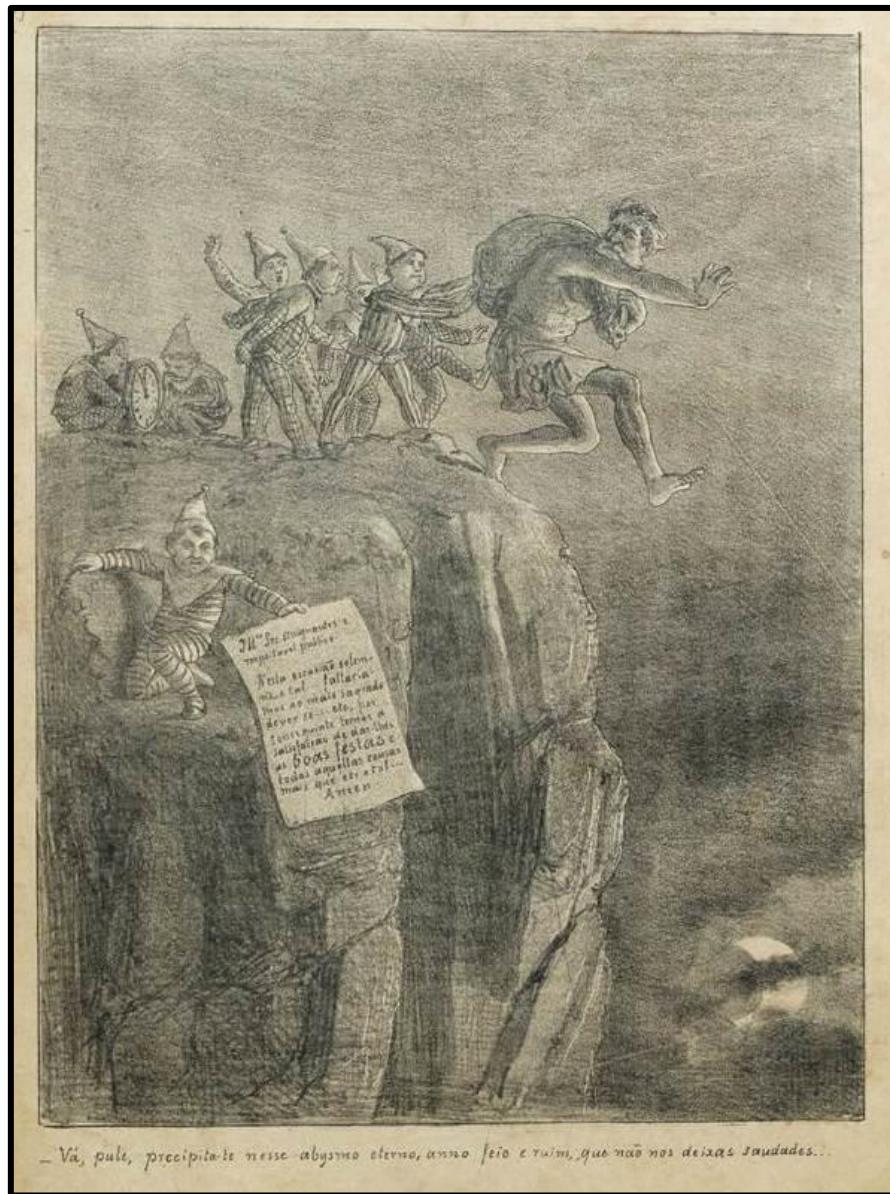
⁵⁰ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 5; e CIRLOT, 1984. p. 53-54.

⁵¹ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 6 jan. 1877 e 31 dez. 1877.



MÚLTIPLOS ESTUDOS DE NATUREZA HISTÓRICA





Na transição de 1877 para 1878, o velho mais uma vez trazia o novo, sob chuva torrencial – associada à fertilização e à purificação⁵² –, para a comemoração dos bobos da corte, preocupados com “as terríveis secas” que eram prenunciadas⁵³. Uma nova alegoria trazia novamente os emblemas do zodíaco de Capricórnio e Aquário, representando início e fim do ciclo anual, com os bobos da corte prontos para mais uma vez atirar o ano velho para o abismo, dizendo-lhe que chegara “o termo fatal”⁵⁴. Em outra oportunidade, o ano velho embarcava em um trem, evocando o caráter inexorável da passagem do tempo, com horários e cronogramas inflexíveis, obrigando o indivíduo a submeter-se a eles, obedecendo a uma ordem e a uma hierarquia inflexíveis⁵⁵, enquanto o jovem ano novo questionava se era a seca a responsável pela crise que afetava o país, obtendo por resposta que a culpada era a política. As dificuldades eram representadas a partir da inspiração embasada na mitologia greco-romana, aparecendo em grandes dificuldades, as divindades Atenas (Minerva), Demeter (Ceres) e Hermes (Mercúrio), designando a indústria, a lavoura e o comércio⁵⁶. Ao fundo, o bobo da corte qualificava os políticos imperiais como loucos, enquanto que, em primeiro plano, o indígena, tradicional símbolo do povo brasileiro, observava a cena estupefato⁵⁷.

⁵² CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 235; e CIRLOT, 1984. p. 159.

⁵³ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 5 jan. 1878.

⁵⁴ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 28 dez. 1878.

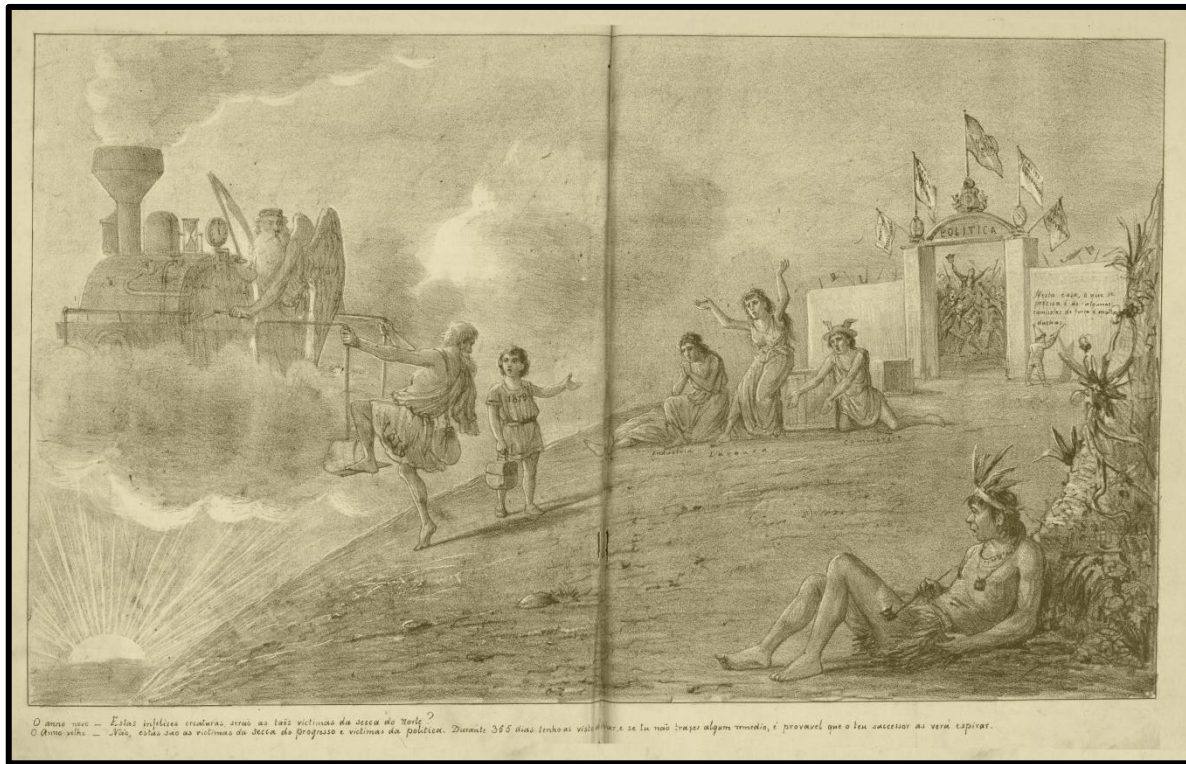
⁵⁵ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 896.

⁵⁶ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 96 e 328 e 487.

⁵⁷ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 4 jan. 1879.







Na passagem de 1879 para 1880, o ano velho fugia espertamente, deixando uma dura herança para seu sucessor, um novo imposto, representado na forma de uma bomba que estourava, atingindo em cheio o seu sucessor, em ato que assustava o bobo da corte⁵⁸. Como a data de fundação da *Revista Ilustrada*, oportunidade em que comemorava o seu aniversário, era o primeiro dia do ano, ao passo que no derradeiro dia de dezembro, a publicação por vezes fazia o seu

⁵⁸ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 7 jan. 1880.

balanço editorial; e nessas datas também, em algumas oportunidades, o periódico preferiu abordar um tema mais momentoso, fazendo com que não chegasse a trazer a alegoria da passagem do ano. Já em ocasião em que voltou a apresentar tal representação, o bobo da corte aparecia exercendo o papel de redator, enquanto o relógio marcava meia-noite, anunciando a chegada de 1882, em um quadro pelo qual a figura joco-séria refletia que havia o hábito de todos os anos “fazer um desenho alegórico à entrada do novo ano”, mas, naquele momento, se mostrava sem imaginação para tanto, talvez por causa do calor excessivo ou por ver a precariedade da situação nacional⁵⁹. Nos primórdios de 1883, diante de seu grande público – os leitores da revista –, o bobo da corte fazia o papel de um acrobata, que passava pelo obstáculo que designava o ano de 1883, o qual era sustentado pelo ancião que simbolizava o ano velho revelando o sucesso da revista ao chegar em seu oitavo ano⁶⁰. As esperanças, entretanto, esvaeceram ao longo dos 365 dias que se seguiram, pois ao final do ano, sob chuva torrencial, o bobo da corte via 1883 como um carro fúnebre que adentrava o cemitério. Tal olhar negativo para com o ano findo era acompanhada pela presença de personagem que simbolizava a passagem do tempo – inspiração mitológica do titã Cronos (Saturno)⁶¹ – e voava pelos céus, carregando um relógio de cujo interior saía o ano novo, enquanto o ancião ano velho jazia morto atirado ao chão⁶².

⁵⁹ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 31 dez. 1881.

⁶⁰ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 6 jan. 1883.

⁶¹ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 307.

⁶² REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 31 dez. 1883.

Anno 5 Rio de Janeiro, 1880 Nº 189

REVISTA ILUSTRADA

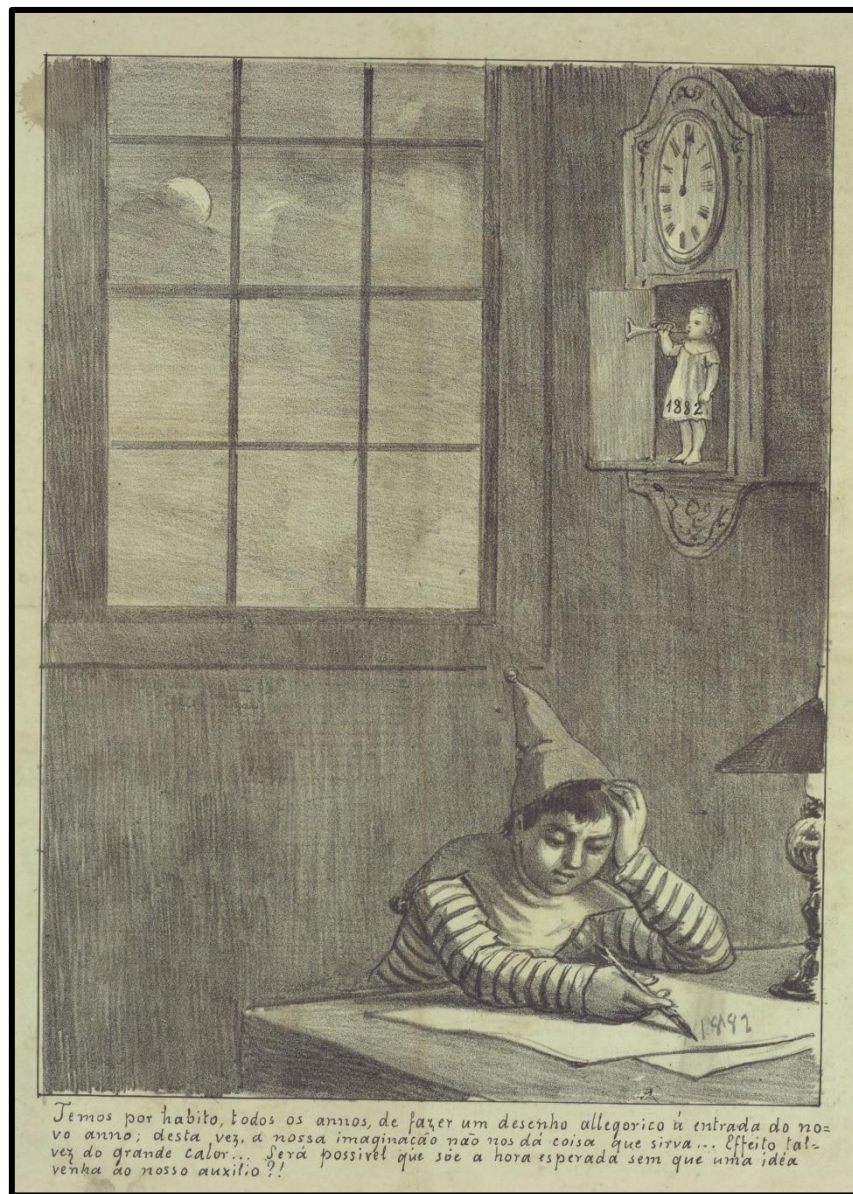
CORTE	PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI	PROVINCIAS
Anno 16 \$ 000	A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas	Anno 20 \$ 000
Semestre 9 \$ 000	a Rua da Assembleia 44 Officina Lithographica da Revista Illustrada	Semestre 11 \$ 000
Trimestre 5 \$ 000		Avulso \$ 500

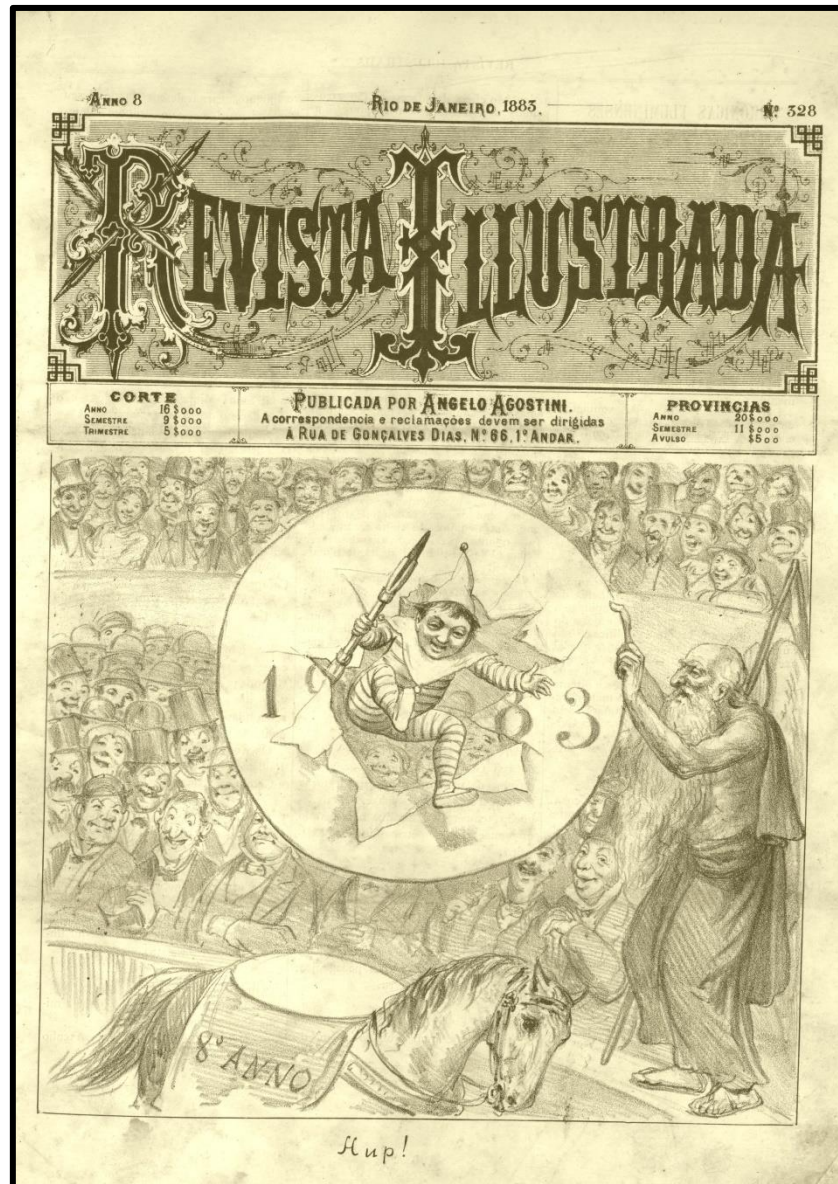
AVISO

Comprehendidos a anxiedade de dos nossos leitores em ver reproduzidos os principais e extraordinarios acontecimentos destes dois dias, resolvemos fazer um supplemento especial ao N.º 189 que damos hoje. O numero 189, sera distribuido na proxima 3.ª feira.

Pobre anno novo fluminense! Logo no seu primeiro dia, ficou com a sua camisinha salpicada de sangue!
Foi a herança do velho e ruin anno de 1879.

MÚLTIPLOS ESTUDOS DE NATUREZA HISTÓRICA





ANNO 8. RIO DE JANEIRO. 1883. Nº 566

REVISTA ILUSTRADA

CORTÉ		PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI. A correspondência e reclamações devem ser dirigidas A RUA DE GONÇALVES DIAS, Nº 66, 1.º ANDAR.	PROVINCIAS	
ANNO	16\$000		ANNO	20\$000
SEMESTRE	9\$000		SEMESTRE	11\$000
TRIMESTRE	5\$000		AVULSO	\$500

Mais um! Coitado! Se elle não foi dos melhores, também não foi dos piores!
Que a posteridade e a História te sejam leves!



Em outra caricatura, o bobo da corte, de crayon à mão – outro símbolo da arte caricatural –, se despedia do ano velho, que mais uma vez caía em um precipício, saudando o ancião por não tê-lo levado junto para o seu triste destino⁶³. A inspiração para mais uma das alegorias foi a da navegação, evocando a ideia de força e de segurança em uma travessia, mas também as dificuldades enfrentadas nos deslocamentos⁶⁴, tanto que o bobo da corte se mostrava tranquilo ao navegar em embarcação pilotada por Cronos, designando o ano que nascia, ao passo que do ano findo só restava a bandeirola do mastro principal, uma vez que este já teria naufragado⁶⁵. Em mais um final de ano, a folha trazia o bobo da corte feliz pelo encerramento com chuva, providenciada pelo ano velho através de um regador, de modo a atenuar a “tremenda seca” até então enfrentada⁶⁶. Em uma nova transição, as representações foram repetidas, com o calendário demarcando a chegada do 31 de dezembro, ao passo que o relógio marcava meia-noite, exato momento em que morria o velho 1886, enquanto surgia o recém-nascido 1887, para comentário do periódico de que assim era o mundo, ou seja, “acabam uns, nascem outros”⁶⁷.

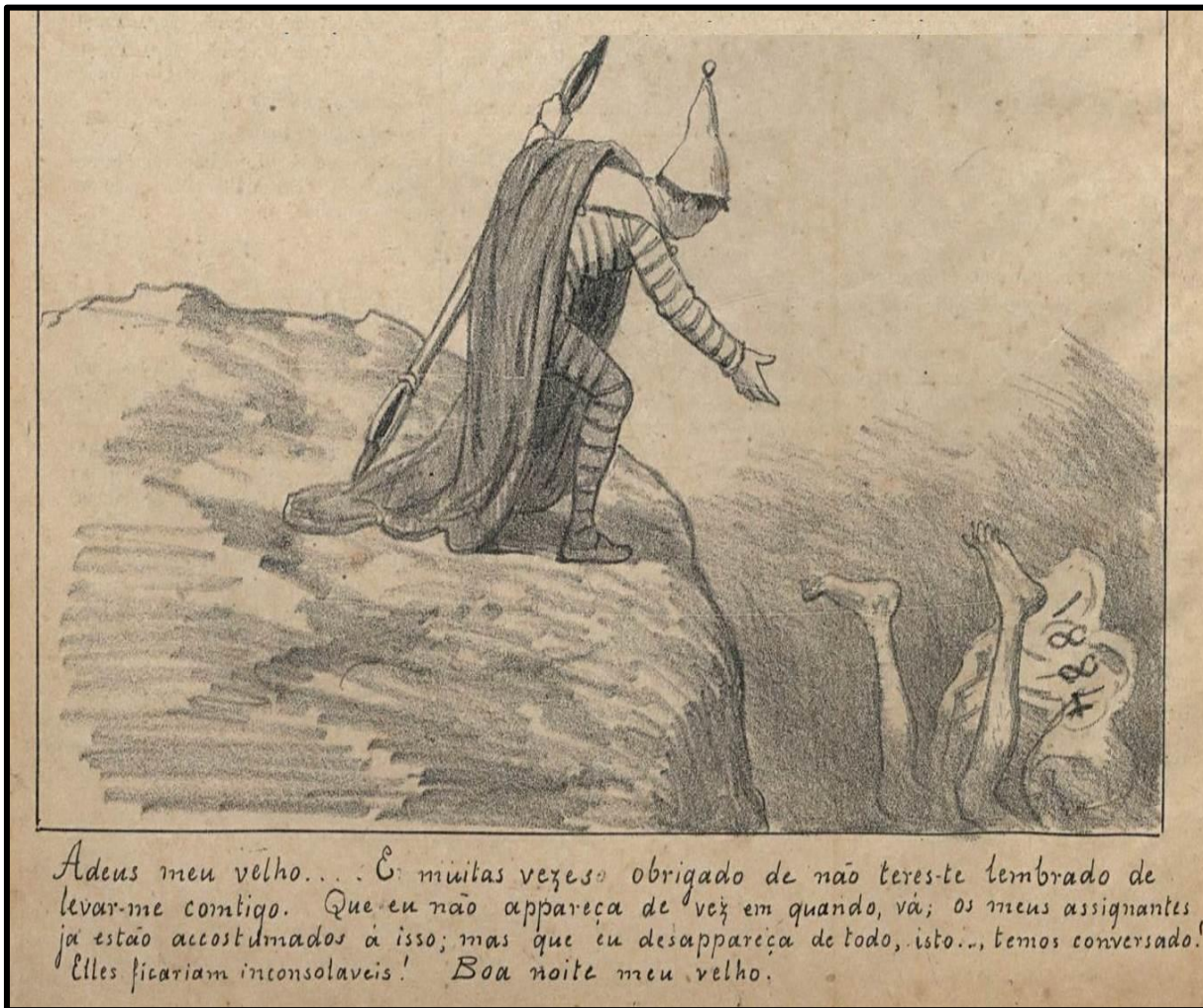
⁶³ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 31 dez. 1884.

⁶⁴ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 632 e 874.

⁶⁵ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 10 jan. 1885.

⁶⁶ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 31 dez. 1885.

⁶⁷ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 31 dez. 1886.



Adeus meu velho... É muitas vezes obrigado de não teres-te lembrado de
levar-me contigo. Que eu não appareça de vez em quando, vá; os meus assignantes
já estão accostumados a isso; mas que eu desapareça de todo, isto..., temos conversado!
Elles ficariam inconsolaveis! Boa noite meu velho.

MÚLTIPLOS ESTUDOS DE NATUREZA HISTÓRICA

Anno 10 — RIO DE JANEIRO 1885 — Nº 599

REVISTA ILUSTRADA

CORTE		PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI. A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas À RUA DE GONÇALVES DIAS, N.º 50, SOBRADO.	PROVINCIAS	
ANNO	16 \$000		ANNO	20 \$000
SEMESTRE	9 \$000		SEMESTRE	11 \$000
TRIMESTRE	5 \$000		AVULSO	\$500



Que esta viagem de 365 dias seja muito feliz, é o que desejamos a todos os nossos assignantes em geral e a esta nossa humilde pessoa em particular.

ANNO 10
RIO DE JANEIRO. 1885
Nº 424

REVISTA ILUSTRADA

CORTE

ANNO	16 \$ 000
SEMESTRE	8 \$ 000
TRIMESTRE	5 \$ 000

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI.
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas
A RUA DE GONÇALVES DIAS, N.º 50, SOBRADO.

PROVINCIAS

ANNO	20 \$ 000
SEMESTRE	11 \$ 000
AVULSO	5 \$ 000



O anno velho, ficou tão penalizado com a tremenda secca, que, antes de partir, quiz obsequiar o povo fluminense com copiosa regação.
Por nossa parte, agradecemos.

MÚLTIPLOS ESTUDOS DE NATUREZA HISTÓRICA



Já em nova virada de ano, a criança 1887 apavorava-se, percebendo que seu destino poderia estar seriamente comprometido, com presença de dois males profundos, a peste e a guerra, que se mostravam ameaçadoras e eram simbolizadas pela amedrontadora figura do ceifador de vidas⁶⁸, designando a morte iminente, uma vez que apavorante tanto na aparência quanto no significado, demonstrava não só a morte individual, mas uma possível destruição que ameaçava a própria existência⁶⁹. Em outra representação, o trem era mais uma vez o meio de transporte para a chegada do ano novo e a partida do velho, com o aviso de que se tratava de um caminho sem retorno para a eternidade⁷⁰. Já sem a presença de Agostini no Brasil, mas com a revista mantendo o norte editorial inspirado por seu fundador, antes de tornar-se um órgão meramente oficialista, as despedidas de 1888 e 1889 demarcaram a culminância dos dois maiores bastiões de lutas do periódico, vinculados ao abolicionismo e ao republicanismo. Nesse sentido, o ano velho de 1888, ao contrário da usual despedida melancólica, foi lançado à imortalidade e recebeu os louros do 13 de Maio, por ter trazido a libertação dos escravos⁷¹. Já o ano ancião de 1889 portava um barrete frígio, símbolo da república, e recebia um efusivo abraço do bobo da corte, dizendo-lhe que seu nome permaneceria “imortal em nossa História”, enquanto a criança 1890 chegava em um balão, designando um possível progresso sob a nova forma de governo⁷².

⁶⁸ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 8 jan. 1887.

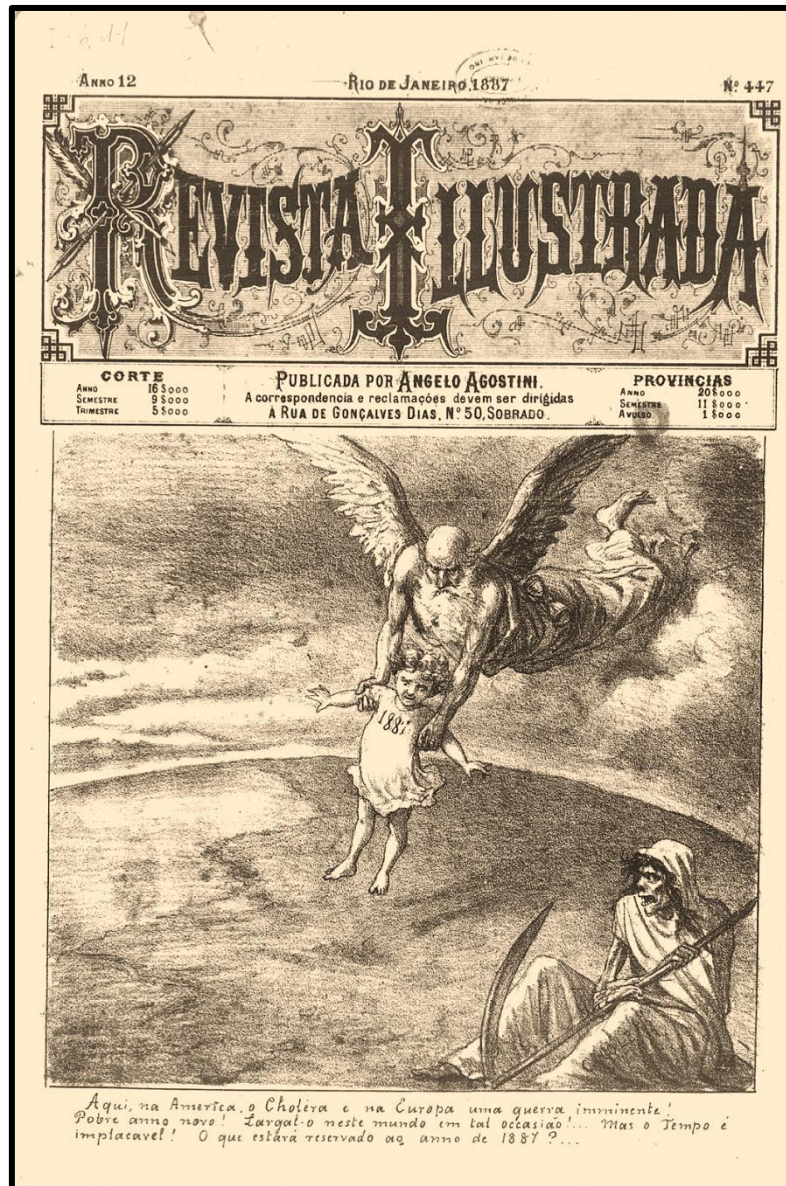
⁶⁹ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 622.

⁷⁰ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 31 dez. 1887.

⁷¹ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 29 dez. 1888.

⁷² REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 31 dez. 1889.

MÚLTIPLOS ESTUDOS DE NATUREZA HISTÓRICA



ANNO 12
RIO DE JANEIRO 1887
Nº 478

REVISTA ILUSTRADA

CORTE

Anno	16 \$000
Semestre	9 \$000
Trimestre	5 \$000

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI.
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas
A RUA DE GONÇALVES DIAS, N.º 50, SOBRADO.

PROVINCIAS

Anno	20 \$000
Semestre	11 \$000
Avulso	1 \$000



ESTAÇÃO DO TEMPO

—+—

VIAGENS PARA A ETERNIDADE

—+—

O trem especial para o Anno 1887, partirá a meia noite em ponto.

Trens ordinarios a toda hora do dia e da noite para a humanidade.

Bilhetes de passagem via Santa Casa.

NB. Não ha bilhetes de ida e volta.

Um adeus ao anno de 1887 e viva 1888!





Assim, a cada virada de ano, a *Revista Ilustrada* refletiu sobre a passagem do tempo e as vivências da sociedade brasileira. O ano, mais do que símbolo, é protótipo de processo cíclico, relação analógica com outros processos tais como dia, vida humana, vida de uma cultura e período da existência cósmica. Todos esses processos se distinguem por terem uma fase ascendente e outra descendente, involutiva e evolutiva⁷³. A transição do ano velho para o novo foi representada por meio de alegorias, conteúdos simbólicos e retratos do cotidiano demarcados pelo traço caricatural, levando em conta o sentido que fazia para os leitores, uma vez que, nesse tipo de arte, sua eficácia depende da capacidade que tenha seu realizador de apreender e apresentar as características mais marcantes de uma situação, devendo trazer consigo a familiaridade que o observador tenha para com o tema, de modo que se estabeleça uma cumplicidade entre ele e o desenhista⁷⁴. Nesse quadro, o semanário conviveu com os últimos anos da forma monárquica, observando-os por um viés profundamente crítico, de modo que a cada virada de ano reforçava sua insatisfação para com a forma vigente, postura somente modificada nos derradeiros dias de 1888 e 1889, momentos em que demonstrou satisfação com a efetivação de dois de seus maiores intentos políticos, com a extinção da escravidão e a instauração dos tempos republicanos.

⁷³ CIRLOT, 1984. p. 85.

⁷⁴ LUSTOSA, Isabel. Caricatura. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez & STARLING, Heloisa Maria Murgel (orgs.). *Corrupção: ensaios e críticas*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 232.

MOSTRAR-SE VIVO, FAZENDO-SE DE
MORTO: UANHENGA XITU, *O*
MINISTRO

Francisco Topa
Doutor pela Faculdade de Letras da Universidade do
Porto. Professor Associado com Agregação da
Faculdade de Letras da Universidade do Porto e
membro integrado do CITCEM

Desde sempre, um pouco por todo o mundo, há muitos políticos a escrever (ou a recorrer a um *ghost writer* que o faça por eles) as suas memórias, num propósito mais ou menos assumido de sistematizar uma espécie de legado e, por outro lado, de acertar contas com a história, através da apresentação do seu ponto de vista sobre determinados acontecimentos de que foram protagonistas. Menos comum é que esses livros sejam escritos por ex-ministros que falem das suas experiências governativas. Uma explicação para isso estará no facto de essas experiências serem, em geral, curtas e, por outro lado, na circunstância de o raio de ação de um ministro ser relativamente limitado. Além disso, na maioria dos países e épocas, o cargo de ministro é de pouco relevo (embora, dependendo da pasta, haja exceções).

Vem isto a propósito de um livro de Uanhenga Xitu, *O ministro*, de 1989, título que convoca a experiência governativa do autor como ministro da saúde do primeiro governo de Angola, a partir de 1975, e que ele apresenta como as suas *memórias apóstumas*. Bastante menos popular que os seus livros mais assumidamente de ficção – designadamente os protagonizados pela personagem Mestre Tamoda –, *O ministro* recebeu mesmo assim abordagens críticas importantes, de que é possível salientar as de José Carlos Venâncio (1991), Ana Lopes de Sá (2003) e Simone Ribeiro da Conceição (2010 e 2013). Reconhecendo isso, apresentarei, contudo, uma abordagem de tipo diferente, que começa por uma interrogação: o que explica a publicação do livro em 1989, a partir – segundo declara o autor-narrador – de apontamentos coligidos desde 1976?

Se se tratasse (apenas) de um livro testemunhal sobre a experiência de Uanhenga Xitu como ministro, seria de esperar que ele tivesse sido escrito (e eventualmente publicado) pouco depois da cessação de funções. E se este fosse verdadeiramente um livro de memórias, seria de esperar que elas fossem escritas mais próximo do final da vida: e Mendes de Carvalho faleceu um quarto de século depois, em 2014. Do meu ponto de vista, e sem pretender entrar nos complexos meandros da política angolana da época (para o que, aliás, não teria competência), a explicação reside na possibilidade de conjugar o melhor de dois mundos: mostrar-se vivo, fazendo de morto. O género (ou epíteto) que o autor atribui ao texto – “memórias apóstumas” – não é apenas uma alusão humorística ao romance de Machado de Assis: constitui um modo enfático de negar o póstumo, de negar o estado de morto, permitindo assim ao autor fazer prova de vida, inclusive política. Mas, paralelamente a esta, corre uma outra estratégia, assumida de modo menos claro, com um humor e uma ironia de inspiração machadiana: a de se fazer de morto, a de escrever as supostas memórias de um suposto além-túmulo.

A referência à morte surge já próximo do final do livro, no capítulo XI, intitulado “Quando Ministro”:

Um dia, pressenti a morte que estava chegando. Conversei com a morte, quando a vi aproximar-se de mim fiquei intrigado e tive a coragem de lhe fazer frente. E perguntei se me vinha buscar, pois estava pronto, se fosse só esse o seu desejo. Não tinha medo de si pois para lá já tinha levado os meus pais, irmãos e uns dos mais íntimos amigos. Muito senhora de si e com desprezo, responde-me que “por

enquanto não precisava de mim e fosse em paz, para mais alguns anos, isto é, se..." (o resto já não ouvi, falou muito baixo), ainda tentei saber, mas foi andando e a fazer gestos com a mão como quem diz: "vai-te embora e não me chateies". Mas eu também como refilão militante mandei-lhe para aquele lado, queria lá saber se me vinha buscar agora ou daqui a alguns anos? (Xitu, 1989, p. 271)

Esta passagem, que segue uma linha que não anda longe do motivo da morte lograda presente em contos populares de todo o mundo, ajuda a compreender dois aspetos do volume: por um lado, a proximidade a Machado de Assis e a uma das suas fontes, o Laurence Sterne de *The Life and Opinions of Tristram Shandy, Gentleman*; por outro, o ponto de vista de um narrador que, mais do que falar de cima, fala de fora (de fora da vida, de fora do mundo), podendo assim representar o papel de *outsider* (e não tanto de mais-velho, como sugeriu José Carlos Venâncio) e dizer aquilo que, em circunstâncias normais, deveria ficar em silêncio. Esta estratégia, reforçando a dimensão ficcional das memórias, situa o texto na esfera da literatura, embora não impeça a sua leitura política.

Ao contrário do que defendeu Simone Ribeiro da Conceição (2010), não creio que a natureza heteróclita de *O ministro* possa ser explicada como desobediência aos modelos literários ocidentais nem como retomada de formas tradicionais como o *missosso*, o *mi-imbu* ou a *maka*. Do meu ponto de vista, a prática que se observa na obra não é muito diferente – salvo em radicalidade e em originalidade – da que encontramos no *Tristram Shandy*. A mescla de géneros, a mudança frequente de discurso, a fuga à linearidade narrativa, a

suspensão de histórias e a introdução de episódios anedóticos, a proximidade ao *nonsense* justificam esta aproximação, mesmo que Uanhenga Xitu não tenha lido Sterne. Apesar destas características, há um elemento de ligação que garante a unidade do livro: o tema do *ministro*, sempre presente, mas com significados diferentes.

Na “Introdução”, explica o autor-narrador que “Esta obra dedica-se a um «ministro», entre aspas, que posso ser eu ou outro qualquer. Há ministros de nome, ministros de cargo e ainda ministros entre aspas.” (Xitu, 1989, p. 33) Aceitando a variação semântica do termo, talvez possamos, contudo, colocar a questão de outra maneira, dizendo que *ministro* pode apresentar na obra um dos seguintes três sentidos: a) o sentido que lhe dá o narrador-personagem e que se aproxima do significado etimológico (em latim, *minister* designava o servo, o doméstico, o subordinado); b) o sentido popular, segundo o qual o ministro é uma pessoa com poder para resolver os problemas de familiares e de pessoas que lhe são próximas; c) o sentido que lhe dá (que lhe dava) a realidade histórica, marcada pela instabilidade que se seguiu à independência de Angola e pela consequente falta de meios de todo o tipo. São estas três aceções que explicam a alternância de géneros e de discursos, já apontados por José Carlos Venâncio no posfácio à edição de 1989: à primeira corresponde o registo autobiográfico e memorialístico, centrado num eu identificável sobretudo com a figura pública, política de Uanhenga Xitu; a segunda é representada pelos contos e anedotas de fundo humorístico; a terceira manifesta-se em reflexões próximas do ensaio, aqui tomado no seu sentido original, e da crónica histórica, através das quais o

autor-narrador tenta reconstituir uma época e as suas circunstâncias. Vejamos cada uma destas vertentes.

O ministro como servidor aparece sobretudo nos momentos em que o narrador-personagem parece querer ajustar contas consigo mesmo e com os seus contemporâneos, podendo o discurso assumir um cariz mais pessoal ou mais geral. A nota do sacrifício é frequente, servindo de exemplo a seguinte passagem:

Nenhum ministro que eu saiba não ficou lesado, pelos menos fisicamente arrasado do coração e dos nervos por excesso de serviço. Enquanto em actividade, poucos se ressentem. Que eu saiba, em nenhum país independente do mundo se trabalhou tanto como ministro, como o ministro da RPA. (Xitu, 1989, p. 97)

Outras vezes, essa nota aparece misturada com uma certa autocomiseração: “Calúnias, difamações, intrigas, perde-se o controlo do lar, dos filhos, e faz-se muitas inimizades, os amigos desaparecem, os parentes dos mais chegados esquivam-se” (Xitu, 1989, p. 98). Certas passagens assumem um tom quase de lamento: “Houve e há ministérios mais lesados e sacrificados, sendo um deles o da Saúde” (Xitu, 1989, p. 99). Outras, pelo contrário, revelam um certo orgulho, mesmo que sob a forma de autodefesa: “Muitos perguntam e admiram como é que um enfermeiro pode ser nomeado Ministro” (Xitu, 1989, p. 88). Em vez de fazer um balanço sobre a passagem do autor pelo ministério da saúde, o narrador enfatiza sobretudo as dificuldades encontradas pela personagem:

O Ministério estava dependente de outros desde a compra de um bago de arroz até à compra de uma agulha hipodérmica. Tirando o material que já existia no tempo colonial e outro que pouco a pouco foi entrando, o que ele tinha, como seguramente e verdadeiramente seu, eram apenas os doentes e porque ninguém os queria hospedar nem comprá-los nem reivindicá-los! (Xitu, 1989, p. 265)

Não perde também a oportunidade para denunciar sabotagens e comportamentos incorretos que observa nos hospitais, como a ocupação das camas dos doentes por funcionários de serviço que forçavam os internados a deitar-se no chão ou ainda o desvio de comida: “Visitei a copa de hospitais onde vi latas de leite, carne de bife e arroz escondidos por empregados desonestos, enquanto os doentes reclamavam da fome e denunciavam roubos de comida dos hospitais” (Xitu, 1989, p. 47). Em contraposição, temos a história do pedido de empréstimo de açúcar por parte do ministro Agostinho André, que suscita a chacota do seu interlocutor: “você, um Ministro, não tem açúcar? Porra, você é feiticeiro ô quê? Que ministro é você?” (Xitu, 1989, p. 111). Como facilmente se percebe, o episódio serve sobretudo para destacar a honestidade do narrador-personagem: “Bolas, quando a simplicidade de um dirigente é demais, torna-se desonestidade”, exclama o amigo que empresta o açúcar (Xitu, 1989, p. 112).

A segunda aceção de *ministro* corresponde à percepção popular de que o titular desse cargo dispõe de grande poder, e comporta duas aplicações: uma malévola, que pressupõe que o ministro usa o cargo para proveito pessoal (“Quando não sabes roubar como ministro é porque não aprendeste bem o

significado do ministro. Não serves, ouviste, hein, rapaz?”, Xitu, 1989, p. 112); outra mais ou menos benévola, que assume que o cargo serve para ajudar familiares e membros da comunidade mais próxima na sobrevivência quotidiana. Ambas as aplicações são representadas na obra como corrupção, embora esteja sempre subjacente a ideia de que na sua base está, por um lado, o legado colonial e, por outro, a transição ainda não plenamente concretizada de uma cultura tradicional para uma cultura moderna, de uma forma de vida característica do espaço rural para uma outra de tipo urbano.

O humor, mais anedótico que propriamente satírico, domina a abordagem do segundo tipo de aplicação e a ele são consagrados os capítulos V, “Toni”, e VII, “Kuteku”. Trata-se, em ambos os casos, de ministros festejados e homenageados pelas suas comunidades de origem, que se julgam credoras da reparação das suas carências. No primeiro caso, a alegria que acompanha os familiares mal têm conhecimento da nomeação alastra-se de imediato aos vizinhos, que são objeto de uma antecipada espécie de solidariedade por procuração: “temos um ministro em casa e para todos os vizinhos. Comida, cimento, roupas, tijolos, telhas e tudo quanto é para todos no bairro.” (Xitu, 1989, p. 122) Como se percebe por esta passagem, as expectativas são limitadas e dificilmente configurariam casos de corrupção, resultando antes de uma conceção pré-moderna de estado e de um sentido tradicional de família. Apesar disso, o novel ministro rejeita com veemência todos os pedidos, ao contrário de outros casos que são evocados:

O Jaque, meu amigo, sobrinho de um ministro, está feito. O tio conseguiu-lhe um tractor e um camião. A tua amiga Máxima, o pai fez um cartão e já arranhou casa com máquina de costura, tecido e empregadas. O tio Búcio, primo do director do ministro, tem um bar. (Xitu, 1989, p. 133)

O caso de Kuteku é semelhante, apesar de o cenário ser agora rural e distante de Luanda. A recusa dos pedidos acaba por lhe valer um novo nome:

Espera ainda, nosso filho, desde que a gente está aqui, da sua boca só ouve não, não, não, afinal é nosso ministro que se chama: NÃO?! – isso dito em kimbundu e na forma de ser do velho Kambele deu gargalhadas no jango improvisado de um telhado meio caído, encostado a uma grande árvore que tem servido de sala para demandas e passatempo. Mais tarde, alguns jovens passaram a alcunhar o Camarada ministro pelo nome de: NÃO, NÃO KUTEKU! (Xitu, 1989, p. 191)

Esta narrativa encaixada permite também acrescentar alguns elementos acerca do confronto entre o mundo tradicional e o mundo moderno, a propósito de um tópico que escritores como Manuel Rui ou Pepetela tinham introduzido anos antes: o marxismo. Uma das questões é o respeito pelas crenças, que o novo ministro não pode aceitar: “depois de ocuparmos certos cargos, já não participamos, por exemplo, nas coisas do obscurantismo, não porque não gostássemos; mas algumas delas chocam contra os nossos princípios do Partido...” (Xitu, 1989, p.191). Outra, mais humorística e de maior alcance, tem que ver com a generalização de uma orientação ideológica que os seus utilizadores não entendem e que, por isso, chega deturpada à população:

– Mas, filho Kuteku, os principal (os princípios) do Marcelino (Marxismo) são mais do que a gente faz aqui? No tempo do branco, a gente saía daqui para a cidade dançar quando vinha ministro e governo e presidente, toda a gente na sanzala ia dançar e cantar, festa grande até ficar com o corpo de morrer. Ministro e presidente e governador e tudo quanto é dançava com a gente, agora o filho venha dizer isso com esse Kimona. Mesmo você, Kimona, do comité, não costuma dançar e beber connosco, como é então 'tá ensinar Kuteku que o Marcelino disse, Marcelino disse assim? Ara, tunda com Marcelino daqui! (Xitu, 1989, p. 192)

A última aceção de *ministro* corresponde à realidade histórica de Angola no período imediato à independência, marcado pela instabilidade e pela falta de meios, e acaba por ser uma síntese dos dois sentidos anteriores, o etimológico e o popular. É nos momentos que lhe são consagrados que se acentua a dimensão documental, cronística, histórica e política de *O ministro*, assumindo para isso o narrador o papel de repórter-porta-voz: “Nada mais fiz que coleccionar e transmitir num livro os desabafos, as vozes, os gritos, as opiniões, os discursos de um público sem audiência e auditório, e sem tribuna e sem expressão oficial e oficiosa.” (Xitu, 1989, p. 34) Esse trabalho de coleta de informações envolve até o recurso ao disfarce:

Ouvi comentários, histórias e depoimentos desse povo nos gabinetes, nos maximbombos onde com ele me misturava, disfarçado com um chapéu de dizamba de abas largas e roupa de um operário de baixa condição social; estive nas bancadas sem bancos dos campos de futebol dos musseques e bairros de algumas cidades do País. Estive nas bichas da carne, do peixe, do pão e das lojas de fuba, óleo, açúcar,

feijão, arroz; empurrado, sacudido, pisado, levando safanões, camisa amarrotada e às vezes rasgada. Estive nas escolas de ensino de base, misturado com os jovens alunos nos corredores a ler as pautas dos exames e das listas de nomes saídos e não saídos para a matrícula, e nunca mais encaminhados por falta de bancos, de carteiras, professores, quadros e giz. (Xitu, 1989, pp. 44-5)

Investido dessa missão, o narrador oscila entre a denúncia e uma certa contemporização risonha, retomando o discurso de Agostinho Neto em que se declarava que “O mais importante é resolver os problemas do povo” (Xitu, 1989, p. 11). Por outro lado, sublinhando que “A fome é negra e um povo com fome não conhece leis nem hierarquias, nem ideologia, nem política.” (Xitu, 1989, p. 212), o narrador vai mostrando como se perde tempo e energia em questões secundárias que acabam por redundar em casos anedóticos. O melhor exemplo é o do capítulo XIII, “Pinico”, que aborda uma questão que está de volta de outra forma, nestes dias em que os trabalhadores passaram a ser colaboradores e os contínuos se transformaram em auxiliares de ação educativa. No livro de Uanhenga Xitu, trata-se de ajustar os nomes de uma série de coisas (ruas, profissões e categorias profissionais) à nova realidade de uma Angola independente e revolucionária, num processo que o narrador classifica como “uma doença de mudanças, incrível” (Xitu, 1989, p. 303):

Os antigos amanuenses, aspirantes, oficiais, directores, contabilistas, cada um deles tinha de se lhe pôr um algo a mais. Nada mais do colono, ouviu? Tudo acabou. Agora é tudo copiar dos países desenvolvidos e socialistas que ajudaram as independências e não haver ideias do antigamente. (Xitu, 1989. p. 311)

O caso anedótico surge a propósito da categoria de servente, para a qual se sugere a designação de *servidor do Estado*. Acontece que um dos delegados presentes na reunião, que decorria há mais de duas horas, objeta que: “Nome de servidor, não quero. Eu não quero mesmo, porque quando andei a trabalhar no meu antigo patrão, lá ensinou que servidor é pinico, «baixiu» (bacio) alto.” (Xitu, 1989, pp. 305-306)

Talvez esteja neste *pinico*, metaforicamente, a melhor síntese das diversas aceções de *ministro* e da época histórica retratada por Uanhenga Xitu: um servidor que não deve ser tomado demasiado a sério, tanto mais que lhe cabe sobretudo recolher excrescências e que está sujeito a constantes despejos. Aparentemente menor – pelo tom, pela alternância de géneros e discursos, pela quebra da linearidade narrativa –, *O ministro* retoma os motivos das obras mais conhecidas de Uananhenga Xitu, a começar pelo desencontro entre o mundo tradicional e o mundo moderno, embora assumindo uma postura mais declaradamente política e mais pessoal: a de alguém que faz prova de vida e se declara vivo, embora prefira falar do lugar de morto; a de alguém que declara fazer as suas memórias, mas que se assume várias vezes como porta-voz de um comunidade de desfavorecidos; a de alguém que foi feito ministro, mas que continua a reclamar-se do lado dos servidores. Não tendo granjeado o reconhecimento dos seus antecessores Machado de Assis e Laurence Sterne, nem por isso perde em ser lido à luz de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *The Life and Opinions of Tristram Shandy, Gentleman*.

Bibliografia

Conceição, S. R. (2010). *A escrita (des)obediente das “memórias apóstumas” de Uanhenga Xitu* (Dissertação de mestrado em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa). Niterói: Universidade Federal Fluminense.

Conceição, Simone Ribeiro da (2013). “O Ministro”: a memória como trampolim para o futuro na escrita de Uanhenga Xitu. *Locus: Revista de História*. 18 (2), 235-257.

Sá, A. L. (2003). *A (re)construção da angolanidade em Uanhenga Xitu. Contributo para um estudo dos cultos especiais seguido de o Estado pós-colonial em Angola: uma leitura antropológica de “O Ministro” de Uanhenga Xitu*. Lisboa: Imbondeiro.

Sterne, Laurence (1971). *The Life and Opinions of Tristram Shandy, Gentleman*. London: Oxford University Press.

Venâncio, J. C. (1991). Uanhenga Xitu: o homem, o político e o escritor. Uma referência obrigatória para a construção da nação em Angola. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 33 (out.), 217-227.

Xitu, U. (1989). *O ministro*. Posfácio de José Carlos Venâncio. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

TRAGÉDIA E HISTÓRIA: O CASO DAS SUPPLICANTES DE EURÍPEDES

Jussemar Weiss Gonçalves

Doutor em Educação. Professor no curso de
Graduação em História, no Programa de Pós-
graduação em História (PPGH) e Programa de Pós-
graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal
do Rio Grande (FURG)

Estudiosos têm concentrado seus esforços recentemente na representação da tragédia por meio de aspectos mais amplos da ideologia da *pólis*, e não em acontecimentos específicos (Winkler; Zeitlin, 1990; Meyer, 1995). Portanto, voltar ao estudo da referência a acontecimentos contemporâneos pode parecer uma falsa distinção entre “político” e “histórico”. No entanto, há uma pequena categoria de tragédias que parecem, de fato, referir-se especificamente a determinados acontecimentos do tempo presente, que eu tomarei como justificativa para esta abordagem. Uma vez analisadas as evidências destas tragédias “históricas”, discutirei a peça “Suplicantes”, de Eurípedes, e considerarei a forma como os acontecimentos não são simplesmente reproduzidos sob forma mítica nem sujeitos a comentários diretos, mas apresentados por meio de “filtros”, num caso religiosos e, no outro, literários, possibilitando uma série complexa de reações do público aos mesmos. Trata-se, assim, de um exercício de intertextualidade (Worton; Still, 1990).

O que os outros gêneros literários dizem da tragédia não sugere qualquer ligação forte com acontecimentos históricos específicos: o comentário sobre acontecimentos contemporâneos é a esfera da comédia. É talvez significativo que apenas em *Acharnians* de Aristophanes, na comédia existente, uma figura cômica sinta a necessidade de vestir o traje trágico para falar sobre acontecimentos contemporâneos: “a comédia usa a autoridade da tragédia para reforçar as suas reivindicações de liberdade de expressão, e continua a usar esta licença para realizar o que a tragédia não fez – havia poucas tragédias baseadas em acontecimentos históricos recentes” (Foley, 1988, p. 33). Em *As Rãs*, as

críticas à tragédia são em grande parte 'literárias' ou preocupadas com o seu efeito no público, uma vez que Thesmophoriazusae preocupa-se mais com os méritos e a flexibilidade da comédia como gênero dramático de comentário social (Zeitlin, 1981).

A filosofia oferece-nos pouco mais. Na *República*, as críticas de Platão estão sobretudo preocupadas com a verdade da tragédia e com as consequências morais da participação e do visionamento do drama, e pouco tem a dizer sobre a relação da tragédia com a história (Platão, *La Republique*, 568a-b). Já as *Leis* queixam-se da “teatrocracia” que existe na matéria do julgamento artístico, mas isto nada tem a ver com os aspectos históricos das peças (Platão, *Lois*, 700-701a). Na *Política*, Aristóteles cita ocasionalmente os tragediógrafos para apoiar os seus pontos de vista (Aristote, *La Politique*, 1277.8-12, 1281-42), mas não em relação a acontecimentos históricos reais. Na *Poética*, admite a possibilidade de uma tragédia histórica: “o poeta é um poeta fazedor de *mimesis* e os objetos da sua *mimesis* são ações. Mesmo que seja incidentalmente verdade que a trama que ele faz aconteceu de fato, isso não significa que não é o seu criador.” (Aristote, *Poética*, 1451b-27-32). A formulação, contudo, sugere que tais peças não eram comuns. Os oradores não trazem frequentemente a tragédia para o discurso político. Licurgo elogia Eurípides pelo Erecteu que serviu de modelo para os cidadãos do amor pela pátria, mas trata-se essencialmente do “poeta como professor” e não de um comentário histórico. A citação trágica encontra-se no debate político, mas não da forma que procuramos. A noção da

diferença entre os acontecimentos no palco trágico e na “realidade” é, por vezes, utilizada para fins retóricos.

A nossa principal conclusão é que, se deixarmos de lado as reivindicações de interpretação histórica de passagens individuais, a tragédia concentra os seus interesses históricos em poucos acontecimentos importantes, quer de importância quase cósmica, como a derrota dos Persas, quer de considerável impacto contemporâneo.

Passo agora ao meu exemplo e à forma como a tragédia representa esses acontecimentos. O exemplo diz respeito a eventos históricos que são vistos, embora não exclusivamente, através de filtros religiosos (Zeitlin, 1990).

Uma grande dificuldade enfrentada pelo historiador ao ler e analisar *As Suplicantes*, de Eurípides,⁷⁵ reside na incerteza quanto à sua data de escrita, embora haja consenso de que a peça é posterior a *Delium*⁷⁶ (Collard, 1975, p. 8). As evidências métricas também sugerem que *As Suplicantes* dramatiza a recusa de sepultar guerreiros mortos como uma questão moral entre Tebas e Atenas, e é possível que o autor tenha sido motivado pela recusa tebana de

⁷⁵ No presente estudo, utiliza-se a tradução de “As Suplicantes” realizada por Jaa Torrano, que segue o texto de J. Diggle – *Euripidis Fabulae tomus II* (Oxford, 1981). O texto encontra-se publicado na íntegra em: TORRANO, Jaa. *As Suplicantes*, de Eurípides. CODEX - Revista de Estudos Clássicos, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 122–163, 2019. DOI: 10.25187/codex.v7i2.30552. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/CODEX/article/view/30552>. Acesso em: 10 dez. 2025.

⁷⁶ Refere-se à Batalha de Délio (ou Dêlion, uma cidade na Beócia) que ocorreu em 424 AEC, durante a Guerra do Peloponeso. Foi travada entre os atenienses e os beócios, que eram aliados dos espartanos, e terminou com o cerco de Délio nas semanas seguintes.

entregar os mortos atenienses para o enterro após a campanha de Délios, em novembro de 424 AEC. (Collard, 1975, p. 10). As semelhanças entre os acontecimentos de Délio e o enredo da peça são notáveis. Além disso, há uma série invulgarmente proeminente de referências a aspectos contemporâneos da sociedade e cultura atenienses, que remetem e convergem para o contexto do século V AEC. Já as diferenças, como aquela entre a disposição dos tebanos do século V AEC. em entregar os corpos caso os atenienses abandonassem o templo e a recusa dos míticos em fazê-lo, demonstram que a peça não constitui uma simples parábola baseada nos acontecimentos recentes. Contudo, tais discrepâncias não a desqualificam como uma consideração acerca das questões suscitadas por esses eventos. Uma vez estabelecido o paralelismo no prólogo de Etra, os diferentes aspectos dos acontecimentos recentes emergem através da comparação e do contraste, permitindo ao público “ver” tanto as semelhanças quanto as diferenças.

As semelhanças resumidamente, são as seguintes. A conspiração ateniense para estabelecer a democracia nas cidades de Beócia, com a participação de vários exilados beócios, reflete a ajuda dada por Adrasto e os Sete a Polinices para ganhar poder na sua própria cidade (*Suplicantes*, 14-16). Os acontecimentos subsequentes giram em torno de templos de Apólo em Délios, e de Deméter e Perséfone em Eleusis. Em cada um dos casos, há ações religiosamente problemáticas: os atenienses ocupam o templo, cortam as vinhas que o rodeiam e queixam-se os boeotianos, agem como se estivessem em terreno secular. O fato de Adrasto não ter respeitado os bons costumes religiosos

antes da sua expedição justifica a recusa inicial de ajuda por parte de Teseu (*Suplicantes*, 131 ss., 211 ss.).

A derrota é o resultado de fatores específicos caso a caso. Cada incidente envolve duas batalhas: as duas vitórias dos beócios sobre os atenienses e a derrota dos Sete seguida da vingança de Teseu. Estas batalhas não se correspondem, uma vez que os atenienses não se vingaram. Contudo, este não é o fato significativo; em vez disso, o paralelismo ocorre entre a primeira vitória dos beócios e a vingança de Teseu, que é dramaticamente mais poderosa, pois permite que a peça se concentre numa gloriosa vitória ateniense, ao mesmo tempo que revela a diferença crucial entre mito e realidade. O padrão das batalhas é muito semelhante. Em cada uma delas, as alas direitas derrotam as esquerdas (Thucydides, 4. 96. 4; cf. *Suplicantes*, 703-6), e Pagondas e Teseu trazem ajuda às suas alas esquerdas vacilantes num movimento que assegura a vitória final (Thucydides, 4. 96. 5; cf. *Suplicantes*, 708 ss.).

Os Beócios e Tebanos recusam-se a devolver os corpos (Parker, 1983. p. 41-48;162-190). Um arauto ateniense foi à procura dos mortos atenienses, mas foi rechaçado por um beócio que apresentava a sua queixa contra os atenienses; os atenienses enviaram então o seu arauto, mas este nada conseguiu (Thucydides, 4. 97. 2, 99). Teseu está prestes a enviar o seu arauto a Tebas para exigir os corpos dos Sete, quando o arauto tebano entra e o impede (*Suplicantes*, 395-8). Os corpos acabam por ser devolvidos e enterrados com uma oração fúnebre.

Quanto às referências “anacrônicas” à Atenas contemporânea⁷⁷, a própria questão da devolução dos corpos, embora obviamente preocupante para todos os gregos, tinha uma ressonância especial para os atenienses que, após as guerras persas, devolveram a Atenas as cinzas dos guerreiros mortos, em vez de as enterrarem no campo de batalha.

Teseu dá a Adrasto uma dissertação sobre os diferentes tipos de cidadãos (*Suplicantes*, 238 ss.), cuja relevância contemporânea é clara, e o apelo de Etra ao seu filho (*Suplicantes*, 297 ss.) é reforçado pela linguagem do século V AEC. A resposta de Teseu descreve a estrutura política da sua cidade em termos notavelmente próximos da de Atenas do século V AEC. (Colland, 1975, p. 349-353). No seu diálogo com o Arauto tebano, as referências são mais diretas. Os méritos respectivos da democracia e da autocracia são debatidos: a pergunta do Arauto “quem é o tirano da terra?” (*Suplicantes*, 399), e a resposta de Teseu de que “a cidade não é governada por um homem, mas é livre” (*Suplicantes*, 404 ss.), aproximam imediatamente as cidades míticas e do século V AEC. Teseu refere-se aos cargos anuais de Atenas, ocupados tanto por ricos como por pobres (*Suplicantes*, 406-8). O Arauto responde com críticas retórica ao suborno e ao engano, e exprime preocupações pertinentes sobre as dificuldades que aqueles que não têm meios de subsistência a ganhar enfrentam para participar num sistema democrático: “o homem que trabalha nos campos, mesmo que não seja

⁷⁷ Sobre o anacronismo na tragédia ver: EASTERLING, P. Anachronism in Greek Tragedy, *Journal of Hellenic Studies*, 105, p. 1-10, 1985.

desprovido de inteligência, não poderia ocupar-se dos assuntos públicos devido às exigências do seu 'trabalho'".

Ou, será que nesta peça Eurípedes realiza uma reflexão sobre os acontecimentos de Délio. Como é que o historiador deve reagir a isto? No passado, os estudiosos tentaram determinar a mensagem de Eurípedes na peça: deveria Atenas ter uma aliança com Argos? No entanto, essas leituras fazem pouca justiça à complexidade da peça e, de fato, não dão conta de grandes partes dela. Uma abordagem mais frutuosa poderá ser a de considerar exatamente como a peça representa e considera os acontecimentos de Délio, com particular ênfase nos aspectos religiosos, que não têm recebido a mesma atenção que os aspectos políticos (Krummen, 1993).

Em momento subsequente, será realizada uma análise do enquadramento religioso específico da peça, porém, neste momento, as questões religiosas mais amplas serão abordadas. A alegada impiedade estava no cerne da disputa em Délio. Os beócios argumentavam que os atenienses tinham violado a convenção segundo a qual os invasores deveriam respeitar os templos, e que tinham fortificado Délio e viviam nela. No local, faziam todas as coisas que os homens fazem num terreno não consagrado; extraíam e usavam a água da maneira habitual, enquanto os beócios não a podiam tocar, exceto para lavar as mãos antes dos sacrifícios. Assim, foi tanto para o deus quanto para si próprios que os Beócios, em nome das divindades do lugar e de Apólo, advertiram os Atenienses para que, em primeiro lugar, deixassem o templo e, em seguida, retomassem o que era seu (Thucydides, 4.92-3.16) Os atenienses responderam que não

pretendiam causar qualquer dano ao templo, mas que o tinham ocupado em legítima defesa (Thucydides, 4.92.7); tinham usado a água sob coação e não por *hybris* (Thucydides, 4.98.5) e “era razoável supor que até o deus olharia com indulgência para qualquer ação feita sob o stress da guerra e do perigo” (Thucydides, 98.6) (Parker, 1983, p. 160-70).

Os beócios agiam de forma verdadeiramente sacrílega ao quererem, sem qualquer constrangimento, trocar os corpos pelo templo. É evidente que as ações de ambos os lados podem ser representadas como problemáticas em termos religiosos. No entanto, embora a resposta ateniense seja obviamente plausível, nenhuma das partes poderia afirmar ter pleno conhecimento das atitudes divinas, e a subsequente derrota dos atenienses pode sugerir a rejeição do seu argumento pelos deuses. Para além disso, a peça não se limita a contrastar a piedade ateniense com a impiedade tebana, porque no início, Teseu não aceita a suplicação de Adrasto. Nos versos de 1 a 13 (*Suplicantes*) apresenta um relato dos infortúnios de Adrasto, que coloca a tônica nos seus erros religiosos. Segundo ele, interpretou mal um oráculo relativo ao casamento das suas filhas (132 ss), e depois não só omitiu os presságios antes de iniciar a sua expedição (155), como também rejeitou os conselhos do vidente Amphiaraus (158). Como resume Teseu, ele foi sem a boa vontade divina (157), e mais por excesso de confiança do que por bom senso (161). Há uma clara sugestão de que a derrota de Adrasto e os problemas subsequentes são o resultado de um compreensível desagrado divino: os paralelos entre o teatro de Eurípedes e a história, então, desconfortavelmente para os atenienses.

A réplica emocional de Adrasto, baseada na sua posição desesperada e nos sofrimentos do Coro, é como que uma resposta ateniense à posição de Teseu, e dá-lhe uma urgência especial ao terminar com o elogio de Atenas como a única cidade que poderiam empreender a tarefa de forma fiável, até porque “testemunhou acontecimentos lamentáveis” (*Suplicantes*, 190).⁷⁸ O Coro acrescenta o seu próprio apelo através da piedade (193 s.).

Eurípides, no entanto, mantém a incômoda sugestão de desagrado divino na resposta de Teseu. O tom é distanciado e filosófico, uma vez que começa com um esboço do desenvolvimento do homem sob a benevolência dos deuses e termina com uma discussão sobre teoria política. Pelo meio, volta a analisar os erros de Adrasto: os deuses permitem-nos ler o futuro através de sinais (*Suplicantes*, 211 - 13), mas Adrasto rejeitou-o (230); tentou ser mais esperto do que os deuses e foi castigado por unir a sua família aos homens errados, como se os deuses estivessem dispostos a esse casamento (219). Como de costume, os deuses prejudicaram os inocentes na sua ânsia de punir os culpados (226-8), e por isso Teseu não está disposto a envolver Atenas com Adrasto. A repetição dos erros de Adrasto e, portanto, dos atenienses contemporâneos, reforça o desconforto destes últimos: será que se ouve um eco da reivindicação dos atenienses de indulgência divina para a ocupação do templo em Adrasto, que presumia que o favor divino estava do seu lado? Esta cena convida a uma resposta complexa por parte do público: pena, pelo falhanço de Adrasto e das

⁷⁸ . “observem a afirmação autorreflexiva, de que os poetas só podem escrever com sucesso como resultado da experiência, sobre a piedade como uma virtude ateniense” (Pelling, 1990, p. 17).

Mães em conseguir ajuda para os corpos, talvez muito maior quando ele as conduz para fora, dizendo-lhes para deixarem os seus ramos suplicantes para que Deméter saiba que não tiveram sucesso (258-62); mal-estar, com o tom desinteressado de Teseu, mas igualmente de acordo com ele sobre a imprudência religiosa e política de envolver Atenas em alianças com aqueles que aparentemente não são amados pelos deuses; e, finalmente, consciência de que a Atenas contemporânea, pelo menos no que diz respeito a Délio, pode ser um dos não amados. A piedade por Adrasto articula assim os sentimentos atenienses em relação a Délio; o raciocínio de Teseu desafia desde logo qualquer sentimento de que os tebanos estavam errados, sendo o comportamento ateniense simplesmente justificável.

As lágrimas das Mães são acompanhadas pelas de Etra (*Suplicantes*, 284-286), que discretamente defende a aceitação do seu apelo. Embora largamente baseado nas vantagens políticas para Teseu como indivíduo e para a cidade como um todo, é enquadrado por considerações religiosas: ela começa por avisar Teseu para pensar se ele próprio poderá agir de forma imprudente para com os deuses (301.), e termina expressando a sua confiança de que o deus irá completar o círculo (331). Ao se recusar em ajudar Adrasto a recuperar os corpos, Teseu arrisca-se não só a imitar o erro de cálculo inicial de Adrasto ao atacar Tebas e a recusa tebana, mas também a incorrer na ira de Deméter, em cujo santuário a suplicância está a ser rejeitada. Teseu reconhece o seu erro (336) e afirma que, mesmo que a batalha seja necessária, tal não envolverá “inveja” (347 s.) divina, uma reivindicação de apoiar a justificação dos acontecimentos. O

desprendimento das amarras de Etra (359-61) marca então visualmente o fim desta cena e prenuncia a libertação dos corpos dos guerreiros.

A partir de então, Teseu torna-se mais uma encarnação daquilo que se pode presumir serem as atitudes atenienses contemporâneas face à recusa dos corpos. A correção religiosa das suas ações é ainda mais sublinhada, embora o contraste com o recente descalabro, quando os atenienses foram derrotados após a recusa da devolução dos corpos, permaneça como um contraponto aos aspectos gloriosos das ações de Teseu: a Atenas mítica e a contemporânea estão ligadas e, no entanto, separadas pela peça. No debate com o Arauto, as questões religiosas levantadas com Adrasto voltam a repetir-se, desta vez com Teseu a apresentar o caso oposto ao seu anterior. O papel do Arauto é defender os argumentos contra os Sete e sublinhar os aspectos sacrílegos das suas ações. Por conseguinte, as suas palavras põem em causa a correção das ações dos atenienses. Pergunta se o castigo de Capaneu não foi merecido, uma vez que ele queria tomar a cidade, “quer o deus quisesse quer não” (*Suplicantes*, 496-9), e sugere que discordar de que os Sete foram justamente castigados é reivindicar uma sabedoria maior do que a de Zeus (504). Teseu, no entanto, tenta revelar o carácter superficial e insatisfatório desta pretensão. Apela, em primeiro lugar, às leis comuns da Grécia (524-7), e depois considera especificamente os Sete. Os tebanos devem ceder: tiveram a sua vingança e os atacantes os seus desertos (529). Recorrendo de novo ao discurso filosófico, ele afirma que é natural que o corpo de um homem regresse à terra de onde veio (534-6). Não é apenas Argos que é afetada pela ação dos tebanos, uma vez que toda a Grécia pode sofrer se os

mortos forem privados do que lhes é devido: os homens serão dissuadidos de lutar corajosamente se não puderem ter a certeza de um enterro quando forem mortos (537-41). Os interesses dos homens e dos deuses e o senso comum são todos acionados para sugerir o caráter errado da recusa do enterro, quer de forma absoluta, quer como contra-ataque negocial.

A preocupação dos deuses com a justiça é proeminente nos versos seguintes. Teseu espera ter do seu lado “os deuses que reverenciam a justiça” e cuja ajuda assegurará a vitória (*Suplicantes*, 592-7), e o Coro diz (um pouco timidamente) que os deuses são justos (610-14). A vitória ateniense que responde instantaneamente às preces das Mães sugere a atitude divina perante a recusa do enterro: o Arauto atribuiu aos deuses o castigo dos Sete (495, 504), e a lógica desta afirmação aponta Adrasto, que tanto Argos como Tebas agiram de forma arrogante e sofreram em consequência às mãos de Zeus (734-44). Esta “repetição” da batalha de Délio representa, portanto, como se tratasse de uma “retificação” mítica/teatral de acontecimentos recentes – poder-se-ia mesmo dizer, uma vez que a peça é representada num festival religioso, um festival ritual (Easterling, 1988). Por outro lado, é apenas na versão mítica que a justificação religiosa e a possibilidade de expansão territorial conduziram ao sucesso⁷⁹: a falta de sucesso recente deve continuar a causar problemas, pelo que a relação entre a antiga e a recente Atenas continua a ser um problema.

⁷⁹ A imprecisão de Adrasto, criação de Eurípedes, à oferta de Eteócles de uma promessa (*Suplicantes*, 739), embora interpretada como uma referência às propostas de Esparta em 425, pode igualmente ser lida como uma reflexão sobre as exigências beócias de que os atenienses derrotados deveriam deixar o templo.

Na aproximação mais marcante à Atenas do século V AEC, o último terço da peça recorda de perto os funerais públicos atenienses: “a sequência simula, tanto quanto a forma dramática e os aspectos práticos do teatro o permitem, um funeral da vida real: exposição e transporte solene do morto, com a presença das carpideiras; pronunciação do elogio fúnebre; cremação e depois entrega das cinzas, com mais demonstrações de pesar”. (Collard, 1975, p. 26). Para além dos elogios, há um número de coisas que imitam a prática ateniense. O convite de Teseu a Adrasto para proferir os elogios lembra os critérios usados, segundo Tucídides, pela cidade para escolher um orador: “como homem de maior talento, fala para a juventude dos cidadãos; tu tens entendimento” (*Suplicantes*, 842); comparar: “um homem escolhido pela cidade pelos seus dotes intelectuais e pela sua reputação geral” (Thucydides, 2.34-623).

Tucídides menciona a presença de parentes do sexo feminino (Thucydides, 2.34-4), e os leitos (*Suplicantes*, 766) em que Teseu deposita os Sete em vestes e os cobre recordam que, ao lado das dez arcas para as cinzas dos membros das dez tribos, um leito estava adornado com vestes e uma grinalda para aqueles cujos corpos não puderam ser encontrados (Thucydides, 2.34-3). No final, as cinzas são levadas para que as Mães lamentem, como aconteceu no final da cerimónia ateniense (Thucydides, 2.46.2). “Depois os Filhos juntam-se ao Coro para completar a simulação de um luto familiar em todas as suas gerações” (Collard, 1975, p. 27).

O final da peça deve ter tido, portanto, um efeito extraordinário, com os Filhos e as Mães enlutados a lamentarem-se em conjunto. Mais uma vez, há

uma espécie de repetição dos acontecimentos históricos, desta vez do enterro dos mortos de Délio, e nas circunstâncias mais propícias de uma vitória do que de uma derrota; eles recebem a honra de se associarem aos Sete, venerados em Eleusis possivelmente desde o século VIII AEC. Mais uma vez, porém, as semelhanças são acompanhadas de diferenças. Na sua oratória, Adrasto concentra-se nos homens como indivíduos, ao contrário das orações fúnebres existentes, mas estes retratos refletem as virtudes que são mais indispensáveis à grandeza de Atenas e ao normal funcionamento das suas instituições democráticas. A ordem da cremação seguida do elogio é também invertida. Estas diferenças foram bem estudadas por Foley (1993, p. 123), que observa que os ritos em cena representam um meio-termo entre o funeral de Estado do século V AEC, com o seu luto coletivo, “comportamento funerário controlado” e oratória fúnebre, e o funeral arcaico que se concentrava mais no indivíduo e na sua família. No entanto, “não se assemelham a nenhum dos dois precisamente na excepcional repressão do papel feminino no enterro, excepcional, ao que parece, mesmo segundo os padrões dos funerais públicos em Atenas”.

Ao inverter a ordem da cremação e do elogio, “as emoções produzidas pelo contacto com os corpos não são contidas pela retórica do discurso” (Foley, 1993, p. 123). Eurípides parece justapor a ligação emocional dos mortos de Délios com os Sete e um serviço fúnebre em que o luto excessivo é proibido. Ao longo da peça, os temas das lamentações estão “muitas vezes subtilmente em desacordo com a retórica da oratória funerária pública e, portanto, com a ideologia pública de Atenas” (Foley, 1993, p. 128). A peça consegue reapresentar os acontecimentos

de Délíos de uma forma altamente emotiva e, no entanto, faz com que Teseu se esforce por negar a expressão excessiva dessa emoção em palco, especialmente às Mães que mais sofreram.

Foley interroga-se sobre qual poderá ser, em termos históricos, o significado desta “reproblematização cada vez mais autoconsciente do lamento fúnebre”, e sugere provisoriamente “tensões da guerra” (Foley, 1993, p. 142). Outra possibilidade pode levar-nos de volta a toda a questão da relação da tragédia com os acontecimentos contemporâneos: ao evocar memórias da catástrofe em Délíos, Eurípides aproxima-se perigosamente de uma dor insuportável cuja representação colocou Frynichus em apuros. Será que a contenção exercida sobre a lamentação na peça atua como um travão semelhante à tristeza pelos acontecimentos recentes, permitindo assim a Eurípides representá-los sem incorrer no mesmo problema de Frynichus?

Até agora debruçámo-nos sobre a relação entre a recusa mítica dos corpos e a história, e sobre o discurso religioso que os informa, mas a peça também considera esta questão num outro quadro. No seu prólogo, Etra explica que tinha vindo a Eleusis para efetuar um sacrifício (*Suplicantes*, 28-31): “Estou a fazer um sacrifício para a lavoura da terra; deixei o meu palácio para vir a este santuário, onde o milho frutífero aparece pela primeira vez a crescer sobre a terra”.

Mais uma vez, tal como acontece com as referências políticas, a tragédia não retrojeta para o tempo mítico descrições precisas das instituições do festival. Além disso, na peça, os Mistérios parecem estar prestes a seguir-se, uma vez que as Mães vieram “não como embaixadoras dos mistérios de

Deméter" (*Suplicantes*, 173). De acordo com o Hino Homérico a Deméter, Deméter foi à Planície Rariana depois de ter reconquistado Perséfone e lá encontrou Rhea que lhe contou o acordo de Zeus para que ela tivesse Perséfone durante dois terços do ano; a planície estéril explodiu em fecundidade quando a deusa abandonou a sua ira (*Hinos Homéricos*, 450-931). A cena da peça passa-se diante do templo de Deméter e Perséfone em Eleusis (*Suplicantes*, I-3, 33), e o mito dos Mistérios Eleusinos tem um ponto óbvio numa peça sobre Mães que procuram o regresso dos corpos dos seus filhos.⁸⁰ Na sua busca por Perséfone, Deméter vestiu-se de luto preto (*Hinos Homéricos*, 42), e as Mães estão vestidas de forma semelhante (*Suplicantes*, 97). Deméter disfarça-se de velha e senta-se debaixo de uma oliveira (*Hinos Homéricos*, 100-2) as Mães são velhas e usam grinaldas de oliveira (*Suplicantes*, 258). Deméter volta-se para as filhas do rei e torna-se serva da rainha, as Mães voltam-se para a mãe do rei. O altar onde se encontra Etra foi construído por Celeus após a revelação do que Deméter estava a fazer a Demofonte (*Hinos Homéricos*, 270-2) foi aqui que a própria Deméter se sentou durante um ano, ansiando pela sua filha (*Hinos Homéricos*, 302-7). Adrasto chama a Deméter a "deusa do fogo" (*Suplicantes*, 260), referindo-se às tochas que levava na sua busca. Teseu coloca o seu exército no famoso poço chamado Callichoron (392; cf. 619), onde Deméter repousava (*Calímaco*, 6-15). Acima dele, ela mandou construir o seu templo (*Hinos Homéricos*, 270) e aqui "as mulheres

⁸⁰ É uma época de esterilidade, uma ideia a qual as constantes imagens de ausência de filhos e infertilidade parece se referir (Krummen, 1993. p. 205).

eleusinas puseram pela primeira vez em ação uma dança e cantaram em honra da deusa" (*Pausanias I*, 38.6-39).

As mães e Deméter encontram-se, assim, em posições comparáveis. O problema dos mortos de guerra é refractado não só através do mito dos Sete que foram enterrados em Eleusis, mas também através do mito do grande festival de Eleusis. Os mortos atenienses são assim figurados não só como os Sete heroicos mas também como Perséfone, cujo regresso inaugurou o estado do mundo atual: "não há vitória sobre a morte. A vida ganhou a dimensão da morte, mas isso significa que a morte contém uma dimensão de vida".⁸¹ Teseu referiu-se à inevitabilidade do regresso dos mortos à terra (*Suplicantes*, 531), mas este mito também promete um futuro sob a forma de crianças, quer como os órfãos de guerra que tinham desfilado no teatro antes das peças (Meyer, 1995) quer como os Filhos dos Sete, os Epigonoí, que entram em cena no final da peça e que, no futuro, vingarão os Tebanos pela morte dos seus pais.

A peça apresenta, assim, a catástrofe de Délios não só em termos de castigo por não observar o comportamento correto para com os deuses, mas também da necessidade de, após esse castigo, colocar os mortos nos seus devidos lugares. Contrasta a insensatez e a miséria da guerra com a glória nacional que ela pode trazer. Exibe uma emoção poderosa, mas faz com que Teseu impeça a excessiva manifestação dessa emoção. Por fim, os acontecimentos de Délios são refratados através de dois mitos, um dos quais

⁸¹ As metáforas agrícolas na peça apoiam a ideia de que o ciclo da colheita e o ciclo da guerra são homólogos.

apresenta os mortos como figuras heroicas e dá-lhes o que equivale a um segundo grande funeral, ao mesmo tempo que realça infelizes paralelismos e diferenças significativas entre o mito e a história. O outro oferece alguma esperança para o futuro, embora mesmo que este envolva mais conflitos. A peça termina com uma nota religiosa. Teseu põe Adrasto e o Coro a caminho com o pedido de que se lembrem do que Atenas fez por eles, do que Zeus e os Olímpicos são testemunhas (*Suplicantes*, 116). Atena, no entanto, aparece em cena para insistir que essa memória deve ser corroborada por um juramento, feito sobre pedaços de animais sacrificados, cuja descrição representa a realização do ato. A faca sacrificial deve ser enterrada em Eleusis para atuar como um dissuasor de qualquer ataque dos Argivos a Atenas.

Conclui-se que a teatralidade trágica não utiliza os fatos enquanto realidade vivida como elemento de sua linguagem, mas ao tratar das experiências dos atenienses recria a vivência com suas dores e felicidades através do mito.

Referências bibliográficas

ARISTOTE. La Politique. Paris: Belles Lettres, 2022.

ARISTOTE. Poética. Tradução de Rafael Brunhara. Porto Alegre: L&PM, 2024.

COLLARD, Christopher. Eurípedes: Supplices. Edited with Introduction and Commentary. Christopher Collard. 2 vols. Groningen: Bouma's Boekhuis, 1975.

EASTERLING, P. Anachronism in Greek Tragedy. *Journal of Hellenic Studies*, 105, p. 1-10, 1985.

EASTERLING, P. 'Tragedy and Ritual: Cry " Woe, Woe' but may the Good Prevail, *Metis*, 3, p. 87-109, 1988.

FOLEY, Helene P. The Politics of Tragic Lament. In. SOMMERSTEIN, Alan H. et al. (edd.). *Tragedy, Comedy and the Polis*. Bari: Levante Editori, 1993, p. 101–143.

FOLEY, Helene P. Tragedy and politics in Aristophanes' "Acharnians". *Journal of Hellenic Studies*, 108, p. 33-47, 1988.

Hinos Antigos: Homéricos, Calímaco, Órficos, Proclo. Org. Pedro Barbieri...et al. 1. ed. São Paulo: Madamu, 2024, p. 450-459.

KRUMMEN, E. 'Athens and Attica: *Polis* and Countryside in Greek Tragedy'. In. SOMMERSTEIN, Alan H. et al. (edd.). *Tragedy, Comedy and the Polis*. Bari: Levante Editori, 1993, p. 191-217.

MEYER, Christian. *La Naissance du Politique*. Paris, Gallimard, 1995.

PARKER, R. C. T. *Miasma: Pollution and Purification in Early Greek Religion*. Oxford: Clarendon Press, 1983.

PAUSANIA. *Description de la Grèce*. Paris: Belles Lettres, 2020.

PELLING, C. B. R. Characterization and Individuality in Greek Literature. Oxford: Oxford University Press, 1990.

PLATÃO. La Republique. Paris: Belles Lettres, 2022.

PLATÃO. Lois. Paris: Belles lettres, 2003.

THUCYDIDES. History of the Peloponnesian War. Londres: Harvard University Press, Loeb Classical library, n. 109. 2020.

TORRANO, Jaa. As Suplicantes, de Eurípides. CODEX - Revista de Estudos Clássicos, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 122–163, 2019. DOI: 10.25187/codex.v7i2.30552. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/CODEX/article/view/30552>. Acesso em: 18 dez. 2025.

WINKLER, J.; ZEITLIN, F. Nothing to do with Dionysos? Athenian Drama in its Social Context. Princeton: Princeton University Press, 1990.

WORTON M.; STILL, J. Intertextualit Theories and Practices. London: Manchester University Press, 1990.

ZEITLIN, F. Thebes: Theater of Self and Society in Athenian Drama. In.: WINKLER, J.; ZEITLIN, F. Nothing to do with Dionysos? Athenian Drama in its Social Context. Princeton: Princeton University Press, 1990, p. 130-167.

ZEITLIN, F. Travesties of Gender and Genre in Aristophanes' *Thesmophoriazousae*. In.: FOLEY, Helene P. (ed.). Reflections of women in Antiquit. New York; London: Routledge, 1981, p. 169-217.

RAÍZES HISTÓRICAS DA LICANTROPIA: AS FONTES GRECO- ROMANAS

Luiz Henrique Torres

Doutor em História (PUCRS). Professor. Titular nos
Cursos de História da Universidade Federal do Rio
Grande

Licantropia é a capacidade de um ser humano se transformar em lobo. O termo tem sua origem no grego *lukánthropos*, sendo *lúkos* (lobo) e *ánthrōpos* (humano). A palavra é citada pelo médico Galeno nos estudos sobre licantropia clínica que analisava as reações físicas e psicológicas de quem se dizia um lobo. No século XVI, Scot⁸² introduz o termo nos estudos científicos em inglês. Scot considera a licantropia uma doença mental, uma insanidade em que o paciente imagina ter se transformado em lobo. Longa caminhada de discussões se trava sobre a licantropia ser uma experiência de fundamentos reais no passado, de psicose individual induzida por fatores neurológicos ou por influência de tradições culturais e crenças enraizadas secularmente em comunidades.

Este artigo investiga as fontes documentais da antiguidade grega e romana que faz menção a transformação de homens em lobos. Desta forma, se busca rastrear as referências à licantropia cuja construção narrativa e ritual, teve forte influência na construção desta manifestação mítica no mundo Ocidental.

Fontes greco-romanas

Na Grécia, o termo *versipélio* (mudança de pele, de humano para lobo) tem mais de dois mil anos. Já *lobisomem* é uma palavra mais recente que remete ao inglês *werewolf*. Em alemão o termo mais antigo é *weriuwolf*. A difusão literária do termo lobisomem ocorre apenas a partir do século XV quando começa a se

⁸² SCOT, Reginald. *The Discoverie of Witchcraft*, 1584.

popularizar. No francês antigo era usado *warivulf*. Entre os nórdicos cuja mitologia dos lobisomens era consolidada, havia os termos *varúlfur* e *ulfhéðinn*, ou seja, pessoa em pele de lobo. No escandinavo, a partir das lendas islandesas, é *kveldulf*, um lobo que ataca a noite. Portanto, a palavra lobisomem no mundo ocidental tem difusão a “somente” meio milênio.

Na interpretação de Daniel Ogden⁸³, o “mundo antigo não tinha um termo adequado para lobisomem ou pelo menos um termo exclusivo”. Nos textos gregos não há um termo específico e são sempre homens que se transformam em lobos (*lykos*). No século II d.C. o médico Marcellus Sidetes usou *lykanthropos*, e *lykanthropia*, para caracterizar doenças mentais. O médico Cyranides (IV d.C.), registrou que os *lykanthropoi* poderiam obter a cura se jejuassem por três dias e depois consumissem o coração de um lobo puro. O cronista Teófanos, o Confessor, “conta como em 803 ou 804 d.C. o imperador bizantino Nicéforo I enviou alguns partidários com ideias semelhantes, *lykaonians* ou *lykanthropoi*, para cegar o fracassado usurpador Bardanes Turcus no mosteiro ao qual ele havia se retirado”. Neste contexto, o uso do termo se volta a evocar “o nome de *Lykaon* por *Lykaonia*, que se transformou em lobo, e sua função é servir como uma imagem colorida para a crueldade e a violência”. Nos contextos referidos, “a cura de Cyranides e a tradição de

⁸³ OGDEN, Daniel. *The Werewolf in the Ancient World*. United Kingdom, Oxford University Press, 2021.

Bardanes Turcus, implicam que o termo *lykanthropos* seja utilizado (finalmente) para significar ou pelo menos evocar um lobisomem".⁸⁴

Um dos fundamentos para a existência de lobisomens está na crença do zoomorfismo mitológico em que deuses e semideuses, assumiam aspecto híbrido. Um exemplo é a mitologia egípcia e suas representações de deuses com morfologia de animais como é o caso de Anúbis. A metamorfose é

o processo pelo qual acontece a referência e a reverência a figuras que juntam formas humanas e animais é primevo, e pode ser percebido como uma das manifestações do que em grego se denomina metamorfose, traduzível como "mudança de forma", que vem do verbo "metamorfós", isto é, "eu transformo". Marca do sobrenatural, do maravilhoso e do fantástico, a metamorfose se manifesta nos ritos e narrativas ancestrais de três modos distintos: antropomorfismo (atribuição de características humanas a seres vivos ou a elementos naturais), zoomorfismo (atribuição de características animais a humanos) e antropro zoomorfismo (característica atribuída aos seres cujo corpo é parte humano, parte animal).⁸⁵

A metamorfose remete a relação totêmica⁸⁶ entre lobos e humanos. Conforme GonzálezAlcade⁸⁷ o totemismo do lobo estava vinculado a cidades

⁸⁴ OGDEN, Daniel. *The Werewolf in the Ancient World*. United Kingdom, Oxford University Press, 2021.

⁸⁵ FRANZ, Marcelo. *Zoomorfismo e hibridismo humano-animal na ficção: situações e significações*. <http://www.abralic.org.br/anais/cong2008>.

⁸⁶ O totemismo é um culto a um animal, planta ou objeto que representa símbolos identitários de uma coletividade. A noção de sagrado e profano é construída na relação de culto ao totem. O totem e objeto artístico mais antigo conhecido é o "homem leão" (corpo de homem e cabeça de

como Delfos, onde havia um templo a Apolo com um lobo de bronze em sua entrada. Cidades foram fundadas com inspiração lupina como Preneste, Temesa, Mileto e Parassia onde os dois fundadores foram amamentados por uma loba. Os lobos eram oferecidos em sacrifício ao Deus Apolo. O lobo está relacionado ao ultramundo, inframundo o mundo subterrâneo e oculto. Hades, Hecate e Tanatos são cobertos com peles de lobos. Os gregos acreditavam que os mortos iam vestidos com peles de lobo e elas os envolviam porque o lobo é a alma do morto.

A construção do mito do lobisomem é complexa. Algumas pistas registradas historicamente nos trazem possibilidades interpretativas. E o recuo temporal, senão o primeiro (pois há o poema épico de *Gilgamesh*⁸⁸), mas um referencial significativo onde o mito será gestado, é na Grécia com a maldição lançada por Zeus a *Lycaon*, que é transformado em lobisomem. A mitologia grega se funda em oralidades que podem recuar a vários milhares de anos e que foram sistematizadas na linguagem mítica a partir do século XVIII a.C.

leão) de 40.000 encontrado no sul da Alemanha. LOPES, Anchyses Jobim. Arte da era glacial – arte das cavernas – e o primeiro totem da humanidade (ou, não é que Totem e tabu podem estar certo?). *Estudos de Psicanálise*. Belo Horizonte-MG, n. 45, p. 15–36, julho/2016.

⁸⁷ GONZÁLEZ-ALCALDE, Julio. Totemismo del lobo, rituales de iniciación y cuevas-santuario mediterráneas e ibéricas. *Quaderns de PreHistòria I Arqueologia de Castelló*. 25, 2006.

⁸⁸ Apesar de breve, a mais antiga referência a lobisomens (ou a transformação em lobo) está no poema épico “Epopéia de Gilgamesh” que se Esta obra literária é a mais antiga já descoberta e deixou uma breve referência aos lobisomens: Gilgamesh se recusa a ser amante da cruel deusa Ishtar pois ela transformou um pretendente anterior, que era pastor de ovelhas, em lobo. Desta forma ele passou a ser temido pelas ovelhas, pelos seus cães e pelas pessoas. Ser transformado em lobo era uma maldição! In: *A Epopéia de Gilgamesh*, 2013.

O poema épico *Ilíada* tem sua origem na tradição oral da época micênica e seus versos foram compilados na versão escrita no século IX a.C. em período posterior a ocorrência dos eventos. É a obra que funda a literatura ocidental e faz a narração da *Guerra de Troia* (1.300-1.200 a.C.). Na *Ilíada* os lobos são descritos como símbolo da força do guerreiro homérico. A energia dos guerreiros aqueus e troianos se fundia com a fúria do lobo. Numa passagem, o herói troiano Dolon veste uma pele de lobo para espionar o acampamento militar de Ulisses e Diomedes. Acabou sendo preso e torturado para indicar o local do acampamento do exército de Troia, sendo morto na sequência. Ulisses e Diomedes também cultivavam o culto ao lobo mostrando a difusão entre os povos em conflito de crenças deste poder.

Na região grega da *Arcádia* (Peloponeso), no templo do *Monte do Lobo*, pode ter ocorrido sacrifícios humanos que foram oferecidos a *Zeus Lykaïos* entre os séculos V a IV a.C. O rei mítico que serviu esta refeição foi *Lycaon* que teria ordenado os sacrifícios e se alimentado de carne humana. No livro de Higino, *Fabulae*, os filhos de *Lycaon* sacrificaram seu irmão mais novo e o serviram num banquete ofertado a Zeus, o qual, enfureceu-se e matou os irmãos com um raio e transformou *Lycaon* num lobo.

Na versão de Ovídio, o rei tirano recebe em seu palácio o deus Júpiter (Zeus dos gregos) e serve carne humana de um menino no jantar. Para castigá-lo, Júpiter o transforma em um lobo que mantém a consciência de um humano. Ele passa a ser temido e odiado pelas pessoas. Em grego *lycos* significa lobo. Também desta palavra se originou licantropo. O mito de *Lycaon* é a base mais

consistente de fundação da licanthropia⁸⁹, a metamorfose do homem em lobo. A passagem de Ovídio é a seguinte:

Ele foge e, aterrado, em campo silencioso, ulula, em vão tentando falar; ele próprio recolhe a raiva à boca e ávido de mortes volta-se contra o gado e em sangue se compraz. A veste se converte em pelo e braço em perna; faz-se lobo e conserva algo da antiga forma: as mesmas cãs, o mesmo rosto violento, o mesmo olhar brilhante e um furor idêntico.⁹⁰

⁸⁹ Os médicos gregos são precursores na análise da Licanthropia Clínica. Areteo de Capadocia (século I d.C.) associa a demência com o excesso de bílis negra no cérebro que provoca melancolia e a patologia está associada a transtorno neurológico e não a uma enfermidade causada por um agente externo. Galeno (século II d.C.) defende que a bílis negra que se converte em bílis amarela provoca alterações do humor que pode levar ao estado bestial no indivíduo acometido. A licanthropia é um tipo de melancolia que deveria ser tratada com sangrias, consumo de alimentos que estabilizem os humores, banhos doces com soro de leite, purgativos, bebidas hipnóticas etc. Oribasio de Pérgamo (século IV d.C.) influente na tradição médica grega repete a análise feita por Galeno de uma afecção que faz com que se saia a noite, buscando cemitérios e túmulos, imitando lobos até o amanhecer. Deveriam ser tratados inclusive com ópio. A interpretação da medicina grega se manteve influente pelos séculos seguintes.

⁹⁰ OVÍDIO. *Metamorfosis*. 5ª ed. Madrid: Cátedra, 2003, p. 232-239.

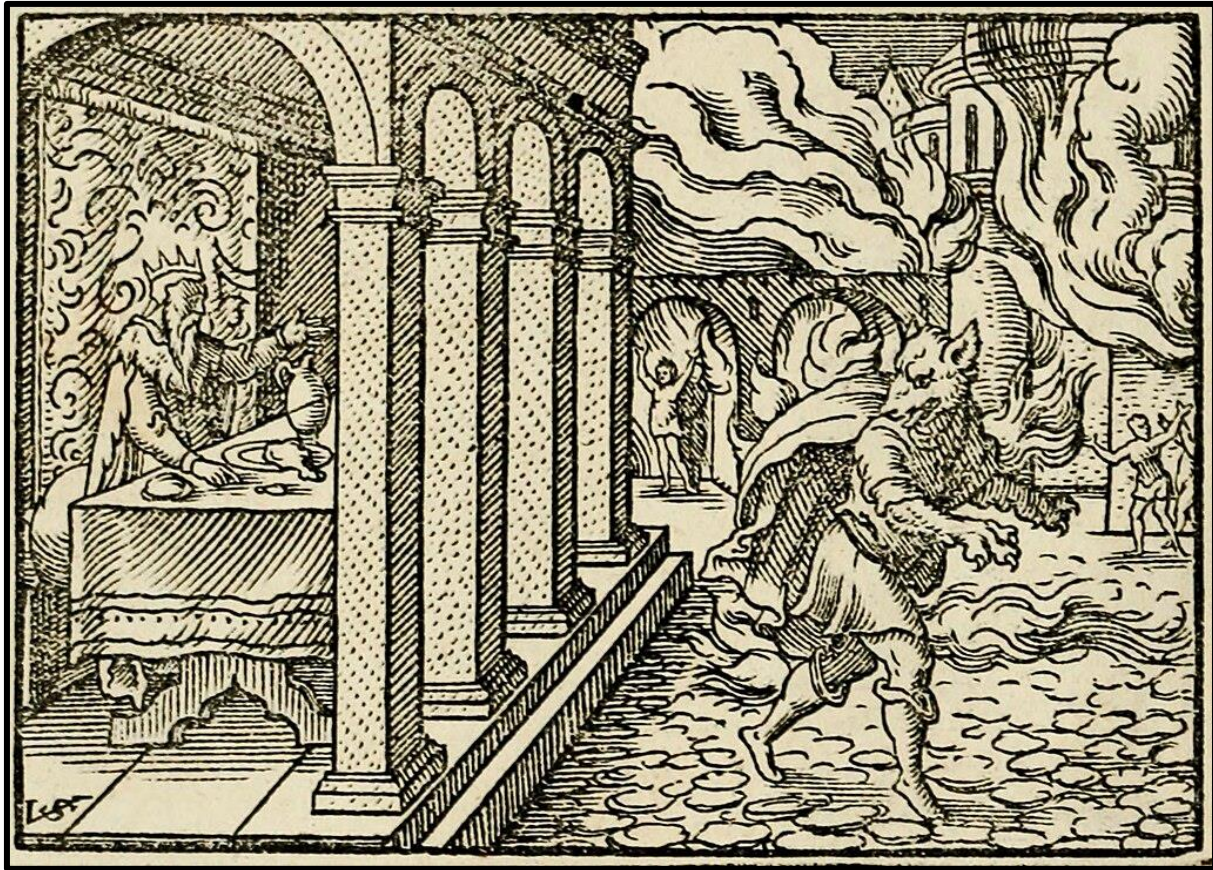


Figura 1 *Lycaon* transformado em Lobisomem. Gravura de Vergilius Solis (1563), editado por Gemersheim em Frankfurt. <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=6831959>

Ovídio também relata a dramática transformação de homem em lobo quando *Lycaon* proferia ruídos uivantes como se tentasse falar. No lugar das roupas surgiram pelos eriçados e seus braços viraram patas. “Sua própria natureza selvagem se mostrava em suas mandíbulas raivosas, e agora dirigia

contra os rebanhos sua ânsia inata de matar. Ele ainda tinha mania de derramar sangue". Porém, ainda mantinha alguns traços humanos como o cinza do seu cabelo "seus olhos brilhavam como antes, e ele apresentava a mesma imagem de ferocidade".⁹¹



Figura 2 *Lycaon e Zeus*. Hendrik Goltzius, Holanda, 1589.

⁹¹ OVÍDIO. *Metamorfosis*. 5ª ed. Madrid: Cátedra, 2003, p. 232-239.

Conforme Baring-Gould⁹², o berço da Licantropia foi a Arcádia e a explicação está nos pastores da região que sofriam muito com os ataques e depredações dos lobos. Para não serem assolados pelas alcateias passaram a praticar sacrifícios humanos, como oferecer uma criança em troca da garantia da segurança de seus rebanhos. Esta prática teria sido instituída por *Lycaon*, difundindo este nome pelos séculos posteriores.



Figura 3 OVÍDIO, *Metamorfoses*, edição alemã de Juo Schoffer de 1551.

⁹² BARING-GOULD, Sabine. *Lobisomem: um tratado sobre casos de licantropia*. São Paulo: Madras, 2003. Publicado originalmente em 1865.

O mito de *Lycaon* transcendeu a antiguidade grega e se projetou até a Idade Moderna. Na gravura de 1551, um homem foi esquartejado e está sendo assado a mando de *Lycaon* para ser oferecido a Júpiter que levanta a mão e nega a oferta. *Lycaon* é mostrado como o lobo banido que está fugindo já amaldiçoado pelo deus Júpiter.

Outro mito ligado a Arcádia é do herói Olímpico proveniente da Parrásia, o pugilista Damarco em cerca de 400 a.C. fez um sacrifício e se transformou em Lobo. Pausânias (110-180 d.C.), na obra *Descrição da Grécia*, buscou desacreditar a oralidade sobre os supostos acontecimentos:

Acredito apenas na vitória olímpica, por motivos óbvios, do pugilista parrásio de nome Damarco, apesar de os contadores de fábulas relatarem que após um sacrifício a Júpiter Liceu, tenha assumido a forma de um lobo, tornando às feições humanas nove anos depois. Penso que nem mesmo os arcádios se recordam deste fato, senão o teriam incluído na inscrição em Olímpia, a qual diz: Esta estátua é dedicada a Damarco, filho de Dinita, parrásio nascido em Arcádia.⁹³

O historiador Heródoto, em 425 a.C., faz referência em seus escritos a uma tribo nômade localizada próximo ao rio Narew (Polônia) ou entre a Ucrânia e a Bielo-Rússia. O historiador grego escutou relatos sobre integrantes desta tribo

⁹³ PAUSANIAS. *Description of Greece* in 4 Volumes. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd. 1918.

Neuri que se transformavam uma vez ao ano em lobos e assim permaneciam por vários dias.

Os Neuri têm costumes citas... Essas pessoas [os Neuri] podem muito bem ser feiticeiros [goëtes]. Dizem os citas e os gregos que viviam na Cítia que todos os anos cada um dos Neuri, em algum momento, se torna lobo por alguns dias, antes de retornar à sua forma anterior. Eles não me convencem disso, mas certamente o dizem, e juram o que dizem. Os Andrófagos ['Devoradores de Homens'] possuem os costumes mais selvagens de todos os homens. Eles não praticam a justiça nem fazem uso da lei. São nômades, e as roupas que usam assemelham-se às dos citas, mas têm uma língua própria. São os únicos de todos esses povos a comer homens. Os *Melanchlainoi* ['De manto negro'] usam roupas pretas, e é com base nisso que recebem seu nome. Eles praticam costumes citas.⁹⁴

Conforme Heródoto, os Neuri realizavam estes rituais de transformação voltados a terra, simbolizando regeneração e renascimento. Cada Neuri se transforma uma vez por ano em lobo por alguns dias, e então retoma sua primeira forma.

Num trecho da obra *República* (380 a.C.), o filósofo Platão se refere ao mito do "protetor que virou tirano". A história se passa na região da Arcádia, na Grécia, no santuário de *Zeus Lycaean* (Zeus Lobo).⁹⁵ É um pequeno trecho em que

⁹⁴ HERÓDOTO, *História*, 4.105-7.

⁹⁵ "O epíteto Zeus Liceu (Zeus Lykaios, "Zeus-lobo") era atribuído a Zeus apenas quando associado ao festival arcaico das Liceias, no Monte Liceu, o pico mais alto da Arcádia. Zeus tinha uma associação apenas formal[no mito fundador do banquete de Licaon para os deuses, no qual havia sido incluído entre os ingredientes a carne de um sacrifício humano –talvez um

Platão evidencia que se falava em lobisomem naquela região: “Reza a história que aquele que prova um pedaço de vísceras humanas mordidas com as de outras vítimas é inevitavelmente transformado em lobo”⁹⁶ E ressalta que um líder protetor de uma comunidade ao ser tornar tirano é como um lobo que provou sangue.

Plínio, o Velho (23-79 d.C.) publicou a obra *História Natural XIII* (em 37 volumes). O militar e naturalista deixou inúmeros registros sobre botânica, zoologia, mitos e seres monstruosos. Registrava as oralidades coletadas nas áreas em que viajou como militar romano. Escutou sobre o consumo de carne humana em sacrifício a Zeus envolvendo um atleta romano chamado *Damarco* que foi obrigado a provar as entranhas de um menino. O resultado foi ser transformado em lobo durante nove anos. Plínio também relata que em Arcádia anualmente um homem era escolhido por sorteio do clã dos *Anthus*. O homem

dos próprios filhos de Licaon, Nictimo ou Arcas –Zeus teria derrubado, enfurecido, a mesa e atingido a casa de Licaon com um raio!; seu patronato pode ter sido apenas pouco mais que formulaico com os rituais e mitos deste rito de passagem que envolviam a ameaça antiga de canibalismo e a possibilidade de uma transformação em licantropo para os efesos que dele participavam. Nas proximidades da antiga pilha de cinzas sobre a qual eram efetuados os sacrifícios, se encontrava um recinto proibido no qual, supostamente, nenhuma sombra jamais era projetada. De acordo com Platão (*República*, 565 d-e), um clã específico se reuniria na montanha para fazer um sacrifício a Zeus Liceu, a cada nove anos, e uma pequena quantidade de entranhas humanas era acrescentada às entranhas do animal sacrificado; aquele que consumisse o pedaço de carne humana supostamente se transformaria num lobo, e voltaria à forma humana apenas se não voltasse a consumir carne humana até o fim do próximo ciclo de nove anos”. In: RUY, Maria Lucilia. *Varrão e os Luperco*s – história e origens. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/principia/article/view/13797/10541>.

⁹⁶ PLATÃO. *República*. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

selecionado era levado a um pântano onde pendurava suas vestes num carvalho e tinha de atravessar o pântano a nado. Nesta travessia se transformava em lobisomem juntando-se a um bando por nove anos. Se não comesse carne humana neste período voltaria a sua forma humana ao atravessar novamente o pântano.

Deveríamos estar confiantes na crença de que não é verdade que os homens sejam transformados em lobos e restaurados novamente à sua própria forma. Caso contrário, deveríamos acreditar que tudo o que aprendemos é fabuloso ao longo de todos estes séculos. Mesmo assim indicaremos a origem da superstição popular de que os metamorfos/lobisomens (*versipelles*) estão entre aqueles sujeitos a uma maldição (*maledictis*).⁹⁷

Virgílio (70 a.C.-19 a.C.) foi um poeta romano do período Augustino. Em seu poema *Éclogas* (ou *Bucólicas*) ele escreveu, pioneiramente, sobre um homem chamado *Moeris*, que usou ervas e venenos colhidos em seu porto natal para se transformar em lobo. Muitas referências posteriores são feitas aos unguentos que se passava no corpo para a transformação em lobisomem. Normalmente, já com uma leitura da presença do demônio.

Agriopas (citado por Plínio, o Velho) foi um escritor da Grécia Antiga que realizou um levantamento dos vencedores olímpicos. Refere-se ao personagem *Demaenetus de Parrhasia*, um atleta olímpico que assistiu a um sacrifício humano na Arcádia durante o festival de *Júpiter Lycaeus* e provou as vísceras

⁹⁷ PLÍNIO. *História Natural*, Livro XVIII. Editor Antoniofontoura, 2024.

de uma criança. Ele foi transformado, durante dez anos, em lobo. Passado este longo período ele voltou a forma humana e participou dos Jogos Olímpicos de Atenas.

O prosador romano Petrônio no romance cômico latino *Satyricon* (66 d.C.) traz o melhor relato sobre licantropia da antiguidade greco-romana. A passagem completa que faz parte da “Cena Trimalchinis” é reproduzida a seguir:

Quando eu ainda era escravo, morávamos em uma rua estreita. A casa agora é de Gravilla. Lá, pela vontade dos deuses, me apaixonei pela esposa de Terêncio, o estalajadeiro. Você conheceu Melissa de Tarento, aquela criatura deslumbrante. Mas, por Hércules, eu não a amava apenas por seu corpo ou por razões sexuais, mas porque ela tinha uma personalidade tão agradável. Se eu lhe pedisse alguma coisa, nunca me recusava. Se ela ganhasse dois pence, ela me dava um centavo. Ela guardava meu dinheiro para mim e nunca me enganou. Seu marido encontrou seu fim um dia na propriedade. Fiz tudo o que pude para chegar até ela. É nos momentos de necessidade que você percebe quem são seus amigos. Por acaso, o mestre havia partido para Cápua para lidar com algumas coisas. Aproveitei a oportunidade e convenci nosso convidado a ir comigo ao quinto marco. Ele era um soldado, tão corajoso quanto Orco. Mudamos de posição pouco antes do canto do galo. A lua brilhava como o sol do meio-dia. Chegamos entre os túmulos. O homem foi fazer urinar contra uma lápide. Eu me contive, cantando e contando as pedras. Então, quando olhei para trás, para meu companheiro, ele havia tirado todas as roupas e as colocado à beira da estrada. Quase morri de medo e fiquei ali parado como um morto. Ele urinou em círculos ao redor das roupas e de repente se transformou em lobo. Não pense que estou brincando. A herança de ninguém vale tanto para mim a ponto de me fazer mentir. Mas, como eu havia começado a dizer, depois que ele se transformou em lobo, ele começou a uivar e correu para a floresta. No começo, eu não sabia onde estava, mas depois fui até as roupas dele para pegá-las. Elas tinham virado pedra. Quem morreu de medo, se eu não morri naquela época? Mas eu saquei minha espada e golpeei as cortinas, até chegar à casa da

minha namorada. Eu era como um fantasma quando entrei, e quase borbulhando meu último suspiro. Minha virilha estava inundada de suor, meus olhos estavam mortos e eu mal me recuperei da experiência até agora. Melissa expressou espanto por eu ter chegado tão tarde e disse: "Se você tivesse vindo antes, pelo menos poderia ter nos ajudado. Pois um lobo entrou na propriedade e entre os rebanhos. Ele estava drenando o sangue deles como um açougueiro. Mas mesmo que ele escapasse, quem riria por último seria nós, pois nosso escravo conseguiu enfiar uma lança no pescoço". Quando ouvi isso, não consegui nem pensar em dormir, mas quando amanheceu, corri para casa como o estalajadeiro roubado. Quando cheguei ao lugar onde as roupas haviam se transformado em pedra, não encontrei nada além de sangue. Mas quando cheguei em casa, meu soldado estava deitado em sua cama como um boi, e um médico cuidava de seu pescoço. Percebi que ele era um metamorfo/lobisomem [*versipellis*], e não consegui, a partir de então, me obrigar a provar pão com ele, nem mesmo se você me obrigasse sob pena de morte. Outros podem tirar suas próprias conclusões sobre isso, mas se eu estiver mentindo, que seus espíritos guardiões exerçam sua ira sobre mim.⁹⁸

Para Daniel Ogden, mesmo que a narrativa de Petrônio seja mais complexa, quase todas as evidências do lobisomem "na Antiguidade devem ser consideradas de natureza folclórica ou secundárias e refratárias a um núcleo folclórico. Os antigos redistribuíram, aprimoraram e exploraram essa concepção focal de maneiras distintas em diversos contextos culturais". A construção dos temas, imagens e fundamentos foram apropriados do folclore de forma quase metafórica: "seja este mito etiológico, no caso do material referente a *Lykaon*; Ritos de passagem ou de maturação, no caso do material referente ao rito *Lykaia*; ou medicina, no caso da identificação da doença da *licantropia* pelos escritores médicos". A natureza "incoerente, caótica e centrífuga do campo de

⁹⁸ PETRÔNIO. *Satiricon*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

evidências para lobisomens” pode ser explicada pelas diferenciadas apropriações folclóricas ao longo dos séculos.

Citando o especialista em conto popular da antiguidade William Hansen, Daniel Ogden enfatiza que os escritos fundados no folclore são uma pequena amostra do todo, “cada registro deve representar centenas de milhares de relatos não registrados na trajetória de um conto oral”. Um conjunto de narrativas do mesmo tipo de conto é “mais seguro presumir que os textos são realizações independentes da tradição, a menos que relações particulares possam ser demonstradas em contrário”.⁹⁹

No campo da fábula, Esopo (620-594 a.C.) fez referência a lobisomem em uma de suas narrativas organizadas a partir das oralidades gregas de sua época. Trata-se do diálogo entre um estalajadeiro e um ladrão:

Um ladrão estava hospedado há vários dias em uma pousada sem encontrar nada para roubar até o momento em que viu o estalajadeiro sentar-se vestindo uma roupa nova. Ele se aproximou dele e começou a conversar. Porém ele começou a bocejar, depois a uivar como um lobo. O taberneiro perguntou-lhe: o que significa este bocejo e esse uivo? -Não vou demorar a te contar isso, respondeu o ladrão, mas antes peço que fique de olho nas minhas roupas que vou deixar aqui. Não sei a causa dos meus bocejos e não sei se são devidos aos meus pecados ou a alguma outra transgressão, mas sei isto: quando bocejar três vezes, me transformarei em um lobo que come homens! Depois de dizer isso, ele bocejou pela segunda vez e uivou novamente. O estalajadeiro levantou-se para ir embora, mas o ladrão o segurou pelo casaco e

⁹⁹ William Hansen em OGDEN, Daniel. *The Werewolf in the Ancient World*. United Kingdom, Oxford University Press, 2021.

gritou: Fique, eu te imploro e cuide das minhas roupas para não rasgá-las! E ele bocejou pela terceira vez. Aterrorizado, o estalajadeiro fugiu e encontrou um recanto isolado para se esconder deixando o casaco nas mãos do ladrão que fugiu com ele.¹⁰⁰

Em *A Cidade de Deus* (escrito entre 412-426 d.C.), Agostinho de Hipona faz um relato semelhante ao de Plínio, o Velho. Agostinho explica que “acredita-se muito geralmente que por certos feitiços de bruxas os homens podem ser transformados em lobos...”. Porém, Agostinho não acreditava na real metamorfose e, sim, que o *phantasticum* (área sensível do corpo durante o sono) seria manipulada por um demônio e implantaria memórias de lobo na pessoa acometida. A ilusão da transformação era tão convincente que a pessoa realmente acreditava nos atos cometidos na condição de lobo. Enquanto em obras de escritores romanos, os lobisomens costumam receber o nome de *versipellis* ("turnskin"), Agostinho, utiliza a frase "in lupum fuisse mutatum" (transformado na forma de um lobo). Ou seja, ele faz a descrição da metamorfose física dos lobisomens, que é semelhante às frases enfatizadas por autores no período medieval.¹⁰¹

Para a popularização e difusão do culto aos lobos e sua metamorfose, os espaços sagrados e as ritualizações sociais/culturais foram fundamentais. Nesta direção interpretativa é preciso referenciar três expressões romanas: os ritos no Monte Soratte; a Lupercália e a Faunália.

¹⁰⁰ ESOPPO. *Fábulas Completas*. Cosac & Naify, 2013.

¹⁰¹ LECOUTEUX, Claude. *Hadas, brujas y hombres lobo en la Edad Média*. Edição de José J. de Olañeta. Palma de Mallorca: El Barquero, 2005.

No norte de Roma, o Monte Soratte (Sabina) é um local com narrativas lendárias sobre os sacerdotes pagãos *Hirpi Sorani*, sendo Hirpi o lobo e *Sorani* o deus cultuado. Portanto, estes sacerdotes realizavam ritos ancestrais ao “Deus Lobo”, com o objetivo de domesticar pestes e maldições cuja origem era associada aos lobos. Este culto foi realizado por povos latinos, sabinos e etruscos, até o surgimento do culto xamânico a *Sorano Apolo* que pode ter originado a Lupercália. No Monte Soratte eram realizadas a veneração aos lobos como seres sagrados



Figura 4 Festival Lupercália. Andrea Camassei, 1635. Madrid, Museo del Prado.

A Lupercália era um festival pastoral romano realizado anualmente no dia 15 de fevereiro e o enfoque era a purificação da cidade de Roma, e o propiciamento para a cura e para a fertilidade. As ritualizações ocorriam na caverna de Lupercal, no Monte Palatino e percorriam até o Fórum, identificando espacialidades ligadas ao mito de fundação de Roma. Uma loba teria amamentado Rômulo e Remo, que eram os filhos do deus Marte com uma vestal. Nesta gruta (Lupercal no Monte Palatino) local em que ocorreu a amamentação que salvou da morte as crianças, passaram a ocorrer rituais de amizade entre humanos e lobos (*luperci sodalis*). Sacerdotes sacrificavam bodes e cães e vestiam suas peles se transformando em lobos. Estes homens-lobos vestiam as peles e corriam tocando e açoitando as pessoas com as tiras dos couros num processo de purificação. A Lupercália pode ter sido influenciada pelo festival grego da *Lykaia arcadiana* e pela adoração de *Lycaen Pan* que será conhecido pelos romanos por *Fauno*.

Plutarco (46-120 d.C.) registrou algumas impressões sobre o festival relatando que muitos dos jovens nobres e dos magistrados (que eram os sacerdotes), corriam pela cidade nus, para se divertir e rir, atingindo aqueles que encontravam com tangas peludas. E muitas mulheres de posição social também se intrometiam propositalmente e, como as crianças na escola, apresentavam suas mãos para serem golpeadas, acreditando que assim a grávida seria ajudada no parto e a estéril, conseguiria engravidar. A Lupercália teria o significado do grego *Lycaea* ou festa dos lobos.¹⁰² Oficialmente, em 494 d.C. o Papa Gelásio I

¹⁰² PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Loeb Classic Library, 1914.

condenou e proibiu a festa pagã. Porém, há registros posteriores de realização do festival banido da Roma católica.

A Lupercália era comemorada em fevereiro e outro festival, a Faunália, era realizado em 5 de dezembro. Havia o culto ao *Fauno* que era uma divindade campestre que protegia os rebanhos e tinha aparência de homem com chifres e pés de cabra. *Fauno* protegia os animais dos bosques e, também, os humanos que o respeitasse e cultuasse, possibilitando um convívio harmonioso entre os lobos e os moradores. Autores identificam *Fauno* com *Luperco*, o que protege do lobo e que é um protetor do gado. No festival da Faunália, “as pessoas do campo com grande alegria e banquetes, fazia referência a Fauno como deus da agricultura e do gado”.¹⁰³

Para MENDES e BORGES¹⁰⁴ o período em que ocorriam as festas era considerado como um “momento de ilusão, de diversão, de inversão e de suspensão da ordem social. O final da festa marcava o retorno à normalidade”. As festividades das Lupercálias “simbolizavam a afirmação e a reafirmação do fim da selvageria, da barbárie e o início da dimensão política dos homens organizados como cidadãos e sob a proteção de Júpiter”.

¹⁰³ BARATA, Filomena. Da Religião e da Magia em Roma – um breve apontamento. *Abelterium* | volume III | maio | 2017 | pp. 9-36, Universidade de Évora.

¹⁰⁴ MENDES, N. M.; BORGES, A. S. Os Calendários Romanos como expressão de etnicidade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 48/49, p. 77-99, 2008. Editora UFPR



Figura 5 Lupercália. *Circle of Adam Elsheimer* (1578-1610), Wikimedia Commons.

Considerações

O lobisomem remonta a milhares de anos como um ser mítico de vários povos e que passa a ter os seus relatos escritos na Grécia Antiga com a denominação licanthropo e versipélio; em Roma é chamado *versipélio* e *lupercal*.

Numa análise dos povos mediterrâneos e ibéricos GonzálezAlcalde enfatizou a polarização na relação com os lobos. Eles eram eficientes predadores

de rebanhos o que exigia que se organizasse grupos de caça para exterminá-los. De outro lado são predadores temidos e respeitados pela sua capacidade de organização como caçadores e símbolos da morte (devoradores). O lobo se relacionava com a noite, com o obscuro, como uma figura sobrenatural. Porém, o lobo, como guardião de Hades tinha uma simbologia complexa conectada com o sacerdote ou Maestro-lobo, responsável pela iniciação sagrada dos neófitos em que o lobo tem o papel de guardião do Mundo subterrâneo. O lobo, portanto, é um animal temido por sua capacidade de predação do rebanho ou ataque a pessoas, mas admirado e venerado por sua capacidade de caçador cujas qualidades os humanos desejavam assumir para o domínio do meio natural. Daí o lobo se converter numa divindade totêmica ligada a rituais funerários e cerimônias de iniciação de guerreiros.

Na antiguidade greco-romana há uma dubiedade de aversão e de admiração do lobo. Na Grécia, a sua transformação em lobisomem está ligada ao repúdio do consumo de carne humana e a punição divina; já o lobo romano, é uma ritualização e transformação cultuada e idolatrada! As fontes escritas pioneiramente mais contundentes remete a *Metamorfoses* do escritor Ovídio que relata a transformação do governante canibal *Licaon* em Lobisomem enquanto punição de Zeus. Porém, o culto ao lobisomem na região da Arcádia permanecerá um referencial relevante. Roma já era muito mais tolerante e até incentivadora deste culto nas festas Lupercais e Faunálias em que se ritualizava a transformação de homens em lobos. A apropriação popular remete a crença na existência destas criaturas.

Este artigo fez referência as principais fontes greco-romanas que tratam da licantria contextualizada na mitologia e nos cultos religiosos. Um tema paralelo que não foi desenvolvido é de como a medicina grega procura um distanciamento de explicações sobrenaturais para estas manifestações. Nas leituras preliminares, o fenômeno de transformação do homem em lobo era real, porém não se dava na esfera do sobrenatural. Era o resultado de alterações no cérebro humano. Portanto, era um processo ligado a perda das faculdades mentais dos supostos lobisomens e, médicos gregos, inclusive propunham algumas possibilidades de tratamento para este mal. Ou seja, no campo da observação científica médica a explicação se dava na esfera da doença mental e não na ritualização. Nesta direção, a medicina grega é que alimentou o ideário retomado na Idade Moderna e que se estendeu para o campo da Licantria Clínica no século XIX. Este é um ótimo tema de pesquisa para ser desenvolvido em futura investigação científica.

OLHARES SUÍÇOS SOBRE O GOLPE MILITAR DE 1964 NO BRASIL*

Reto Monico

Doutor em História pela Universidade de Genebra

* Texto atualizado a partir de: MONICO, Reto. "Olhares suíços sobre o golpe militar de 1964 no Brasil". In: *Historiae*, v. 5 n. 2 (2014), p. 140-178.

Iniciado a 31 de março, um golpe político-militar derruba, em menos de 48 horas e sem resistência significativa, o presidente João Goulart, que foge para o Uruguai quatro dias depois. A 2 de abril, uma junta militar toma o controlo do país, e Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, torna-se presidente provisório do Brasil, sendo substituído a 15 de abril pelo general Castelo Branco, um dos principais conspiradores militares. É o início de um período de forte repressão, nomeadamente contra os comunistas, os sindicalistas e os partidários do antigo regime em geral. São as primeiras semanas de duas décadas de regime autoritário que durará até 1985.

Neste artigo, pretende-se analisar como esta viragem à direita na História do Brasil foi vista por jornalistas, diplomatas e professores suíços. A imprensa é a fonte principal, mas são analisados também os relatórios do embaixador helvético no Rio de Janeiro, conservados na íntegra, dois comentários da rádio da Suíça francesa, uma breve alusão ao golpe numa reportagem televisiva sobre D. Hélder Câmara e a opinião de dois professores universitários, Jacques Freymond e Jean Ziegler.

Cap. 1 A imprensa.

a) As manchetes



Fig. 1: «Revolta no Brasil» (*Der Bund*, 1 de abril)

As primeiras notícias sobre o início da sublevação militar, que começa em Minas Gerais, saem nos diários do dia 1 de abril. O *Tages-Anzeiger* de Zurique, na primeira página, insere um despacho da United Press International (UPI) e um artigo do correspondente do jornal de Zurique para a América Latina: «Iniciativa do Exército para derrubar o presidente Goulart. Revolta do Estado brasileiro de Minas Gerais». O diário da mesma cidade, *Neue Zürcher Zeitung*, publica na edição do meio-dia um despacho da Agence France-Presse (AFP) do dia anterior «Perigosa exacerbação [da situação] no Brasil»; e, na edição da noite, o título principal é dedicado aos acontecimentos brasileiros: «Brasil à beira da guerra civil. Revolta declarada do Estado de Minas Gerais contra o presidente Goulart»¹⁰⁵. Por seu lado, *Der Bund*, de Berna, escreve na última página da edição

¹⁰⁵ O artigo contém essencialmente telegramas da AFP, da Reuter e da UPI.

da noite, onde se encontram as últimas notícias: «Revolta separatista num estado brasileiro».

No mesmo dia, na Suíça francesa, o liberal *Gazette de Lausanne* insere, na última página, um despacho da Associated Press (AP). «Brasil: uma revolta rebenta no Estado de Minas Gerais»; *La Tribune de Genève*, na página «Nouvelles du Monde» escreve, no título, que «a resistência ao presidente Goulart entra em ação»; o diário *Tribune de Lausanne* resume na última página despachos da UPI e da AFP intitulado o artigo: «Tensão muito viva no Brasil onde se estaria a preparar um golpe de Estado contra o presidente João Goulart». O jornal *Feuille d'Avis de Neuchâtel*, também na última página, fala de «Revolta militar no Brasil. Uma parte da tropa revolta-se contra o governo de João Goulart».

Alguns jornais comentam o discurso radiofónico de Jango do dia 30 de março, como, por exemplo, o comunista *Voix Ouvrière* («Firmeza de Goulart perante a reação») ou *La Suisse* («A reação de Goulart»)¹⁰⁶. Este último jornal ainda consegue colocar na última página, neste mesmo número, as notícias de última hora sobre a «rebelião militar».

¹⁰⁶ A 31 de março, o jornal *Tribune de Lausanne* publica um artigo nas páginas interiores onde resume os telegramas da UPI intitulando-o «No Brasil um confronto parece inevitável entre Goulart e o Almirantado».



Fig. 2: «O Brasil perante uma guerra civil?» (*Burgdorfer Tagblatt*, 1 de abril)

Se vários jornais de dia 1 de abril noticiam, como vimos, o início da revolta, no dia seguinte algumas manchetes falam de uma possível vitória dos revoltosos¹⁰⁷ ou põem em evidência o alastrar da insurreição¹⁰⁸; outros publicam, por vezes e inevitavelmente¹⁰⁹, notícias contraditórias, nomeadamente sobre as

¹⁰⁷ «Revolta vitoriosa no Brasil», «Golpe de Estado no Brasil. Proclamação dum novo presidente», duas das manchetes de *Die Tat*, publicado em Zurique entre 1935 e 1978 pela cadeia de supermercados Migros; o *Neue Zürcher Zeitung* (NZZ), na edição do meio dia, fala de «sucesso dos rebeldes», mas também de «confusão»; «O braço-de-ferro acabou provisoriamente no Brasil. João Goulart pediu a demissão depois dum dia confuso e repleto de acontecimentos», manchete do liberal *Gazette de Lausanne* que nota em negrito : «O adversários políticos e militares de João Goulart acabaram por ser os vencedores do conflito»; «As forças conservadoras rebeldes parecem ter vencido no Brasil onde o presidente Goulart teria pedido a demissão», *Le Démocrate*, folha radical de Delémont; «Horas dramáticas no Brasil. Sucesso do golpe reacionário?» manchete na última página do comunista *Voix ouvrière*.

¹⁰⁸ «A revolta alarga-se a nove estados brasileiros. João Goulart abandona Brasília, mas quer continuar a luta», *Feuille d'Avis de Lausanne*, «A insurreição brasileira parece alastrar-se», *Tribune de Lausanne*. «Braço-de-ferro no Brasil. Vários estados entraram em rebelião contra o presidente Goulart», *Nouvelle Revue de Lausanne*.

¹⁰⁹ «Do Brasil chega-nos notícias contraditórias». É assim que começa o breve comentário na última página da segunda edição do diário *Der Bund* de 2 de abril. Na altura, o jornal de Berna

decisões do presidente Goulart¹¹⁰; e outros, enfim, falam pela primeira vez da insurreição¹¹¹. Estas diferenças têm a ver, pelo menos em parte, com a hora do fecho da edição. É preciso recordar também que alguns jornais, na altura, tinham duas ou três edições diárias e podem, por conseguinte, corrigir e completar algumas informações sem ter de esperar pelo dia seguinte.

publica duas edições: de manhã (Morg., «*Morgenausgabe*») e de tarde (Ab,«*Abendausgabe*») de segunda a sexta.

¹¹⁰, *La Suisse*, de Genebra, dedica o principal artigo da última página ao o pedido de demissão de Jango e insere também ao lado o desmentido do ainda presidente; o *Basler Nachrichten*, na edição da manhã, fala da queda de Goulart, mas à tarde evoca a contraofensiva de Jango; por seu lado, *La Tribune de Genève* intitula o artigo na última página «Dernières nouvelles du Monde» [Últimas notícias do Mundo] : «A rebelião brasileira parece ter triunfado, mas o presidente Goulart organiza clandestinamente a resistência para tentar reconquistar do poder»; «Onde é que está Goulart?», pergunta, por seu lado, na primeira página o católico *Die Ostschweiz*.

¹¹¹ «Revoltas contra o poder federais no Brasil. Os governadores dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo à frente da dissidência», *Le Courier*, «O Brasil em revolta contra Goulart», *Giornale del Popolo*, «Revolta de alguns estados brasileiros contra o governo central de Goulart», *Il Dovere*.



Fig. 3: A edição do *Basler Nachrichten* de dia 2 põe em destaque a «Revolução militar no Brasil» e a «Queda de Goulart». Legenda da imagem à direita: «Perante o Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, o presidente Goulart mandou avançar tanques.»

No entanto, é muito difícil, mesmo 48 horas depois do início do movimento, perceber o que se está a passar do outro lado do Atlântico¹¹², como o explicita o título da página três do *Journal de Genève*: «Movimentos de tropas. Situação confusa no Brasil»

¹¹² O *Tages Anzeiger* do mesmo dia, resume na primeira página os despachos da Associated Press (AP), da Reuters (R), da UPI e da AFP, intitulado o artigo «Luta caótica pelo poder entre o Presidente Goulart e os seus inimigos. O Brasil está mesmo à beira duma guerra civil». «Confusão no Brasil. O Sr. Goulart em fuga?» pergunta *L'Impartial*, na mesma data.

É nas edições de 3 de abril de 1964 que a derrota de Goulart aparece claramente nas primeiras páginas dos jornais da Confederação. «No Brasil, os rebeldes são donos da situação» (*National-Zeitung*), «Indiscutível vitória da rebelião no Brasil» (*Tages-Anzeiger*), «O falhanço do presidente Goulart» (*La Suisse*), «No Brasil a viragem é completa» (*Der Bund*), «Brasil. Goulart admite a derrota» (*Tribune de Lausanne*), «No Brasil, Goulart capitula» (*Neue Zürcher Zeitung*), «A liquidação do sistema Goulart» (*Die Tat*), «A derrota de Goulart» (*Giornale del Popolo*) são algumas dos títulos (quase todas manchetes), que informam os leitores suíços sobre a mudança rápida e radical na vida política continuem a surgir referências aos primeiros passos do novo governo, nomeadamente, como veremos, às medidas de repressão.

Resumindo, podemos dizer que os jornais helvéticos não ficam surpreendidos com o desencadeamento do golpe no grande país sul-americano, como escreve o professor Federico Bach no início da sua análise, publicada pelo *National-Zeitung*¹¹³:

Os acontecimentos no Brasil, que levaram à fuga do presidente Goulart, não surpreendem. Surpreendente é, isso sim, o facto de terem ocorrido apenas agora. Há muito que a situação estava tensa e precisava apenas da faísca para que o barril de pólvora explodisse.

Além disso, os jornalistas helvéticos percebem claramente a origem da revolta e esperam, em vão, durante um ou dois dias pela reação de Jango. A

¹¹³ «Die brasilianische Krise», *National-Zeitung*, 9 de abril de 1964, Abendblatt [Edição da tarde].

partir de sexta-feira dia 3 de abril, os periódicos, sem exceção, não dissimulam a vitória dos militares golpistas nem a clara derrota de João Goulart.

CONFUSION AU BRÉSIL : M. GOULART EN FUITE ?

Fig. 4: «Confusão no Brasil: O Sr. Goulart em fuga?» (*L'Impartial*, 2 de abril)

Epreuve de force provisoirement terminée au Brésil **JOAO GOULART A DÉMISSIONNÉ**

RIO DE JANEIRO, 1er avril. — L'épreuve de force qui opposait le président Joao Goulart à ses adversaires politiques et militaires a finalement tourné à l'avantage de ces derniers.

A l'issue d'une journée riche en événements rapides et foudroyants, le Ministère de la guerre a annoncé la démission

**après une journée confuse
et riche en événements**

Fig. 5: «Prova de força provisoriamente terminada no Brasil. JOÃO GOULART DEMITIU-SE, após um dia confuso e rico em acontecimentos» (*Gazette de Lausanne*, 2 de abril)

Os jornais suíços não se limitam, porém, a relatar o sucedido, com a preocupação de ficar o mais perto possível dos factos; publicam também vários comentários para tentar explicar esta vitória das forças mais conservadoras da sociedade brasileira.

b) Golpe e golpistas

A esmagadora maioria dos analistas percebe imediatamente que se trata de um golpe das forças conservadoras. Jean Hugli, no jornal *Nouvelle Revue de Lausanne*, a 5 de abril, afirma que é uma «revolução de direita», com o concurso do exército, dos grandes proprietários, da grande burguesia, com o apoio de «um clero tradicionalista», completamente impermeável ao novo espírito do Concílio Vaticano II. Dois dias antes, o *Tages-Anzeiger*, num breve comentário na página 3, fala de uma «revolta de círculos militares e políticos de direita contra o regime de tendência fortemente marcada à esquerda do presidente Goulart».

Die Tat, a 2 de abril, que situa claramente a revolta à extrema-direita, comenta:

A revolta no Brasil contra o Presidente João Goulart é mais um exemplo de como, na América Latina, é difícil encontrar o caminho certo entre o reacionarismo e o comunismo para implantar as reformas necessárias e urgentes.

Em *Le Courrier* do mesmo dia, Henri Schubiger, comenta os acontecimentos, sublinhando como a «direita brasileira, com o apoio duma parte do centro e mesmo da esquerda “moderada”»¹¹⁴, está a revoltar-se contra o poder central. Segundo o editorialista do diário católico, está a decorrer uma «prova de força» entre os reformistas e os conservadores, querendo estes «impedir a

¹¹⁴ O semanário *Die Weltwoche*, a 10 também fala duma oposição formada pelos governadores, os militares e as forças políticas da direita até aos moderados.

qualquer preço a implantação de reformas económicas e sociais» que o jornalista julga, no entanto, indispensáveis.

Kapitulation Goularts in Brasilien

Fig. 6: «Capitulação de Goulart no Brasil» (NZZ, 3 de abril)

O diário socialista *La Sentinelle*, exprime a mesma opinião: «Trata-se de uma nova fase da luta dos que querem atrasar o progresso social e que se opõem à melhoria do nível de vida dos trabalhadores»¹¹⁵. Para o jornal de La Chaux-de-Fonds, no Terceiro Mundo, há sempre uma «reação da direita», que quer salvaguardar os seus privilégios quando um «governo eleito democraticamente» tenta implantar reformas em favor do povo:

Esta aliança do grande capitalismo, que controla os grandes jornais, dos proprietários das terras, amadores de servos disponíveis para todo o serviço, da Igreja conservadora que quer dominar, já atrasou a transformação normal da humanidade nos países em via de desenvolvimento.

¹¹⁵ «Au Brésil, la légalité est en danger» [No Brasil, a legalidade está em perigo], *La Sentinelle*, 2 de abril de 1964

René Braichet¹¹⁶ tem uma opinião diametralmente oposta: não acredita na teoria que as forças reacionárias se levantaram contra Goulart porque este queria as reformas sociais e ataca uma parte da imprensa:

Alguma imprensa conformista suíça e francesa ficou escandalizada. O senhor Goulart queria, como os seus antecessores, erradicar a miséria e o subdesenvolvimento do Brasil e, agora, mais uma vez, as forças conservadoras e “reacionárias” opuseram-se. Esta é uma visão demasiado simplista, e, por conseguinte, em grande parte errónea.

Walter Staehelin, no *Basler Nachrichten* de 4/5 de abril, recusa também esta explicação «simplista». O articulista do jornal liberal escreve que, quando um golpe de Estado derruba um governo de esquerda, pensa-se logo que, mais uma vez, os grandes proprietários, os ricos e os proprietários ultrarreacionários e antissociais conseguiram impor-se graças aos militares – que eles próprios pagaram – e aos políticos que queriam implantar audazes reformas agrárias para o bem das massas indigentes. Mas as coisas não são assim tão simples.

A atitude dos militares¹¹⁷ é, como já mencionámos, um outro ponto central das análises jornalísticas. *Der Bund*, de 5 de abril, por exemplo, acha que foi decisiva para que os revoltosos triunfassem. Os chefes militares são várias

¹¹⁶ *Feuille d’Avis de Neuchâtel*, 4 de abril de 1964.

¹¹⁷ O *Tages-Anzeiger* escreve no início da sua manchete de dia 1: «Iniciativa do Exército para derrubar o presidente Goulart».

vezes citados nas listas dos inimigos de Jango: *Die Tat* a 5 de abril, menciona-os juntamente com a oligarquia, os industriais; o socialista *Berner Tachwacht*, a 4/5, cita-os ao lado dos senhores feudais e as empresas americanas; por seu lado, o *Tages Anzeiger*, a 2, coloca os chefes militares na companhia dos governadores e dos dirigentes da Igreja.

René Baume, em *La Suisse*, a 1 de abril, critica os chefes militares, apoiados pelos elementos conservadores da sociedade brasileira, por terem levado dez anos antes Getúlio Vargas ao suicídio. No seu comentário, dos dias depois, acusa-os claramente de estar «ao serviço dos privilegiados» e de terem quebrado «todas as tentativas de reformas sociais».

De opinião totalmente oposta é *Die Weltwoche* de dia 10, quando comenta a reação dos oficiais após a decisão de Jango de não castigar os marinheiros rebeldes: «E, no entanto, o Exército brasileiro não é de modo algum reacionário, mas perfeitamente disposto a apoiar uma reforma agrária razoável.»

No seu editorial de dia 3, intitulado «Golpe de Estado pacífico»¹¹⁸, porque não houve derramamento de sangue, René Payot põe em evidência que:

como sempre nos países sul-americanos, é o Exército que teve um papel decisivo. Nenhum movimento pode ganhar sem o apoio dos seus chefes. A grande maioria dos generais estava contra João Goulart e isso deveria provocar o seu fracasso, porque o Exército brasileiro, que tem 120 000 homens em ativo, está tão bem treinado como disciplinado.

¹¹⁸ PAYOT, René, «Coup d'État pacifique». *Journal de Genève*, 3 de abril de 1964.

Präsident Goulart im Exil — Raniero Mazzilli als Interimspräsident

Eindeutiger Sieg der Rebellion in Brasilien

Fig. 7: «O Presidente Goulart no exílio — Ranieri Mazzilli como presidente interino
Vitória clara da rebelião no Brasil» (*Tages-Anzeiger*, 3 de abril)

Walter Staehelin, no *Basler Nachrichten* do fim-de-semana de dias 4 e 5, defende a ideia de que a decisão de afastar Goulart «provém exclusivamente dos políticos de primeiro plano dos estados mais influentes e não dos militares, que há muito tempo se opõem a um golpe». Acrescenta que no Brasil não há nenhuma «casta militar» no sentido comum da palavra. Além disso, as escolas militares são excelentes. Graças a esta formação, os alunos têm uma grande cultura, uma consciência cívica, mas não são influenciados do ponto de vista político. As coisas deviam ir muito mal para que «os generais brasileiros dessem a sua bênção a um golpe de Estado, impossível, naturalmente, sem o acordo e o apoio deles».

O diário de Zurique, *Neue Zürcher Zeitung*, a 2, escreve que nesta luta existem os militares, mas também os políticos que querem entrar na corrida para a presidência. Os três mais citados são Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Magalhães Pinto, que odeiam Goulart e que são «os porta-vozes» de uma «minoridade de privilegiados» escreve Schubiger¹¹⁹. O *Berner Tagwacht*, no artigo já

¹¹⁹ SCHUBIGER, Henri, « L'épreuve de force » [A prova de força]. *Le Courrier*, 2 de abril de 1964.

citado, fala da «Aliança profana» dos três homens que bloqueia qualquer reforma há dez anos.

O «terrível»¹²⁰ Carlos Lacerda, que faz cair presidentes¹²¹, porta-bandeira do anticomunismo¹²², administrador judicioso e combatente da corrupção¹²³, duro como ferro, odiado, mas também um governador muito admirado¹²⁴, é, segundo Schubiger. o mais virulento polemista da extrema-direita, corajoso e íntegro. O católico *Die Ostschweiz*, a 7 de abril, dá uma opinião muito favorável do governador e também do golpe de Estado:

É incorruptível, tem mão de ferro e energia para sanear o Brasil, mesmo que, se for preciso, recorra a um tratamento muito doloroso. Nos Estados Unidos, goza de uma confiança sem limites que poderia resultar na concessão de milhares de milhões de créditos. Pôs à prova a sua capacidade como governador do estado de Guanabara. Mas o povo votará nele?

¹²⁰ « Der "schreckliche" Carlos Lacerda » [O "terrível" Carlos Lacerda], *Die Weltwoche*, 24 de abril. Este artigo muito lisonjeiro é inteiramente dedicado ao governador de Guanabara.

¹²¹ *Gazette de Lausanne*, 3 de abril de 1964.

¹²² BAUME, René, «La rébellion brésilienne», *La Suisse*, 2 de abril de 1964.

¹²³ BRAICHET, *art. cit.*

¹²⁴ *Tages Anzeiger*, 2 de abril de 1964.



Fig. 8: «Carlos Lacerda, inimigo jurado do Sr. Goulart. Ex-jornalista talentoso: por agora, ganhou»
(*La Tribune de Genève*, 2/3 de abril)

Do outro lado do xadrez político, o diário de capital da Confederação, *Berner Tagblatt* descreve-o como um senhor feudal da imprensa e como um dos piores intrigantes do país. O jornal socialista fala também de Ademar de Barros, que define como um senhor feudal e ladrão, e de Magalhães Pinto, um dos homens mais ricos do Brasil e proprietário da maior rede de bancos.

A imagem dada de Ademar de Barros não é muito diferente nos outros jornais: é um «camaleão da política» segundo Baume¹²⁵; Schubiger o define como um dos mais corruptos e também como um vira-casaca; Braichet diz que foi acusado de práticas fraudulentas; o *Tages Anzeiger* de dia 2 apresenta-o como um ativo combatente anticomunista, embora longe de ser impecável. Quanto a Magalhães Pinto, o editorialista de *Le Courier*¹²⁶ descreve-o como um financeiro matreiro, oportunista, que mudou de partido consoante os seus interesses.

Jean Wilhelm, que publica a 3, no diário «católico, democrático e social» de Porrentruy, *Le Pays*, um único comentário sobre o sucedido, resume em poucas linhas a sua opinião sobre os dois governadores: «O fanático Lacerda e o corrupto Ademar de Barros invocam hoje a defesa de Deus e a luta contra a infiltração comunista, mas, na realidade, defendem um *status quo* que se torna cada dia mais impossível»¹²⁷.

¹²⁵ BAUME, René, «La rébellion brésilienne», *art. cit.*

¹²⁶ SCHUBIGER, Henri, «L'épreuve de force», *art. cit.*

¹²⁷ WILHELM, Jean, «De dangereux soubresauts. Continent du Brésil, quo vadis?» [Perigosos sobressaltos. Continente Brasil, *quo vadis?*], *Le Pays*, 3 de abril de 1964.

Um aspeto que surpreende em parte os analistas helvéticos é a fraca resistência ao golpe. «Os apoiantes de João Goulart não tiveram peso nenhum», comenta René Payot a 3 de abril. Em *La Suisse*, René Baume¹²⁸ fala de grande vazio à volta de Jango; Kurt Pahlen, no *Tages Anzeiger* de dia 2, comenta: «Nos dois grandes estados de Minas Gerais e São Paulo, as medidas tomadas pelos governadores rebeldes parecem ter tido mais efeito do que a palavra dos sindicatos»¹²⁹.

Para explicar esta fraca resistência, encontrei outras interpretações, algumas delas um pouco forçadas. Lazlo Nagy afirma que os apoiantes de Jango e o próprio presidente deposto preferiram a vitória dos reacionários a uma guerra civil¹³⁰ e isso corresponde em grande parte à verdade histórica. Segundo Henri Schubischer, a 3 de abril, Jango não tinha outra opção senão a de sair do país face a um *pronunciamento* cuidadosamente preparado. Por seu lado, Paul du Bochet¹³¹ dá o exemplo da tourada portuguesa na qual não se mata o touro na arena. É uma «indicação de ordem psicológica que explica porque, no Brasil, antiga colónia portuguesa, as revoluções são menos cruéis do que nas outras repúblicas latino-americanas, nascidas do desmembramento das possessões espanholas». Quanto a Jean Wilhelm, no artigo já citado, não tem dúvidas: não

¹²⁸ BAUME, René, « L'échec du Président Goulart », *art cit.*

¹²⁹ PAHLEN, Kurt, « Brasilien ertrinkt in einem Meer von Hass » [O Brasil afoga num mar de ódio], *Tages Anzeiger*, 2 de abril de 1964.

¹³⁰ NAGY, Lazlo: «Après le putsch de la droite au Brésil. Un triomphe dangereux» [Depois do golpe da direita no Brasil. Um triunfo perigoso], *Gazette de Lausanne*, 4 de abril de 1964.

¹³¹ DU BOCHET, Paul, «La crise brésilienne», *La Tribune de Genève*, 9/10 de abril de 1964.

vai haver guerra civil porque os «brasileiros são um povo essencialmente pacífico» e também porque o Exército «sempre repugnou a meter-se nos conflitos políticos, contrariamente aos restos dos seus irmãos da América Latina». René Payot¹³² considera também que foi «graças ao jeito dos brasileiros, versados na matéria», que não houve derramamento de sangue.

c) «Erros» e responsabilidades de Jango

Nas análises a quente dos acontecimentos de março e abril de 1964 no Brasil, as decisões, as escolhas e a personalidade de João Goulart estão no centro dos comentários jornalísticos.

¹³² PAYOT, René, « Un coup d'État pacifique », *art. cit.*



Fig. 9: João Goulart: uma nova vítima de Carlos Lacerda, depois de Vargas, Quadros... (*Gazette de Lausanne*, 2 de abril)

As críticas principais que se podem ler em quase todos os jornais têm a ver com os projetos de reforma agrária, com o desejo de Goulart de dar o direito de voto aos analfabetos, de legalizar o Partido Comunista e de modificar a Constituição para que ele se pudesse apresentar às eleições do ano seguinte. Além disso, a revolta dos marinheiros de março de 1964 – que sabemos hoje ter sido, pelo menos em parte, manipulada – sem que estes tenham sido castigados, é vista pelos editorialistas como a gota que faz transbordar o vaso e que convence os últimos indecisos, nomeadamente no seio do Exército, da necessidade de derrubar o presidente.

René Payot, a 3, escreve que Goulart queria federar em seu torno toda a esquerda, mas as medidas preconizadas – definidas em grande parte como demagógicas pelo redactor do *Journal de Genève* – e o apoio dado aos marinheiros revoltosos – inaceitável para os que não admitem «a desordem no Estado» – conseguiram agrupar uma larga frente de oposição, da direita e do centro: «O seu programa era tão audaz que devia coalizar contra ele todos os meios sociais, dos conservadores aos socialistas moderados».

Uma opinião quase idêntica encontra-se no semanário *Die Weltwoche*, do dia 10. O semanário de Zurique não poupa o regime de Jango que:

[...]no fim, tentou dissimular a sua incapacidade com uma crescente demagogia. Quando Goulart viu que não tinha mais nenhuma saída para as dificuldades internas, aproximou-se cada vez mais da extrema-esquerda, para poder manter-se no poder. Provavelmente, pensou em estabelecer uma ditadura pessoal, segundo o modelo de Getúlio Vargas, do qual foi um benjamim.

Tudo isso e «o apoio dado aos marinheiros rebeldes tornou-o altamente suspeito aos olhos do círculo dos oficiais».

Goulart, tal como Jânio Quadro, caiu na ratoeira e, em vez de proceder com reformas sábias, progressivas e moderadas (como as de Kubitschek), entregou o país à inflação, comenta Braichet¹³³. Segundo o editorialista do jornal de Neuchâtel – que o critica, como muitos outros, pelas reformas já citadas, por ter restabelecido um regime presidencial, por ter decapitado o Exército e a Marinha e por ter aumentado a influência do genro, Brizola – se ele tivesse administrado de outra maneira teria beneficiado da ajuda americana e europeia.

Também René Lombart¹³⁴ acha que o programa de Jango «apareceu como um desafio à direita tradicional». Irritou também os oficiais, os chefes da tropa. Apesar de tudo, prossegue o editorialista da folha liberal, Goulart tinha pelo menos percebido que o Brasil de 64 já não é o Brasil de outros tempos e que a clivagem social é cada vez maior. Dois dias mais tarde, o mesmo editorialista afirma perentoriamente: «Crítico por dois lados, Goulart só podia perder».

«Hoje, o presidente Goulart podia ainda fazer mais e melhor do que os seus infelizes predecessores?», pergunta Jean Wilhelm. O articulista de *Le Pays* afirma que Jango tentou evitar as armadilhas com diplomacia, mas agora perdeu porque teve de fazer escolhas dramáticas, que para nós são difíceis de entender. O Brasil é um país completamente diferente, sublinha o jornalista:

¹³³ *Feuille d'avis de Neuchâtel*, 4 de abril de 1964

¹³⁴ LOMBART, René, « Un feu qui couvait » [Um incêndio que ardia debaixo das cinzas] *Gazette de Lausanne*, 2 de abril de 1964.

metade da população não sabe nem ler nem escrever, existe um alto nível de corrupção e de clientelismo, não se pode separar a direita e a esquerda segundo os parâmetros europeus.

Roland Faure¹³⁵ identifica duas causas fundamentais para este golpe: o comício de 13 de março, com aquelas bandeiras vermelhas e os cartazes que exigiam a legalização do Partido Comunista, e a revolta dos marinheiros. Foi a primeira que «provocou calafrios na Igreja Católica», favorável às reformas, mas contrária a qualquer tentativa de «implantar uma ditadura vermelha». Foi nesse momento, escreve o jornalista, que «todos os dirigentes da Ação Católica, tão poderosos neste país, tomaram consciência do perigo representado por Goulart».

Foram estas duas decisões de Jango — apoiar-se na extrema-esquerda no Comício da Central e amnistiar os rebeldes — que empurraram para a oposição tanto os militares, magoados e revoltados pela atitude tolerante do presidente, como a Igreja. Perante esta «união sagrada» entre militares, governadores, notáveis, meios empresariais e a hierarquia católica, Goulart não teve uma atitude prudente e, além disso, «cometeu o erro de crer que» os sargentos e os sindicatos teriam «força suficiente» para o apoiar.

Segundo Jean Hugli¹³⁶, Jango não tinha o «formato» necessário para a situação. O facto de ser um homem de esquerda e multimilionário talvez o tenha favorecido no início, mas depois se tornou um obstáculo. Fugiu para não perder

¹³⁵ «La chute de Goulart: échec du castrisme?» [A queda de Goulart: fracasso do castrismo?], *Construire*, 15 de abril.

¹³⁶ *Nouvelle Revue de Lausanne*, 5 de abril de 1964.

tudo. Cita a seguir algumas declarações de João Goulart proferidas antes do Golpe quase a desafiar os que queriam o seu afastamento. Na realidade, o presidente deposto não fez nada. A *Weltwoche* do dia 10 também é pouco lisonjeira quando fala dele como de «um político fraco e incapaz». Por seu lado, Paul du Bochet, em *La Tribune de Genève* de 9/10 de abril, o define como um bilionário demagogo que faz lembrar «o pobre Kerensky».

Der Bund, a 5, acha que há uma espécie de mistura ambígua de um impulso reformista com a ambição de poder pessoal neste homem, que é um dos mais ricos proprietários de terras no Brasil. O diário radical de Berna menciona também a viragem à esquerda operada pelo presidente, a qual alertou e assustou os meios conservadores que, por sua vez, mobilizaram as camadas inferiores.

Outros jornalistas põem em evidência a riqueza de Jango, como o já citado Walter Staehelin:

O próprio Goulart é um grande proprietário que, durante a sua carreira política nunca cedeu a ninguém um pedaço de terra. A sua proposta de reforma agrária prevê sim expropriações de bens e de terras, mas não naquelas onde Goulart e os seus amigos têm imensas propriedades.

O *Neue Zürcher Zeitung*, no seu comentário na primeira página da edição da tarde de dia 2, citando o ponto de vista dos adversários de Goulart, acusa o presidente de demagogia e de ter proposto reformas, não para resolver «os incontestáveis problemas sociais», mas para lhe assegurar o voto das massas, nomeadamente no Nordeste. Além disso, o editorialista acentua o facto de que

as reformas iam deixar praticamente intactas as «enormes propriedades» do presidente.

Na sua análise publicada no *Nouvelliste Valaisan*, de dia 7, Marcel-W. Suès sintetiza a situação. Estes golpes de Estado, escreve o articulista, são «uma doença crónica para os países latino-americanos». O Brasil é rico e largamente inexplorado, com, por um lado, uma elite «abastada, inteligente, epicurista, satisfeita com a situação e disposta a defender os seus privilégios que vêm da colonização portuguesa» e, por outro lado, «um povo analfabeto, amorfo no campo, supersticioso, preguiçoso, desprovido de qualquer poder de compra, que estagna na insalubridade, no mal-estar, no descontentamento e na ignorância». Entre o capital e a mão de obra, existe «um terceiro estado», a tropa, dividida entre os oficiais, os soldados e os oficiais subalternos, elementos decisivos. Neste levantamento, «na sua grande maioria», colocaram-se do lado dos oficiais.

Como o presidente, quer Jânio Quadros, quer Jango, é uma «pessoa inteligente e culta», percebem que o país precisa de reformas para não se tornar – «daqui a X anos» – uma outra Cuba. É aqui que «o poder do dinheiro se insurge contra ele». No entanto, são os militares que se tornam os árbitros. Goulart pensava que os sindicatos tivessem mais força e que uma parte da tropa ficasse ao seu lado, mas, no recente golpe, o Exército, sem ser homogéneo, «apoiou a rica burguesia que tomou as rédeas do poder». Os governos das províncias – «que se acham pequenos reizinhos» – saíram vitoriosos e as reformas foram adiadas para as calendas gregas.

d) Problemas económicos e fractura social

Todos os comentadores reconhecem mais ou menos abertamente que no Brasil existe um enorme problema social, com uma minoria de privilegiados e uma grande massa da população que vive na pobreza. Segundo *Die Tat*, de dia 5, no país, há uma fina camada da classe alta perante uma grande massa constituída de pobres. René Baume em *La Suisse* de 3 de abril, afirma: «Desde há dez anos, acentua-se o grave desequilíbrio entre a pequena classe de possuidores e a inumerável massa dos miseráveis». Mesmo os jornais situados à direita do xadrez político – como o *Neue Zürcher Zeitung* citado no parágrafo anterior – admitem esta realidade. É também a opinião de René Payot, no liberal *Journal de Genève* de dia 3:

Todos os espíritos razoáveis concordam em afirmar que O Brasil, como o resto da América Latina, precisa de reformas económicas e sociais. Para que este magnífico país de 75 milhões de habitantes encontre finalmente o seu equilíbrio, é preciso reduzir a diferença entre a imensa riqueza de uma minoria e a pobreza das massas.

Jean Wilhelm vai mais longe: esta «casta pouco numerosa, mas extremamente poderosa, está no leme e utiliza uma demagogia de circunstância para travar as indispensáveis reformas estruturais».

O semanário comunista *Vorwärts* publica a 2 de abril uma longa análise intitulada «Brasil, na véspera de uma revolução?»¹³⁷, onde fala da «revolução agrária», do comício de 13 de março, dos latifundiários que se comportam como os «os senhores feudais da Idade Média», das multinacionais «sem escrúpulos» que acumulam no Brasil «enormes benefícios» «à custa do povo» que vive na miséria.

No diário *Feuille d'Avis de Neuchâtel*, de dia 4, René Braichet não nega a necessidade de reformas e de justiça social. Acha a diferença de classes escandalosa, mas a prioridade é impedir que o comunismo – «na forma castrista, filo-soviética ou chinesa» – utilize a miséria para atingir os seus objetivos.

Pelos idênticos motivos, o católico *Die Ostschweiz* manifesta a sua satisfação com os resultados do golpe de Estado:

Cheirava a comunismo, e a perda do Brasil teria sido para o mundo livre um tremendo golpe, sobretudo porque esta perda teria sido seguida, no mesmo continente, por outras a curto prazo. Evitou-se isto. E as manifestações de júbilo em várias cidades provam que os rebeldes têm uma certa popularidade, aliás inesperada. Se houvesse um plebiscito a favor ou contra o comunismo no Brasil, a maioria votaria claramente contra. Mas o comunismo não propõe plebiscito.

¹³⁷ Max Kahane, «*Brasilien am Vorabend einer Revolution ?*» [O Brasil na véspera de uma revolução?], *Vorwärts*, 2 de abril. O artigo, redigido poucos dias antes do Golpe, é enviado desde o Rio de Janeiro.

Em plena Guerra Fria, o medo do comunismo não podia deixar de ser utilizado para tentar elucidar uma parte dos recentes acontecimentos em terras brasileiras. Kurt Pahlen, no *Tages-Anzeiger* de dia 2, acha que Jango não é comunista, mas que os seus atos políticos favoreceram esta ideologia; Paul du Bochet¹³⁸ pensa o mesmo: as «suas intenções eram puras», mas as reformas por ele desejadas tinham «um carácter revolucionário»; o *Neue Zürcher Zeitung*, no seu editorial de dia 2, acusa-o de ter-se apoiado nos sindicatos «infiltrados pelos comunistas, como também nos oficiais subalternos que desde há anos se vêm organizando metodicamente num movimento político de tendência muito radical.» O correspondente do mesmo jornal, numa carta enviada do Rio no dia 6¹³⁹ escreve logo no início que a população «se viu livre de um grande peso» porque não houve guerra civil, mas sobretudo, porque o «*perigo de uma cubanização*»¹⁴⁰ foi afastado; *Die Tat*, a 2, nota que os que tentam implantar uma reforma são acusados de serem comunistas ou de terem simpatias para com o comunismo, mas, acrescenta a folha de Zurique, a infiltração comunista é uma realidade que é preciso ter em conta».

Outros jornalistas recusam estas acusações. É o caso do analista do também liberal *Tribune de Lausanne*¹⁴¹ a 4 de abril:

¹³⁸ DU BOCHET, Paul, «La crise brésilienne», *art. cit.*

¹³⁹ «Die Absetzung Goularts» [A destituição de Goulart], *NZZ*, 14 de abril de 1964, Morgenausgabe [edição da manhã]

¹⁴⁰ Em itálico no texto original.

¹⁴¹ NAGY, Lazlo: «Après le putsch de...», *art.cit.*

A realidade é completamente diferente. Não existe nenhum perigo comunista neste país e, se algum dia existir, a culpa será das pessoas que querem ver unicamente agentes do comunismo internacional nas pessoas que formulam uma crítica realista ao desperdício brasileiro.

Em linha com esta opinião está René Baume no editorial de dia 2 em *La Suisse* de Genebra:

O «bolchevismo» que Goulart é suposto encarnar é um programa político com o objectivo de fazer sair o Brasil das fileiras dos países subdesenvolvidos, de arrancar à miséria sem nome milhões de camponeses, de operários, de desempregados, que uma classe numericamente ínfima quer ignorar. Estes privilegiados especulam com a fé cristã do povo para defender o seu próprio paraíso na terra.

No dia seguinte, o mesmo jornalista volta ao tema e põe em evidência que é a terceira vez — depois de 1954, com Vargas, e de 1961, com Jânio Quadros — que as mesmas forças conseguem sair vitoriosas contra o chefe de Estado:

É um amálgama de resistência interessada e de uma inquietação habilmente semeada e entretida graças à evocação do “bolchevismo” que ameaça a fé cristã. [...] Na realidade, as reformas económicas e sociais que Goulart queria realizar são daquelas que se esperam dos países em via de desenvolvimento.».

Isso implicava evidentemente uma reforma do sistema fiscal que daria mais peso aos impostos diretos, sobre a fortuna e sobre os vencimentos: «A

simples perspectiva de uma tributação justa sobre a fortuna foi suficiente para condenar Goulart».

Lazlo Nagy vai mais longe. Pensa que Jango esperou demasiado tempo para implementar as reformas. Devia ter começado mais cedo e feito isso com mais tempo:

Recordemos que a queda do regime foi provocada por pessoas que se opuseram a alguns decretos do presidente Goulart. Este, consciente dos verdadeiros males do país, tinha decidido – com o apoio dos meios empresariais liberais e lúcidos – reformar as estruturas irremediavelmente ultrapassadas do Brasil. O que se podia criticar era não ter pensado nisto antes. [...]

Outros articulistas põem em evidência que é a miséria que permite o desenvolvimento desta ideologia, como jornal *Tribune de Lausanne* de dia 2: «As classes abastadas não são as primeiras responsáveis pela crise atual?». No mesmo pequeno comentário, podemos ler a seguir: «O vírus progressista desenvolveu-se aí mais do que em qualquer outro lugar, no terreno propício – a miséria – criado pelo cego egoísmo dos reacionários».

Semelhante opinião é expressa pelo *Berner Tagblatt*, no artigo já citado, que acusa os três governadores de terem travado qualquer tentativa de reforma nos últimos dez anos:

Estas tentativas foram sempre difamadas por eles e qualificadas de comunistas. A tática foi invariavelmente a mesma: acusar os presidentes reformistas de quererem

instalar uma ditadura e de preparar um golpe, mas, depois, foram eles que, em nome da «liberdade», do «anticomunismo» e da «calma e da ordem», fizeram o putsch.

Mas, avisa o jornal socialista, a política anticomunista por parte destes círculos de poder dá ainda mais força justamente aos próprios comunistas e contribui para a difusão da ideia de que só uma revolta violenta pode acabar com a injustiça.

De igual modo, o socialista *Libera Stampa* sublinha que as reformas preconizadas pelo Presidente deposto são indispensáveis para evitar que o país se torne comunista:

Castro e Cuba não têm nada a ver com isso, ou, melhor, têm a ver com isso na medida em que uma experiência revolucionária (embora com erros e excessos) constitui por si mesma um barril de pólvora para o mundo imóvel que a rodeia.

As reformas de Jango não foram propostas «à pressa», mas eram urgentes. Foi por isso que Goulart «atacara a maciça oposição dos *trusts* nacionais e internacionais, de uma parte do Parlamento, do Exército, de muitos governadores estaduais e de todo o clero»¹⁴².

Os analistas helvéticos debruçam-se, ou pelo menos mencionam, outros problemas económico-sociais do Brasil, como Jean-Jacques Chouet em *La Tribune de Genève* de 1/2 de abril:

¹⁴² «Le destre contro Goulart» [As Direitas contra Goulart], *Libera Stampa*, 3 de abril.

Tudo o que se pode dizer é que esta nova convulsão deixará o Brasil perante os mesmos problemas fundamentais: a autoridade do Estado, o respeito pela lei, a disciplina nas Forças Armadas, o salvamento do campesinato, a inflação, o perigo castro-comunista, as dívidas....

Kurt Pahlen fala também da inflação, da pobreza, da política de Kubitschek que não fez grande coisa e que, em vez de ajudar os pobres, concretizou o seu reino em Brasília. A crise económica é catastrófica, constata o analista do *Tages Anzeiger*: os preços das matérias-primas exportadas pelo Brasil diminuem, enquanto os dos produtos importados, nomeadamente dos bens manufaturados, sobem. A diferença é muito maior do que qualquer ajuda, crédito ou plano internacional de saneamento. É, segundo ele, uma das raízes dos problemas, da revolta, do perigo comunista e da guerra civil que ameaça.

e) O papel dos Estados Unidos

Encontrei alguns comentários que se referem à atitude da grande potência norte-americana. Jean Hugli¹⁴³, depois de citar as declarações de Couve de Mourville¹⁴⁴, diz que os golpistas sabiam da neutralidade benevolente e

¹⁴³ *Nouvelle Revue de Lausanne*, 5 de abril de 1964.

¹⁴⁴ O ministro francês dos Negócios estrangeiros fez o seguinte comentário: «Seguimos com muita atenção uma situação que se podia prever porque o Brasil ainda não fez a sua grande revolução e que a América exerce uma forte pressão económica sobre este país».

«simpática dos americanos», o que parece confirmar as declarações de Johnson, de Dean Rusk e o entusiasmo de George Ball logo a seguir à queda de Goulart. No entanto, sublinha o articulista da folha radical, os Estados Unidos não precisaram de dar um empurrão para que esta revolução de direita arrancasse.

No mesmo dia, *Die Tat* examina a mudança na política americana depois da morte de Kennedy, cujas reformas terão ainda de esperar muito tempo. O articulista cita nomeadamente a declaração de Thomas C. Mann, conselheiro de Johnson para a América Latina, segundo a qual os Estados Unidos não vão fazer grandes diferenças entre os regimes legais e ilegais, como o prova o rápido reconhecimento das novas autoridades brasileiras. O governo americano, que exige dos governos da América Latina que tomem posição contra o regime de Castro, espera agora que ocorra rapidamente uma rotura entre Brasil e Cuba. Resumindo, Washington pensa que, com o novo regime brasileiro, as suas preocupações irão diminuir.

O comunista *Voix Ouvrière* publica um extenso artigo no dia 4 de abril, «Brasil, nova agressão contra a democracia», escrito quando a derrota de Goulart ainda não estava certa¹⁴⁵. O autor não tem dúvidas quanto ao papel da potência americana:

As forças reacionárias que atuam no Brasil, temendo pelos seus privilégios e pressentindo a organização duma verdadeira frente democrática, precipitaram a

¹⁴⁵ CAZAUBON, Gilbert, «Brésil, nouvelle aggression contra la démocratie», *Voix Ouvrière*, 4 de abril.

situação, tomando as armas e expulsando o Presidente Goulart. Só conseguiram fazê-lo só porque tiveram o apoio de Washington. [...]

Porque o imperialismo americano, seriamente travado pelos círculos democráticos brasileiros, preocupados com a independência nacional do seu país, jurou vingar-se.

Cazaubon, depois de lembrar a importância dos investimentos americanos no Brasil e os lucros das empresas estrangeiras no país, afirma que o que está em jogo neste país é, entre outras coisas, a «emancipação de dezenas de milhares de escravos modernos» e «a libertação do povo brasileiro da tutela estrangeira».

Na conclusão, o autor manifesta a sua fé na luta do povo brasileiro, mas prevê, ainda assim, tempos difíceis no caso da derrota de Goulart: «A vitória de Lacerda e dos seus capangas quereria dizer que todas as concessões arrancadas ao imperialismo americano seriam postas em causa e que o progresso das liberdades democráticas no Brasil ficaria gravemente ameaçado».

O mesmo jornal volta ao assunto no seu editorial de dia 7. H. Trub escreve que são os feudais brasileiros e os «*trusts yankees*» que mandam no país, enquanto o povo «apodrece na mais crassa ignorância e na maior miséria». A mensagem de felicitações enviada por Johnson a Mazzilli torna «ridículas» todas as declarações de Washington a propósito do apoio dado pelo governo dos Estados Unidos «às forças democráticas». Chegou o fim da chamada política «Aliança para o Progresso» do defunto presidente Kennedy.

Isso pode refletir o exagero típico da fraseologia comunista, acentuado pelo contexto dos anos 60. Todavia, mesmo no diário *Gazette de Lausanne*, que nada tem a ver com a extrema-esquerda, o articulista Lazlo Nagy acusa os golpistas de «se limitarem a entregar o futuro do país nas mãos de uma ínfima minoria, escandalosamente privilegiada, e dos seus amigos e protetores estrangeiros». No também liberal *Journal de Genève*, René Payot manifesta indiretamente o seu desagrado em relação ao governo de Washington quando, a 7 de abril, exprime o seu desejo de que os novos dirigentes brasileiros não se «deixem influenciar pelos cumprimentos» do presidente Johnson, de Dean Rusk e de George Ball.

Mais explícito é René Leyvraz em *Le Courrier*, dois dias depois. Kennedy tinha compreendido que, para lutar contra o comunismo, afirma o jornalista, era preciso debelar a pobreza. A sua Aliança para o Progresso foi «literalmente sabotada no Brasil pela máfia que acaba de forçar ao exílio o Presidente Goulart»:

Infelizmente, é preciso constatar que os trusts norte-americanos não quiseram perceber nem secundar os esforços de Kennedy. Continuaram a apoiar-se nos especuladores da miséria pública. E a opinião pública nos Estados Unidos não parece ainda ter-se libertado da espécie de maniqueísmo que considera qualquer medida anticomunista como um grande progresso.

Jules-Humbert Droz, a 15, no socialista *Sentinelle*, ataca ainda mais duramente a política americana:

O imperialismo americano, no Brasil, como em outras partes do mundo, é sempre o aliado dos grupos sociais mais reacionários. Apoia-os porque defendem os privilégios capitalísticos. Ora, no país onde a estrutura económica e social é ainda de tipo «colonial», onde as diferenças de classe entre a grande massa dos miseráveis e a minoria das pessoas muito ricas, fazem explodir o escândalo do grande contraste quotidiano entre a riqueza e a pobreza; é evidente que o ódio se torna o filho da miséria, e que este ódio se exprime contra o imperialismo *yankee*, considerado responsável por todos os problemas.

As pessoas perguntam-se onde vão parar os bilhões da ajuda americana, que, acrescenta o jornalista, só servem, por um lado, para alimentar a «burocracia, a polícia, o Exército» e, por outro lado, a enriquecer ainda mais as classes privilegiadas. Os americanos ficam admirados com esta hostilidade que têm de enfrentar na América Latina mas, nesta situação, não surpreende o facto das massas olharem para a União Soviética ou a China.

f) O novo regime



Fig. 10: APÓS O LEVANTAMENTO MILITAR. Agitação no Brasil entre os vencedores, que procederam a detenções. Desconhece-se o paradeiro de Goulart ...



Fig. 11: «Mudança de presidente no Brasil», Ranieri Mazzilli (à esquerda) torna-se presidente interino, após a saída forçada de Goulart (à direita) (*Burgdorfer Tagblatt*, 3 de abril)

Depois das várias análises sobre as causas do falhanço do presidente deposto, os jornais da Confederação dedicam menos espaço ao Brasil nos seus comentários. A partir do dia 4 de abril, dois temas destacam-se nas manchetes e, às vezes, nos editoriais: a repressão e a eleição de Castelo Branco.

As medidas tomadas pelas novas autoridades ditatoriais contra os comunistas – ou supostos tais – e todos os simpatizantes do antigo regime são apresentadas aos leitores através de notícias e telegramas das várias agências noticiosas. Só os títulos e os subtítulos são da autoria das redações.¹⁴⁶

Esta viragem autoritária não é muito do agrado dos analistas helvéticos. Mesmo os jornais liberais a criticam abertamente, como René Payot no *Journal de Genève* de 7 de abril, onde denuncia a amplitude da «caça às bruxas». Sob o pretexto de «eliminar os comunistas», aliás poucos numerosos, já muita gente ficou presa. O editorialista do jornal genebrino espera que os vencedores deem provas de moderação e que não instalem um regime «ultrarreacionário».

O outro grande periódico liberal de língua francesa, *Gazette de Lausanne*, é mais veemente contra as novas autoridades nos três artigos publicados a 11, 16 e 24 de abril. Fala de medidas arbitrárias, de «purgas legalizadas»¹⁴⁷, de «rigorosa

¹⁴⁶ «Lacerda veut "épurer"», [Lacerda quer expurgar], *La Suisse*, 4 de abril de 1964; «Tausend Verhaftungen» [Milhares de detenções], *National-Zeitung*, 6 de abril de 1974, Edição da manhã; «Brasilien auf anticomunistischen Kurs» [Brasil no caminho anticomunista], *Basler Nachrichten*, 6 de abril de 1964, ed. da manhã. Estes são só três exemplos de subtítulos de artigos que resumem informações da AP e da AFP.

¹⁴⁷ :«"Chasse aux sorcières " légalisée au profit de l'armée» ["Caça às bruxa legalizada em benefício da tropa], *Gazette de Lausanne*, 11 de abril.

limpeza anticomunista»¹⁴⁸, de caça às bruxas feitas «sob a influência de um anticomunismo simplista»¹⁴⁹.

«O Brasil entregue à “caça às bruxas”» é a manchete de *Le Courrier* de dia 9 de abril. Neste artigo, René Leyvraz – que fala de prováveis assassinatos de camponeses no Nordeste brasileiro – denuncia esta viragem à extrema-direita. Para dar mais força à sua tese, cita a opinião do liberal *Gazette de Lausanne* e do conservador parisiense *Le Figaro*.

Mesmo o correspondente do *Neue Zürcher Zeitung* no Rio – muito aliviado, como já vimos, com o afastamento do perigo comunista – intitula o seu artigo: «Problemáticas medidas de limpeza»¹⁵⁰. Menos surpreendente é a opinião do comunista *Voix Ouvrière* que, a 13 de abril, denuncia os «grupos fascistas»: «as pequenas e as grandes Gestapo puseram em funcionamento o seu sistema de terror e de tortura».

¹⁴⁸ LOMBART, René, «Brésil, l'armée au pouvoir» [Brasil. O Exército no poder], *Gazette de Lausanne*, 16 de abril.

¹⁴⁹ NAGY, Lazlo, «Le Brésil après la chute de Goulart. La joyeuse marche vers la banqueroute» [O Brasil depois da queda de Goulart. A alegre marcha para a bancarrota], *Gazette de Lausanne*, 24 de abril.

¹⁵⁰ «Das neue Regime in Brasilien. Problematische Säuberungsmassnahmen» [O novo regime no Brasil. Medidas de limpeza problemáticas], *Neue Zürcher Zeitung*, 24 de abril de 1964, ed. da manhã.

La succession de M. Goulart
Le général Castelo Branco
grand favori
aux élections présidentielles

Fig. 12: A sucessão do Sr. Goulart. O general Castelo Branco, grande favorito às eleições presidenciais

A eleição de Castelo Branco à presidência, por um parlamento já bem enfraquecido e às ordens dos novos dirigentes é noticiado por quase todos os jornais, que, na sua maioria, se limitam a publicar uma fotografia do general e a resumir os despachos recebidos do Brasil.

Alguns comentadores acham que Castelo Branco é um moderado e que, portanto, vai ter um papel importante para dominar a ala dura dos golpistas. É o caso, por exemplo, do diários *Feuille d'Avis de Lausanne* e *Basler Nachrichten* a 13, que citam a AP, a Reuter e a AFP. A folha liberal de Basileia escreve que o novo chefe de Estado é um «enérgico anticomunista», considerado como um «moderado».

BRÉSIL : LE GÉNÉRAL BRANCO EST ÉLU PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE

Le Congrès brésilien, réuni samedi pour désigner le nouveau président de la République, a élu le général Castelo Branco à la charge suprême. Le général a obtenu 361 voix, contre 3 au maréchal Juarez Tavora, 2 au maréchal Eurico Dutra. Il y a eu 72 abstentions. L'investiture du président aura lieu mercredi prochain, 15 avril.

M. Jose Maria Alquimin, obtenant 256 voix, au second tour, a été élu samedi soir vice-président de la République brésilienne.

Député du parti social-démocratique pour l'Etat de Minas Gerais, M. Alquimin avait été ministre des finances dans le gouvernement de M. Kubitschek. 265 parlementaires ont voté en sa faveur.

Juste avant l'élection du général Branco, le président Mazzili a abrogé un décret de l'ex-président Goulart prévoyant l'expropriation des terres

sises à moins de 10 km. des routes nationales et des voies ferrées.

En même temps, 67 officiers de l'armée, 14 officiers de la marine et 31 officiers des forces aériennes ont été exclus de leurs unités.

D'autre part, MM. Amarol Peixoto, Bilao Pinto, Arnaldo Cerdeira et Juarez Tavora, respectivement leaders des quatre principaux partis brésiliens, social-démocratique, union démocratique nationale, social-progressiste et démocrate-chrétien, ont signé un compromis affirmant leur confiance dans le président de la République et stipulant qu'aucun des partis représentés ne formulerait de revendication au nouveau gouvernement.

Rupture avec Cuba ?

Les gouvernements des Etats brésiliens de Guanabara, de Sao Paulo et de Minas Gerais ont envoyé au nouveau gouvernement du Brésil une pétition, formulée en termes identiques, demandant la rupture des relations diplomatiques entre le Brésil et Cuba.

Auparavant, le nouveau ministre des affaires étrangères avait déclaré



Le général Humberto Castelo Branco, nouveau président des Etats-

ale à New York

Fig. 13: BRASIL: O GENERAL BRANCO É ELEITO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (*Feuille d'Avis de Lausanne*, 13 de abril)

No dia anterior, *Der Bund* fala dele numa maneira um pouco surpreendente: descreve-o como um «homem do Exército» que «se situa mais à esquerda, embora não tanto como Goulart». Já René Payot, a 7 de abril, acha que Castelo Branco faz parte dos generais «razoáveis e respeitosos do poder civil». O editorialista do *Journal de Genève* tem a certeza de que este «espírito moderado, de grande cultura, irá pôr fim aos excessos da repressão».

Por seu lado, o jornal católico de Friburgo, *La Liberté*, cita e sintetiza a 17 de abril algumas passagens do discurso do general-presidente, sem nenhum espírito crítico.

No entanto, alguns, embora raros, analistas não se deixam enganar e percebem imediatamente que a viragem à direita é radical. É o caso de René Baume, em *La Suisse*, de 12 de abril. Os militares utilizam todos os meios ao seu alcance para «quebrar governos suficientemente imprudentes para implantar reformas sociais». Foi Castelo Branco, sublinha o editorialista do jornal genebrino, que «deu o sinal da revolta contra o regime de Goulart». O jornalista denuncia também estes militares, que defendem «sobretudo os interesses e os privilégios da classe favorecida» quando eles invocam a legitimidade constitucional porque, na realidade, foram eles que suspenderam as garantias constitucionais durante seis meses.

O liberal *Gazette de Lausanne* publica dois comentários sobre o Brasil, a 16 e a 24 de abril. No primeiro, René Lombart acha que Castelo Branco, que muitos definem como moderado, até à data só «cobriu uma rigorosa limpeza anticomunista». Contrariamente a 1945, os militares brasileiros, acrescenta o editorialista, estão agora a preparar «um regime como eles querem».

No segundo artigo, da autoria de Laszlo Nagy, podemos constatar algumas contradições, decorrentes das dificuldades de interpretar, numa análise a quente, a nova realidade no maior país sul-americano. Por um lado, o novo presidente tem muitas qualidades: «inteligente», «íntegro», «soldado sereno e equilibrado», que não manifesta nenhuma hostilidade em relação aos

intelectuais. Porém, falta-lhe uma qualidade essencial: o espírito político. É por isso que o «honesto marechal», mesmo tendo conseguido parar a evolução para a esquerda de Goulart, não pôde impedir uma evolução do novo regime à direita. Cita, a seguir, como já vimos, a caça às bruxas e também a «abrogação do tímido decreto de reforma agrária» assinado em março pelo deposto presidente:

O “torpedeamento” desta ínfima reforma agrária indica claramente a orientação dos novos donos do Brasil. Recusar este primeiro gesto num país onde 62% das terras pertencem a 3% de feudais, enquanto 0,5% das terras são divididas em 400 000 parcelas de menos de 5 hectares, e onde, entre 9 milhões de camponeses sem terras, 4 milhões não recebem qualquer ordenado, é um crime. Sobretudo se pensarmos que as terras que o Estado queria resgatar estavam ao abandono.

Reparar-se-á que a imagem positiva que o jornalista tem do marechal não resiste à análise concreta da realidade.

Jean Hugli, no seu editorial publicado a 13 de abril, pela *Nouvelle Revue de Lausanne*, afirma que a junta militar foi hábil em nomear um general «probo, honesto e competente». No entanto, tem que reconhecer, como o seu colega Nagy, que o novo chefe de Estado será obrigado a aprovar medidas que «nada têm a ver com a legalidade». O editorialista do jornal radical ataca o novo ato institucional, redigido por «reacionários» e típico de um estado totalitário. As destituições e as detenções, que começaram logo depois da derrota de Goulart, «vão continuar».

* * * * *

Termino esta minha rápida análise dos olhares da imprensa helvética sobre o golpe de 1964 com três comentários publicados na imprensa da Suíça francesa e dois na das Suíça italiana Henri Schubiger, em *Le Courrier* de dia 3 de abril, acusa os que ganharam de não se terem preocupado com as formalidades legais para destituir o presidente. Fizeram a Jango a mesma coisa que três anos antes acontecera ao Jânio Quadro. Segundo o editorialista, que exprime aqui uma opinião largamente partilhada pela esmagadora maioria dos seus colegas helvéticos, os problemas principais do Brasil estão muito longe de ser resolvidos: «Os que expulsaram João Goulart, depois de terem eliminado Jânio Quadros, acreditam seriamente ter resolvido todos os problemas que se colocam à sua pátria e ter afastado para sempre o perigo comunista do Brasil?»

Por seu lado, René Baume termina o artigo de dia 12 de abril citado anteriormente, exprimindo uma idêntica visão da realidade brasileira: «Os problemas que os reformistas tentam resolver desde há trinta anos, não terão desaparecidos porque os reformistas foram postos fora da lei».

O socialista *La Sentinelle*, no editorial já referido de dia 15 de abril, chega à mesma conclusão: a «contrarrevolução» pode mandar prender sindicalistas, comunistas, militantes de esquerda, privar a burguesia progressista dos direitos cívicos, acentuar a censura e a repressão, mas sem uma mudança fundamental da «estrutura económico-social», a situação só se poderá agravar, com um risco de explosão social: « Hoje, a contrarrevolução triunfa utilizando a força; ela prepara um futuro de violência e de miséria.».

Dois jornais do Cantão do Ticino analisam esta viragem na história contemporânea do Brasil. Na primeira parte do artigo¹⁵¹, o *Giornale del Popolo* ataca duramente Goulart:

Tinha de acabar assim. Goulart revelou-se um presidente confuso e inepto. Era um demagogo habilidoso. Mas, para repor em ordem um país fora dos eixos como o Brasil — potencialmente riquíssimo e praticamente à beira da falência — a demagogia não basta.

Este «amigo dos pobres», acrescenta o diário católico, homem riquíssimo, podia ter dado o exemplo e ter distribuído uma parte «das suas imensas propriedades.» Agora que saiu do país com a família e «com as contas bancárias», o povo brasileiro vai acreditar que foi deposto pelos militares, «aliados dos capitalistas, que são os “gringos”, os norte-americanos», realça ironicamente o analista.

Porém, este não se limita a censurar o ex-presidente:

Porque — e este é o grande mal — não basta a eliminação do demagogo Goulart para salvar o Brasil. Com Goulart, dever-se-ia também eliminar vários dos homens que organizaram a revolta contra ele. Goulart dizia ser de esquerda; estes afirmam-se de direita. Mas uns valem tanto como os outros. São todos ricos proprietários de terras, cheios de dinheiro e de egoísmo, e a sua preocupação é não abrir mão de nada. Os ricos de esquerda fazem-se demagogos para não perder o poder e os bens; os ricos de direita continuam a alardear o perigo comunista, por ganância em conservar o que têm e aumentá-lo ainda mais.

¹⁵¹ «La sconfitta di Goulart» [A derrota de Goulart], *Giornale del Popolo*, 3 de abril.

Se tivesse uma classe dirigente à altura, «honestas, desinteressadas e laboriosas». um país tão vasto podia ser um dos mais ricos do mundo sem precisar de «implorar empréstimos dos Estados Unidos». Até podia ajudar as outras nações sul-americanas, sublinha o analista de Lugano, que exprime uma opinião muito positiva sobre Lacerda. Todavia este deveria ter cuidado com os seus aliados Ademar de Barros, «homem de negócios sem escrúpulos» e Magalhães Pinto, «banqueiro riquíssimo, que administra bem as finanças do Estado, mas, sobretudo, das suas próprias.»

Na conclusão reitera que a liquidação de Goulart foi muito positiva para evitar que o Brasil se tornasse uma outra Cuba. Porém, insiste na necessidade de implantar reformas sociais profundas — e nomeadamente uma reforma agrária. Por outras palavras, é preciso proceder a uma melhor distribuição das riquezas:

Só nessas condições o Estado recuperará a confiança do estrangeiro e poderá repor em ordem a economia do país. Se, uma vez passado o perigo, tudo ficará como antes, então, a próxima revolução será comunista.

O *Corriere del Ticino* dedica um editorial à recente viragem em terras brasileira¹⁵². Como o seu colega que acabámos de analisar, não poupa o presidente deposto, um demagogo sem o estofado para ser chefe de Estado:

[...] o país, sob a presidência de Goulart, não só não conseguiu curar-se dos males que o afligem — o que, aliás, teria sido muito difícil — como os viu agravar-se. O mesmo

¹⁵² « Brasile : cambiale rinnovata », *Corriere del Ticino*, 9 de abril.

diga-se em relação à inflação, à corrupção e ao favoritismo, males endémicos no Brasil e que, portanto, não se podia esperar que fossem vencidos de um dia para o outro. Goulart soube fazer muito pouco contra eles. Há, aliás, quem afirme que ele não fez nada e, pior, que praticamente os ignorou, tendo como única preocupação a preservação do poder.

Por conseguinte, parece óbvio e lógico que o quiseram afastar. Todavia, o editorialista não tem muita confiança com os novos dirigentes. Comentando o inquérito ordenado por Mazzilli, o presidente interino, sobre o dinheiro desaparecido dos cofres do Estado, emite três hipóteses. Os responsáveis podem ter sido os amigos de Goulart, mas também pessoas ligadas aos novos dirigentes. Enfim, terceira possibilidade, tudo isto pode ter sido completamente inventado.

O jornalista está visivelmente satisfeito, tal como o presidente americano, pelo facto de o castrismo ter sofrido uma grande derrota, mas julga negativamente o método usado para afastar este «maior perigo» do maior país da América do Sul:

Isso não impede, no entanto, que o método usado para afastar Goulart e, com ele, o castrismo, embora em conformidade com os usos do país, nunca possa ser considerado democrático. Isto leva a suspeitar que, no Brasil, no que toca a manter longe o castrismo, mais do que saldar a dívida representada pela necessidade de corrigir os graves desequilíbrios que minam o país, se tenha simplesmente renovado uma cambial, que, no seu próximo vencimento, voltará a causar grandes transtornos.

Por outras palavras, os novos dirigentes querem unicamente virar a página, sem enfrentar os verdadeiros males que afligem o Brasil.



Fig. 14: «Aluga-se a partir de dia 1 de abril de 1964», *Nebelspalter*, 15 de abril

Cap.2. Um olhar diplomático

Na altura, o chefe da embaixada suíça¹⁵³ no Rio de Janeiro é o genebrino André Dominicé (1911-2001), que ocupa o cargo desde março de 1960. À data dos acontecimentos tratados neste artigo, portanto, o antigo chefe do Protocolo entre 1955 e 1960, conheci já muito bem o país. Analiso aqui duas cartas¹⁵⁴ e cinco ofícios¹⁵⁵ enviados a Berna pelo embaixador, os quais permitem expor o ponto de vista do diplomata helvético sobre esta viragem histórica.

¹⁵³ O consulado suíço no Rio, que passa a ser Consulado general em 1938, data de 1819. Em dezembro de 1907, o posto foi elevado a Legação com um encarregado de negocio, Albert Gertsch (1867-1944), nomeado ministro em 1920. Em março de 1958 é criada a embaixada suíça que ficará no Rio até 1972.

¹⁵⁴ Estas cartas foram enviadas a 23 de março e a 24 de abril de 1964

¹⁵⁵ Nº 1 (17 de fevereiro), nº 2 (30 de março), nº 3 (6 de abril), nº 4 (13 de abril), nº 5 (15 de junho)



Fig. 15: André Dominicé, embaixador no Brasil de março de 1960 até fevereiro de 1966¹⁵⁶

¹⁵⁶ CH-BAR, E2500#990/6#567*, a 21, Dominicé André. 1911.1946-1976.

a) Goulart, « o principal responsável»

No seu primeiro relatório do ano¹⁵⁷, o embaixador enumera os principais males do país: a inflação — que ninguém parece querer combater —, a dívida pública, a corrupção — que atinge também o topo da hierarquia —, as greves, o contrabando e a infiltração comunista, nomeadamente nos sindicatos, nas associações estudantis, em certos meios intelectuais. No entanto, Dominicé não se opõe à legalização do PCB porque isso teria pelo menos três vantagens: «purificar» os outros partidos, tirar «a aura de mártir» aos seus dirigentes e contabilizar o número exato dos comunistas brasileiros.

Na opinião do diplomata, João Goulart, que chegou «à mais alta magistratura por acidente», é o principal responsável por esta situação «deprimente»: «não estive à altura do cargo». Cedeu perante «as mais demagógicas reivindicações dos sindicatos», provocando a saída de dois ministros das Finanças, Tiago Dantas e Carvalho Pinto.

O embaixador recorda com nostalgia os anos 1930 e 1940. Para os «estrangeiros» que imigravam com a intenção de trabalhar, o Brasil era «um verdadeiro paraíso: vida fácil e barata, consideração geral para com o europeu, liberdade de comércio, câmbio favorável». Nos últimos anos, a situação mudou

¹⁵⁷ DOMINICÉ, André, « Relatório nº 1 do 17 de fevereiro de 1964. CH-BAR, E2300#1000/716#876*, Rio de Janeiro, Politische Berichte und Briefe, Militärberichte [Cartas e relatórios políticos, relatórios militares], Band 10 (1961-1965). Todos os documentos diplomáticos aqui citados têm esta cota.

muito. O diplomata sublinha, além das dificuldades que têm surgido no dia a dia, uma certa xenofobia, nomeadamente contra os americanos, mas que atinge em parte também os europeus.

Agora o povo brasileiro, pelo menos «o mais bem informado politicamente:

apercebe-se de que o Brasil precisa sobretudo de ser governado, mas por um governo ativo, competente, honesto, que corresponda às tendências profundas do país que são democráticas e cristãs, e não por um governo como o de Goulart, que se caracteriza pela sua ineficácia e pela sua moleza e que atua contra a opinião da maioria da população.

No entanto, há um ponto positivo: este executivo tem os dias contados. O importante, segundo André Dominicé, é «de “aguentar” até 31 de janeiro de 1965 [*sic*]», data das próximas eleições presidenciais. O diplomata, que não acredita que Goulart possa ficar no poder, constata que o clima político está cada vez mais tenso:

É o que se define aqui como «clima de intranquilidade»¹⁵⁸, tão favorável a todos os tipos de aventuras político-militares e tão deplorável para o crédito do Brasil no estrangeiro.

Este povo doce, tão infantil e tão paciente, merece muito mais. No entanto, a verdade é que ninguém sabe o que se vai passar.

¹⁵⁸ Em português no texto original.

Dominicé envia dois documentos na semana que antecede o golpe. A 23 de março, na sua carta ao Departamento Político Federal, acusa mais uma vez o presidente que se deixa manobrar «como um polichinelo» por «alguns elementos marxistas». Relata a manifestação do dia 13 de março, durante a qual, na sua opinião, Goulart excitou as massas contra a Constituição e contra o Poder Legislativo. Ter-se-ia comprometido com a extrema-esquerda apoiando-se nas massas populares para implantar as reformas. Na opinião do embaixador suíço, o presidente procurava diminuir o poder do Parlamento, hostil à sua política.

«Esta manifestação popular [...] provocou uma onda de ansiedade em todo o país», sublinha o diplomata, que nota também muita inquietação e um aumento da agitação. Fala das reações de Doutra e de Kubitschek e, sobretudo, da manifestação de 26 de março «Com Deus, pela a família e pela democracia», à qual, do seu ponto de vista, as pessoas foram totalmente livres de participar, «sem nenhum constrangimento». Estes três factos parecem ter acalmado um pouco as veleidades da extrema-esquerda, mas, no entanto, Dominicé não tem dúvidas:

O Brasil acaba de entrar num período de convulsões e não se pode prever qual será o desfecho. O ano de 1964 será o ano crucial para a conservação do regime e o futuro da democracia neste subcontinente. A extrema-esquerda, pequena minoria muito ativa, fala alto e com força, e aproveita-se da fraqueza e da ignorância do presidente Goulart.

Na última parte da carta, fala das «vítimas possíveis» dos decretos de nacionalização: Ciba, Geigy, Hoffmann-La Roche, Sandoz, Wander e Nestlé. O diretor geral da multinacional de Vevey foi visitar o embaixador helvético três dias antes e mostrou-se «muito preocupado». «Chegou o momento par nós de dar o alerta», avisa o diplomata genebrino.

No seu relatório político nº 2, enviado a 30 de março, na véspera do levantamento, descreve a revolta dos marinheiros e as suas consequências. Segundo Dominicé — que lamenta este grave ataque à autoridade — estes acontecimentos provam que «os comunistas conseguiram infiltrar-se em várias altas esferas do Estado». O que é que quer o «primário» Goulart? pergunta o embaixador helvético que volta a desfraldar a bandeira do anticomunismo:

[...] quer fazer pressão sobre o Parlamento e a opinião pública, ou é simplesmente um brinquedo dos comunistas, cuja infiltração nos mais altos mecanismos da administração e mesmo — agora temos a prova disso — das Forças Armadas é sem dúvida muito mais importante do que se pensava?

O que pode surpreender, acrescenta o relatório, é que, em geral, numa revolução são as forças populares que querem afastar os que estão no poder. Aqui é o «topo da hierarquia constitucional» que tenta impor uma revolução, enquanto o povo, na grande maioria, rejeita «os objetivos e, sobretudo, os métodos». E compara a seguir a situação de março de 1964 com a de novembro de 1889 e a proclamação da República. Foi, segundo a opinião de um jornalista brasileiro citado neste documento, a assinatura da Lei Áurea pela princesa

Isabel que pôs «um ponto final à monarquia». Agora — e neste ponto todos os analistas parecem concordar, embora não pelas mesmas razões — são os decretos de reforma agrária que podem levar à queda de João Goulart. Este texto foi escrito um dia antes do início da revolta, mas já 30 de março, escreve Dominicé, «os acontecimentos parecem decorrer [...] cada vez mais rapidamente».

b) «O Brasil [...] salvou-se por pouco»

No primeiro relatório enviado depois da mudança de regime¹⁵⁹, o embaixador helvético exprime, por um lado, um grande alívio, e, por outro lado, dramatiza ao extremo o chamado «perigo vermelho». André Dominicé faz-se eco, sem nenhum espírito crítico, dos vários boatos acerca de depósitos de armas e de planos comunistas, rumores alimentados pelos novos dirigentes, que surgem como cogumelos depois de uma trovoadas:

O Brasil — e com ele toda a América do Sul — salvou-se por um triz. Mais algumas semanas, ou talvez mais alguns dias, e teria acabado, indefeso, nos braços do comunismo internacional. Com efeito, sabemos agora que, considerando todos os documentos descobertos desde o dia 2 de abril, um plano subversivo tinha sido elaborado com todos os detalhes e que um golpe de extrema-esquerda devia rebentar no dia 1 de maio. Goulart, totalmente ultrapassado, teria sido dominado ou

¹⁵⁹ DOMINICÉ, André, Relatório político nº3, de 6 de abril de 1964. CH-BAR, E2300#1000/716#876*, Rio de Janeiro, citado.

eliminado, o seu genro Brizola, imitando Fidel Castro, ter-se-ia declarado marxista-leninista, e a cubanização do país teria começado, acompanhado por execuções sumárias e por outras violências, para não mencionar o sequestro dos bens estrangeiros.

Foram as altas patentes militares, muito preocupadas com «a influência crescente do marxismo» que decidiram agir. O discurso do presidente a 13 de março, a sua «atitude demagógica e subversiva» tiveram um papel importante, mas a revolta dos marinheiros foi decisiva para o desencadear do golpe. O diplomata recorda a rapidez da vitória dos revoltosos e a falta de apoio para com o ex-presidente: «Ninguém se manifestou para defender o governo Goulart, governo que, no entanto, pretendia ter todo o respaldo do povo». Salienta as ações repressivas, «uma verdadeira purga», nomeadamente contra os comunistas. Realça também a prisão de um grupo de chineses, o assalto por parte de um grupo de oficiais contra a embaixada da Hungria e o fumo que incomoda os vizinhos da embaixada da União Soviética, onde «se queima, se queima...».

Na embaixada e na colónia suíça em geral «respira-se» sobretudo, escreve Dominicé, pensando no que podia ter acontecido com uma vitória de um golpe comunista. O perigo das nacionalizações das indústrias farmacêutica e do leite em pó fica afastado para muito tempo e a lei sobre a transferência dos lucros poderá ser modificada no sentido favorável às empresas estrangeiras.

O embaixador, como vimos, admite implicitamente que o golpe militar está do lado das multinacionais. Ao mesmo tempo, recusa a interpretação dada,

por exemplo, pela imprensa francesa, segundo a qual o que aconteceu no Brasil foi a ação de «alguns oficiais reacionários pagos pelos grandes proprietários, ameaçados pelo bom presidente Goulart». Ao seu ver, foi a vontade das Forças Armadas de ver-se livre de um presidente «fraco e demagogo», animado, pelo menos em parte, de boas intenções, mas que estava «a entregar o maior país da América do Sul aos agentes de Moscovo, de Pequim e de La Habana». A conclusão deste relatório não deixa margem para dúvida sobre a opinião do chefe da Embaixada suíça no Brasil: «Estou convencido de que o dia 1 de abril de 1964 será uma das datas recordadas no futuro por aqueles que escreverão sobre a história da Democracia neste continente».

No ofício nº 4 de 13 de abril, o embaixador fala essencialmente do «Ato Constitucional», verdadeiro «*diktat*» imposto pelo Alto Comando da Revolução que, deste modo, se erige, para utilizar as palavras de Dominicé, «em poder supremo e dita ao país e às suas autoridades» o que devem fazer até janeiro de 1966. O diplomata continua satisfeito com a situação, porque o Brasil não se transformou «numa segunda Cuba». Aprecia também a escolha de Castelo Branco, um «homem culto», «personagem modesta, honesta e reta»¹⁶⁰, pouco caloroso, «frio e seco»¹⁶¹, que fala pouco, muito diferente dos outros políticos brasileiros, um homem que se situa entre a ala dura e os moderados.

¹⁶⁰ DOMINICÉ, André, Ofício nº 4 de 13 de abril de 1964. CH-BAR, E2300#1000/716#876*, Rio de Janeiro, citado.

¹⁶¹ DOMINICÉ, André, Ofício nº 5 de 15 de junho de 1964. CH-BAR, E2300#1000/716#876*, Rio de Janeiro, citado.

Na carta política de dia 24 de abril, o embaixador, que resume o discurso do novo presidente, reitera o seu apreço pelos novos governantes, que, contrariamente ao precedente gabinete, «dão uma impressão de seriedade» e de capacidade de reflexão. Resumindo, «a confiança e o optimismo» estão de volta ao país. Exprime porém uma certa reserva face à repressão: «a nossa consciência de democrata não fica tranquila perante estes atos de violência»¹⁶². O que o incomoda mais é o «sentimento de insegurança e de arbítrio»¹⁶³ provocado pelas caças às bruxas. No entanto, acrescenta o embaixador suíço, «não se pode aceitar a revolução e rejeitar os atos revolucionários»¹⁶⁴.

Mas, em meados de junho, dois meses e meio depois da queda de Goulart, o embaixador, como os outros analistas, já não pensa no Golpe de Estado, mas no que a Ditadura vai ter que propor e fazer. A análise deste período merece um estudo aprofundado que ultrapassa os limites do presente artigo.

* * * * *

Os jornais e os documentos diplomáticos constituem as duas fontes essenciais e também as mais completas. Consegui, no entanto, encontrar mais algumas fontes, embora estas sejam lacunares.

¹⁶² DOMINICÉ, André, Ofício nº 4 de 13 de abril de 1964. Citado

¹⁶³ DOMINICÉ, André, Ofício nº 5 de 15 de junho de 1964. Citado.

¹⁶⁴ *Ibidem*.



Fig. 16: René Payot (1894-1970) fez toda a carreira no *Journal de Genève*.

Por um lado, as informações emitidas pelas ondas de Radio-Genève a 3 e 10 de abril. Na primeira, René Payot explica como as reformas são necessárias, mas os projetos de Goulart (revisão da Constituição para se manter no poder, voto para o partido comunista, etc) e o apoio dado aos marinheiros revoltados,

provocaram a união de todos os seus inimigos, o que contou com o apoio — e isso foi essencial do Exército.

Uma semana mais tarde, num breve comentário de um minuto, o jornalista realça as modificações à Constituição por parte dos militares. Trata-se, segundo o jornalista da Rádio, de um «segundo Golpe de Estado», para, segundo dizem, depurar a administração, o Parlamento e o Exército. Com «este endurecimento», os militares correm o risco de «reanimar a oposição» e de pôr na oposição «certos adversários de Goulart» que não aceitam esta viragem militar-totalitária.

Por outro lado, o filme sobre Dom Hélder Câmara¹⁶⁵, emitido em novembro de 1976 pela Télévision Suisse Romande, dedica também cerca de dois minutos ao golpe. Foram os militares que derrubaram Goulart, «acusado pelos seus adversários de querer implantar reformas sociais revolucionárias e subversivas». O filme, que mostra imagens de militares e de civis no Rio, menciona também as milhares de pessoas presas ou exiladas e a nova filosofia do regime: «O liberalismo económico e a repressão dos movimentos sindicais». As reformas agrárias, «que queriam dar a terra a quem a trabalha», foram enterradas. Segundo os autores desta reportagem, este é o «modelo de regime forte que vai inspirar outros exércitos da América do Sul».

¹⁶⁵ O prelado explica, entre outras coisas, como, nos meses que antecederam a queda de Goulart, sentia a força da máquina da propaganda americana que fazia «o possível e o impossível para demonstrar que existia no Nordeste, em Pernambuco um novo Fidel Castro.»

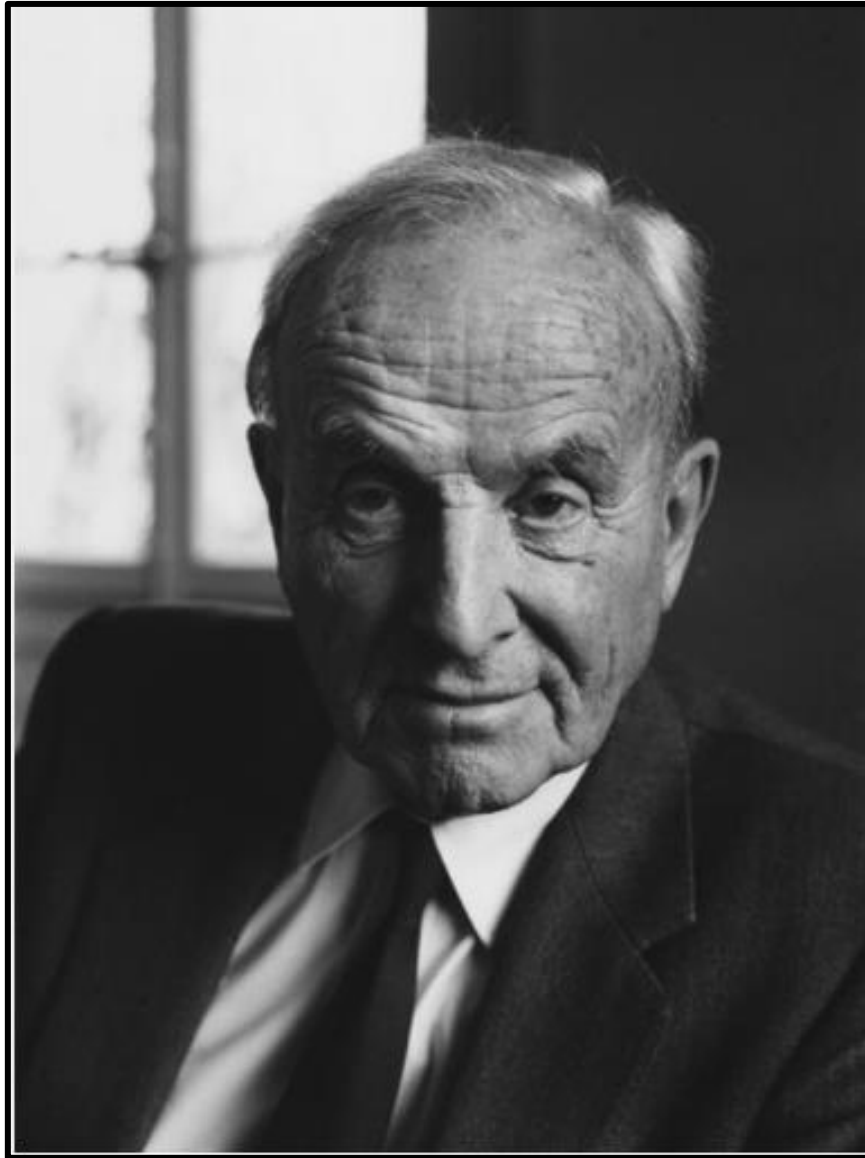


Fig. 17: Jacques Freymond (1911-1998)

Temos, finalmente, a opinião de dois professores universitários. Jacques Freymond, professor no Institut des Hautes Études Internationales, escreve o prefácio da tese publicada em 1972, em Genebra, por Georges-André Fiechter, *Le Régime modernisateur du Brésil (1964-1972)*. Neste texto de duas páginas, tenta, embora com muitas dificuldades, não dar a sua opinião e não tomar partido entre, por exemplo, os generais e a oposição, a violência e a não violência, ou quanto à legitimidade do regime de 1964. No entanto, o facto de nunca contestar os métodos usados pelos militares nem os resultados obtidos, parece-me, já por si, revelador do ponto de vista de um professor que foi durante muitos anos membro do Conselho de Administração da Nestlé. A sua conclusão ambígua é mais uma prova desta afirmação:

O trabalho do Sr. Fiechter confirma, em definitivo, o que já sabíamos por outros exemplos: não há desenvolvimento sem uma certa forma de constrangimento. O debate centra-se sobre a natureza do constrangimento e na escolha dos homens que o exercem.

Termino este meu artigo com uma opinião diametralmente oposta, a do sociólogo Jean Ziegler, que não tem dúvidas quanto aos mandantes do movimento militar de 1964: «Foi um golpe de Estado organizado pela CIA em favor das empresas multinacionais.»¹⁶⁶

¹⁶⁶ Entrevista telefónica com Jean Ziegler, 18 de junho de 2014.



Fig. 18: O político e sociólogo suíço Jean Ziegler (n. 1934)

Breve nota final

Entre os acontecimentos da História brasileira do século XX, o golpe de 1964 é, sem dúvida, o que mais comentários suscita na imprensa suíça. Durante três a quatro dias, a queda de Goulart é manchete na esmagadora maioria dos jornais da Confederação. Vimos como, não somente os grandes jornais, mas mesmo a imprensa regional lhe dedica pelo menos um editorial.

Os jornalistas helvéticos não se enganam quanto à cor político-ideológica dos golpistas. Interpretam rapidamente este movimento militar como uma reação às reformas propostas por Jango, e vários editorialistas qualificam de reacionários ou pelo menos de conservadores os organizadores do golpe de Estado, embora muitos ainda tenham a esperança de que esta viragem não seja muito violenta. Pouquíssimos jornalistas suíços apoiam sem reservas os que acabam de tomar o poder no Rio de Janeiro. Vimos, por exemplo, como a imagem transmitida dos três governadores não é muito elogiosa. Se podemos ler comentários muito contrastantes sobre Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Magalhães Pinto são descritos como pessoas pouco recomendáveis.

João Goulart é a personagem política mais criticada: alguns jornais realçam o facto dele ser muito rico e de propor reformas que não toquem nas suas propriedades nem nas dos seus amigos; a maioria dos periodistas admite as boas intenções do ex-presidente, mas põe em relevo a sua atitude, a sua tática imprudente, que alguns definem como uma viragem à esquerda, capaz de

federar contra si todas as forças conservadoras; os jornais de esquerda defendem, implicitamente, a sua política e acusam os privilegiados.

Porém, não é unicamente a imprensa socialista e comunista que ataca a classe favorecida. Mesmo os jornais que se situam ao centro-direita do xadrez político põem o dedo na ferida social: o abismo entre uma ínfima, e riquíssima, minoria e a pobreza de dezenas de milhões de brasileiros. São estes periódicos que alertam os novos detentores do poder no Brasil para que não tenham muitas ilusões: o anticomunismo não resolve os problemas de fundo da sociedade brasileira; antes pelo contrário. é a injustiça que alimenta e que dá mais argumentos à propaganda dos partidos de esquerda.

A forte repressão que se inicia logo no início de abril, não deixa indiferente a esmagadora maioria dos analistas helvéticos, mesmo os dos jornais liberais, que receiam e denunciam uma viragem reacionária. No entanto, os mesmos periodistas esperam que o novo presidente Castelo Branco, definido como um moderado, possa travar esta evolução.

Quanto à atitude dos Estados Unidos, podemos afirmar que, nos comentários que tratam do assunto, prevalece a crítica à política norte-americana. Se o comunista *Voix Ouvrière* fala de vingança dos Estados-Unidos e o socialista *Sentinelle* condena a política americana na América Latina, os outros jornalistas que comentam a posição de Washington se distanciam mais ou menos abertamente da política do presidente Johnson que contrapõem à de John Kennedy. As declarações de John Ball, a rapidez da reação americana chegam a irritar analistas moderados como René Payot. René Leyvraz fala da

cegueira anticomunista do governo e da opinião pública americana e é o único, juntamente com o diário *Voix Ouvrière*, que menciona a enorme responsabilidade dos *trusts*.

André Dominicé, pelo contrário, situa-se claramente do lado das multinacionais helvéticas e, tal como os Estados Unidos, é completamente obnubilado pela ameaça comunista. Nos seus comentários bate sempre na mesma tecla: é preciso uma reação para travar o avanço do comunismo e afastar um presidente demagogo. Por conseguinte, não é de estranhar o seu contentamento com o rápido derrube do regime de Jango, depois do qual se respira de alívio na embaixada e na colónia suíça. Apesar de tudo, fica um pouco incomodado com a repressão – e cita a sua consciência de suíço –, mais pelas incertezas, pela instabilidade que provoca, do que por razões ideológicas. Como muitos jornalistas, confia no novo chefe de Estado, Castelo Branco, para evitar os excessos da caixa às bruxas.

As fontes orais que encontrei são pouco numerosas e é, portanto, difícil tirar conclusões. Podemos, no entanto, dizer que os dois comentários da Radio-Genève reproduzem as opiniões dos jornais de referência, como o *Journal de Genève* ou o diário *Gazette de Lausanne*. A reportagem sobre D. Hélder Câmara, denuncia claramente o abismo social do país, bem como a interferência da política americana e das grandes multinacionais.

Quanto às opiniões totalmente divergentes dos dois professores universitários, Jacques Freymond defendia posições claramente conservadoras e acríicas perante uma ditadura. Por seu lado, Jean Ziegler acusa diretamente a

administração americana. Podemos dizer que a propaganda dos Estados Unidos, como o confirma Hélder Câmara na reportagem acima referida, foi sem dúvida enorme e tudo fez para sabotar as reformas sociais. Sabemos também que os agentes secretos americanos não precisaram de intervir diretamente; estavam, no entanto, preparados para o fazer em caso de dificuldades.

As fontes:

a) Fontes não publicadas

CH-BAR, E2300#1000/716#876*, Rio de Janeiro, Politische Berichte und Briefe, Militärberichte [Cartas e relatórios políticos, relatórios militares], Band 10 (1961-1965)

Contém dez pastas, cinco de relatórios políticos (uma por cada ano) e cinco de cartas políticas, enviadas a Berna pela embaixada suíça no Rio de Janeiro de 1961 a 1965.

b) Periódicos consultados (entre parêntesis, a tiragem em 1965):

17 de língua francesa: *Le Courrier* (12.000), *Construire* (32.000 em 1955), (*Le Démocrate* (8900), *Feuille d'Avis de Lausanne* (81.500), *Feuille d'avis de Neuchâtel* (31.500), *Gazette de Lausanne* (17.100), *L'Impartial* (23.100), *Journal de Genève* (13.500), *La Liberté* (20.000), *Nouvelle Revue de Lausanne* (11.600), *Le Nouvelliste et Feuille d'Avis du Valais* (13.100), *Le Pays* (7900), *La Sentinelle* (3600), *La Suisse* (53.300), *La Tribune de Genève* (60.000), *Tribune de Lausanne* (47.100), *Voix Ouvrière* (8000).

13 de língua alemã: *Basler Nachrichten* (21.900), *Berner Tagwacht* (16.100), *Der Bund* (40.500), *Burgdorfer Tagblatt* (2670), *National Zeitung* (70.100), *Nebelspalter* (47.100 em 1960), *Neue Zürcher Zeitung* (80.000), *Die Ostschweiz* (11.900), *Tages Anzeiger* (161.000), *Die Tat* (36.800), *Vorwärts* (12.000), *Die Weltwoche* (118.300).

4 de língua italiana: *Corriere del Ticino* (14.000), *Il Dovere* (10.600), *Giornale del Popolo* (12.200), *Libera Stampa* (4.000)

c) Fontes publicadas

FREYMOND, Jacques, «Préface», in FIECHTER, Georges-André *Le Régime modernisateur du Brésil (1964-1972)*, Genebra, IUHEI, 1972, pp. IX-X.

PAYOT, René, “La situation internationale”, *Journal de Genève*, 4 de abril de 1964. Texto apresentado na véspera na Radio Genève.

d) Fontes orais

- «Le coup d’État au Brésil”, Radio-Genève, 10 de abril de 1964 (comentário de dois minutos)
- “Dom Hélder Câmara”, Radio Suisse Romande, Filme da série «Destins» apresentado pela Télévision Suisse Romande a 26 de novembro de 1976
- Entrevista telefónica com Jean Ziegler, 18 de junho de 2014.



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



Coleção Documentos

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

